Paz

Coesão social

Desenvolvimento de políticas

"Faz-te ouvir!"

MANUAL Sobre a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional

Diálogo intercultural

Participação

Cidadania Democrática

Direitos Humanos

investigação

COUNCIL OF EUROPE

CONSEIL DE L'EUROPE

FAZ-TE OUVIR!

Manual sobre a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional

Edições Dínamo

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e das autoras, não sendo necessariamente um reflexo da opinião do Conselho da Europa.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser traduzida, reproduzida ou transmitida, de nenhuma forma ou por nenhum meio, eletrónico (CD-Rom, Internet, etc.) ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento ou obtenção de informações, sem a autorização prévia por escrito da Public Information and Publications Division, Directorate of Communication (F-67075 Strasbourg Cedex ou publishing@coe.int).

Directorate of Youth and Sport European Youth Centre Council of Europe F-67075 Strasbourg Cedex
Tel.: +33 (0)3 88 41 23 00 | Fax: +33 (0)3 88 41 27 77 | e-mail: youth@coe.int | www.coe.int/youth

Faz-te Ouvir
1.ª Edição
Depósito Legal n.º 399312/15
Impressão: Guide - Artes Gráficas, Lda
Rua Heróis de Chaimite 14, 2675-374 Odivelas | Fax 219 381 228 | Telf. 219 381 200
Tiragem: 1.000 exemplares

Ficha técnica da versão inglesa

Design da capa: Graphic Design Workshop, Conselho da Europa
Ilustração da Capa: Giuseppina Rossi
Layout: Jouve, Paris
ISBN 978-92-871-6239-7
© Conselho da Europa, Fevereiro 2008
Edições do Conselho da Europa
F-67075 Estrasburgo
www.book.coe.int

Ficha técnica da versão portuguesa

Coordenador: Matia Losego | Dínamo – Associação de Dinamização Sócio-Cultural [www.dinamo.pt]
Tradutora: Carla Lopes [www.caltranslation.com]
Revisora e revisor: Ana Raquel & José Soares | Clube Intercultural Europeu [www.clubeinterculturaleuropeu.wordpress.com]
Design gráfico: Francisco Elias [www.franciscoelias.com]

©Dínamo – Associação de Dinamização Sócio-Cultural, Setembro 2015
ISBN 978-989-99443-0-5

Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

A versão online desta publicação pode ser encontrada em www.edcforall.eu

A versão impressa pode ser solicitada através do email info@dinamo.pt

Esta tradução do "Have Your Say" – Manual on the Revised European Charter on the Participation of Young People in Local and Regional Life é publicada por acordo com o Conselho da Europa.

A versão portuguesa desta publicação foi desenvolvida no âmbito do projeto EDC for All! [2013-1-PT1-LEO05-15769] financiado com o apoio da Comissão Europeia.

A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente o autor ou a autora, não sendo a Comissão responsável pela utilização que dela possa ser feita.

Nota da organização coordenadora da tradução

No âmbito desta tradução a Dínamo escolheu não traduzir os termos *youth workers* para a Língua Portuguesa. No panorama do trabalho socioeducativo em prol dos e das jovens em Portugal existe um debate aberto sobre a denominação das pessoas que trabalham, com um estatuto profissional ou em regime de voluntariado, nesta área. Após uma consulta entre *youth workers* ativos e ativas em Portugal foi escolhido não tomar ainda uma posição acerca da tradução correta dos termos *youth workers* afirmando, uma vez mais, a necessidade de encontrar uma denominação em Língua Portuguesa que seja reconhecida por jovens, *youth workers* e decisores políticos.

Os manuais referidos nesta publicação não estão publicados em Língua Portuguesa. Deste modo, as referências constantes nesta publicação são das versões em Língua Inglesa

índice

AGRADECIMENTOS 7

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO À PARTICIPAÇÃO

1.1. Definições e abordagens básicas à participação juvenil 13
1.2. Benefícios e barreiras à participação juvenil 18
1.3. Princípios da participação juvenil 22
1.4. Pré-condições para a participação juvenil 26
1.5. Formas da participação juvenil 28
1.6. As dimensões da participação juvenil - uma abordagem local 30

CAPÍTULO 2: A CARTA EUROPEIA REVISTA DA PARTICIPAÇÃO DOS E DAS JOVENS NA VIDA LOCAL E REGIONAL

2.1. Introdução 35
2.2. Conteúdo da Carta 39
2.3. Destinatários e destinatárias da Carta 43

CAPÍTULO 3: A ABORDAGEM DA CARTA À PARTICIPAÇÃO

3.1. Introdução à abordagem da Carta à participação 47
3.2. Enquadramento OMEDA 48

CAPÍTULO 4: A CARTA NA PRÁTICA

4.1. A Carta revista como ferramenta prática para diferentes intervenientes 55
4.2. Como usar a Carta na prática? 61
a. O modelo dos seis passos 61
b. Abordagem OMEDA 64
c. Abordagem participativa para planear projetos na área da juventude 64

CAPÍTULO 5: PROJETOS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL

5.1. Gerir projetos de participação juvenil 65
5.2. Passo-a-passo: planear e gerir um projeto na área da juventude 67
5.3. Critérios de qualidade para projetos de participação 75

CAPÍTULO 6: COOPERAÇÃO A NÍVEL LOCAL

6.1. Preparar-se para a cooperação 79
6.2. Cooperação no processo de tomada de decisão – Modelo de consulta 81
6.3. Cooperação no processo de tomada de decisão – Modelo de Comissão 86
6.4. Cooperação no processo de tomada de decisão – Cogestão 89
6.5. Outras formas de cooperação no processo de tomada de decisão 93

CAPÍTULO 7: A CARTA E AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE LOCAIS

7.1. Introdução às políticas de juventude locais 97
7.2. A Carta Revista e as políticas de juventude locais 100
7.3. Processo de formulação de uma política de juventude local 105
7.4. Advocacy – rede para a mudança de políticas 107

CAPÍTULO 8: SECÇÃO EDUCATIVA

As 6 dimensões da participação juvenil 114
Bola de neve da participação 116
Charadas OMEDA 118
Conhecer o ou a Presidente da Câmara 119
Diamante de políticas 123
Direitos e participação 125
Escada da participação 126
Exercício de afirmações. 129
Exercício de simulação "Juventude em Ação" 131
Facas e garfos 138
Grelha de participação 140
Linha temporal da participação 141
O que é que acontece se não acontecer? 142
O que podes fazer por mim? 144
O triângulo da cooperação 145
Role play sobre a Carta 147
Sandes humanas 151
Verdadeiro ou falso? 152
Visita a Jeunéssia 154

BIBLIOGRAFIA 157

CONTACTOS 159

Agradecimentos originais da versão em Língua inglesa

Este manual foi escrito por Żaneta Goździk-Ormel.

Foi elaborado sob a orientação e com o apoio de um grupo de referência composto por:

Sunduss Al-Hassani
Dietrich Baenziger
Iris Bawidamann
James Doorley
Viktoria Kharchenko
Nadine Lyamouri – Bajja
Com agradecimento a Giuseppina Rossi pelos pictogramas.

Agradecimentos da versão em Língua Portuguesa

A Dínamo quer agradecer a toda a equipa da Divisão de Desporto e Juventude do Conselho da Europa pelo apoio, paciência e flexibilidade no âmbito do processo desta tradução.

Um agradecimento pessoal é devido também a Ana Raquel e José de Brito Soares, do Clube Intercultural Europeu, pelo apoio na fase de revisão e a Sérgio Xavier e Mariana Marques, pelos novos conteúdos incluídos nesta versão.

Prefácio

O Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, enquanto principal pilar institucional do Conselho da Europa, está profundamente empenhado em fomentar uma maior participação juvenil nas estruturas e nos processos democráticos das nossas sociedades, particularmente a um nível de base onde os e as representantes do Congresso levam a cabo a grande maioria do seu trabalho.

Se se quiser desenvolver uma cultura de participação entre as e os jovens da Europa hoje é, precisamente ao nível local, que essa cultura pode surgir de forma mais efetiva. O Congresso está atualmente empenhado em trabalhar para superar os problemas que os e as jovens enfrentam em bairros urbanos desfavorecidos. Apesar das soluções para esses problemas requererem um compromisso por parte das autoridades locais na implementação das decisões administrativas e financeiras necessárias, o envolvimento ativo, incluindo nos processos de tomada de decisão, de jovens que vivem nesses bairros será crucial para o êxito de novas políticas neste campo.

Por isso, o Congresso reafirma a sua confiança num sistema único de cogestão, em linha com os princípios de tomada de decisão desenvolvidos e defendidos pelo Departmento da Juventude do Conselho da Europa nos seus trinta anos de existência. Um sistema assim, que envolve a tomada de decisões coletiva sobre todos os assuntos relacionados com as e os jovens pelas autoridades públicas em parceria com representantes de jovens e organizações juvenis, leva a sério os e as jovens, as suas preocupações e a sua capacidade de tomar decisões e aceitar responsabilidades. É através de um sistema destes que as e os jovens podem ser encorajados a assumir uma participação partilhada na sociedade.

A Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional é o instrumento-chave para promover esta cogestão, sendo que, ela própria, foi elaborada por um grupo de jovens e representantes de autoridades locais e regionais que trabalham em parceria de igual para igual. Como instrumento político a Carta destina-se, principalmente, a autoridades locais e regionais viabilizando a implementação de políticas setoriais que beneficiarão tanto jovens como outros cidadãos e cidadãs. Contudo, é muito mais do que isto: ela é tanto um instrumento que as e os jovens podem usar para incentivar as autoridades locais a implementar políticas que lhes digam respeito, como uma ferramenta para cooperação entre jovens, organizações juvenis e autoridades locais e regionais.

Os e as jovens têm de ter a oportunidade, os meios, o espaço, o direito e o apoio para participar na tomada de decisão e esta Carta é uma ferramenta de cogestão para promover este processo. Existem já muitos exemplos de

sucesso desta política mas ainda há muito trabalho a fazer para alcançar este nobre objetivo em toda a Europa. Estou convencido de que este manual servirá para aprofundar, claramente, este processo.

Como tal, reconheço este manual como uma ferramenta importante e valiosa e convido toda a gente a usá-lo nas suas organizações e nas suas comunidades para promover um futuro melhor para as e os jovens em toda a Europa, para, com base nas suas possibilidades, participar em tudo o que afete as suas vidas no presente e no futuro.

Ulrich Bohner
Secretário Executivo
Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa

introdução

Bem-vindo ao Faz-te ouvir! - Manual sobre a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional.

A participação juvenil não é um fim em si mesma, mas sim um meio para alcançar mudanças positivas nas vidas das e dos jovens e para construir uma sociedade melhor. Nos últimos anos, tem havido um número crescente de iniciativas que promovem e fortalecem o envolvimento de jovens a níveis muito diferentes – internacional, regional, nacional e local. Também foram criadas novas ferramentas para quem trabalha nesta área. Um exemplo dessas ferramentas é a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional (doravante referida como a Carta), adotada em Maio de 2003, pelo Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa[1].

A participação juvenil também foi um dos três principais temas da Campanha Europeia pela Juventude para a Diversidade, os Direitos Humanos e a Participação, organizada pelo Conselho da Europa, em parceria com a Comissão Europeia e o Fórum Europeu da Juventude (2006/2007). Este manual é uma das iniciativas levadas a cabo ao abrigo desta campanha.

A Carta revista foi criada como ferramenta para apoiar jovens, youth workers, organizações e autoridades locais para promover e potenciar a participação significativa dos e das jovens ao nível local na Europa e pode ser usada de diferentes formas. Algumas pessoas poderão conseguir implementá-la imediatamente, enquanto outras poderão precisar de apoio para aprender a melhor forma de usar a Carta revista no seu próprio meio. As perguntas: "O que faço com a Carta?"; "Como a uso na prática?" ou "Porque é que este documento me interessaria?", foram colocadas frequentemente por quem trabalha em participação juvenil ao nível local. O objetivo deste manual é ajudar a encontrar as respostas certas para diferentes contextos europeus.

O manual não é um guia pronto a usar sobre como implementar a Carta a nível local – os diferentes contextos variam muito por toda a Europa. É antes um conjunto de reflexões e questões que podem ajudar quem trabalha localmente para encontrar as suas próprias formas de alcançar uma participação significativa por parte das e dos jovens. A publicação está dividida em oito capítulos, cada um deles focando um aspeto diferente relacionado com a participação juvenil e a Carta em si.

O Capítulo 1 faz uma introdução básica à participação juvenil, apresentando definições, princípios e fatores que influenciam a participação. O Capítulo 2 contém detalhes sobre a Carta, o seu conteúdo e públicos-alvo

1. O nome do Congresso de Autoridades Locais e Regionais da Europa mudou no dia 14 de Outubro de 2003 para Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. Esta última definição será usada ao longo desta publicação.

e também algumas informações básicas sobre o Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. O Capítulo 3 explica a abordagem da Carta à participação juvenil, que se baseia nas cinco palavras-chave – oportunidade, meios, espaço, direito e apoio. O Capítulo 4 apresenta formas possíveis de usar a Carta na prática, focando-se numa abordagem passo-a-passo que pode ser usada ao nível local. Os projetos juvenis desempenham um papel muito importante na promoção e no fortalecimento da participação juvenil e o Capítulo 5 aborda questões relativas à organização de um projeto juvenil. A Carta pode ser usada de uma forma melhor se os atores locais interessados na participação juvenil cooperarem e trabalharem em parceria. Assim, o Capítulo 6 apresenta ideias sobre como desenvolver uma boa cooperação a nível local, especialmente entre as organizações juvenis e as autoridades locais. A Carta pode ainda ser vista como uma ferramenta para a criação de uma política de juventude local e o Capítulo 7 explica como este documento pode ser usado para formular ou rever políticas de juventude a nível local ou regional. Por fim, o Capítulo 8 apresenta uma série de atividades educativas que podem ser usadas como auxiliares de aprendizagem relacionadas com a participação juvenil e especialmente com a Carta revista. Além disso, cada capítulo contém secções chamadas "momento para reflexão". Estas são um conjunto de perguntas que podem ajudar quem lê a descobrir as melhores formas de usar o capítulo no seu próprio contexto.

Este manual é o resultado da cooperação entre a Direção de Juventude e Desporto (DYS) e o Congresso que começou há muitos anos. Na verdade, a base daquilo que se tornou a Carta Europeia Sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional surgiu na primeira e segunda conferências sobre políticas de juventude, organizadas pela Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa, em Lausanne (Junho de 1988) e em Llangollen (Setembro de 1991), respetivamente. A Carta revista, que este manual acompanha, resultou de uma conferência para celebrar o décimo aniversário da Carta original de 1992. Esta conferência, intitulada "Young People – Actors in their Towns and Regions", foi organizada pelo Congresso, em parceria com a DYS, em Cracóvia, na Polónia, a 7 e 8 de Março de 2002. Além de avaliar o progresso feito no campo da participação juvenil durante os dez anos de existência da Carta, o grupo de participantes pediu ainda uma revisão da Carta, de forma a ter em conta os novos desafios enfrentados pelos e pelas jovens na sociedade contemporânea. Desde a adoção da Carta revista, o Congresso e a DYS têm cooperado em iniciativas para promover a sua implementação; o próprio Congresso continua a trabalhar em temas de interesse para as e os jovens, a nível local e regional, através das suas várias estruturas e textos.

Este manual não poderia ter sido criado sem o contributo de vários indivíduos. Um especial agradecimento a Žaneta Goždzik-Ormel, pelo seu trabalho dedicado como autora do manual. Obrigado também ao grupo de referência pelo seu envolvimento, apoio e aconselhamento.

Capítulo 1
introdução à participação

1.1 Definições e abordagens básicas à participação juvenil

Ao lidar com a participação juvenil, podemos observar uma variedade de práticas bem como uma diversidade de abordagens e teorias. Os e as youth workers, as organizações juvenis e as autoridades locais abordam o conceito de participação a partir de diferentes ângulos devido à variedade das suas práticas e das suas experiências. A motivação por trás do seu trabalho na área da participação juvenil também é, muitas vezes, diferente: algumas pessoas podem ser motivadas pela transformação social e pela construção de sociedades mais democráticas, enquanto outras podem estar interessadas no desenvolvimento de jovens ou podem, simplesmente, ser motivadas pelos seus próprios objetivos políticos. O debate relacionado com diferentes aspetos da participação juvenil é contínuo e podem ser dadas várias respostas às mesmas perguntas.

Momento para reflexão

1. *Como é que a tua comunidade ou organização define juventude (limite de idade, critérios psicológicos ou outros critérios)?*
2. *Quem são as e os jovens com quem trabalhas? Em que medida são um grupo homogéneo?*
3. *Como é entendida a "participação juvenil" na tua organização ou instituição?*
4. *Como é que sabes isto? É uma definição ou uma abordagem consensual ou é a tua própria assunção e perceção?*
5. *O que é que a tua organização quer alcançar na área da participação juvenil?*

Se os e as youth workers, líderes, representantes das autoridades ou outras pessoas interessadas na participação juvenil na Europa responderem às perguntas acima, provavelmente os resultados seriam tantas ideias quantas as respostas dadas. Não é realista esperar que seja possível criar uma definição ou abordagem consensual para toda a gente. Eis alguns exemplos sobre como algumas organizações ou grupos compreendem a participação juvenil:

– "Resumindo, a participação significa ter um envolvimento, ter tarefas e assumir responsabilidades. Significa ter acesso e ser incluído ou incluída.[2]

2. Lauritzen, P., discurso programático sobre participação no Curso de Formação sobre desenvolvimento e implementação de projetos de participação ao nível local e regional, Centro Europeu da Juventude, Estrasburgo, Junho de 2006.

– Participação significa "ajudar a orientar e formar".[3]

– "Participação tem que ver com falar e ouvir as outras pessoas a expressar as suas próprias opiniões e ouvir as outras pessoas expressarem as suas. Pode significar trabalhar em conjunto para encontrar uma solução ou um plano de ação. Participação não significa apenas tornar-se um ou uma jovem ativista, também pode querer dizer aproveitar oportunidades oferecidas, tais como integrar clubes para aprender algo de novo ou grupos que defendem uma causa."[4]

Momento para reflexão

1. *Quais são as semelhanças entre a tua perceção de participação juvenil e as definições apresentadas acima?*
2. *Quais são as principais diferenças?*

Neste manual, a participação juvenil será entendida conforme a definição no preâmbulo da Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional[5]

> "A participação na vida democrática de qualquer comunidade é mais do que poder eleger representantes e ser elegível, apesar de estes serem elementos importantes. A participação e a cidadania ativa têm que ver com ter a oportunidade, os meios, o espaço, o direito e, sempre que necessário, o apoio, para participar e influenciar decisões e envolver-se em ações e atividades de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor."

A definição acima vai além de uma perceção limitada de participação juvenil que seja, meramente, um envolvimento político ou participação em conselhos de juventude. Sublinha que participar significa ter influência e responsabilidade em decisões e ações que afetam as vidas de jovens ou que simplesmente são importantes para eles e elas. Portanto, na prática isto pode significar votar em eleições locais, bem como criar uma organização juvenil ou um fórum de Internet para trocar informações sobre passatempos e interesses ou outras formas criativas de passar o tempo livre. A definição de participação segundo a Carta também demonstra uma mudança na abordagem a jovens e ao envolvimento de jovens. As e os jovens não são tratados e tratadas como vítimas ou como um grupo vulnerável que precisa de proteção e ajuda (a chamada "abordagem baseada em problemas"). Não são tratadas e tratados como objetos de intervenção por parte de pessoas adultas que assumem saber o que é melhor para eles e elas. Atualmente, a sociedade vê os e as jovens como agentes ativos em organizações ou na vida comunitária e ainda como parceiros e parceiras com imenso potencial, capacidades e energia. Devem ter a oportunidade de expressar as suas necessidades e encontrar formas de as satisfazer. Um provérbio africano diz "Cada um sabe onde o sapato lhe aperta". É por isso que as e os jovens têm de estar envolvidos e envolvidas na resolução de questões que as e os afetam e devem ser apoiados e apoiadas por outras pessoas em vez de serem instruídos e instruídas por elas.

3. Jans, M. e De Backer, K., Youth and social participation. Elements for a practical theory, YeP! Conselho Flamengo de Juventude, Bruxelas, 2002, p. 2.

4. Discussing global issues: what is participation? UNICEF, Reino Unido, 2004, p. 1.

5. Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional, Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Maio de 2003.

Momento para reflexão

1. *Os e as jovens na tua comunidade ou organização são vistos e vistas:*
   - *como um grupo que precisa de ter os seus problemas resolvidos por outra pessoas?*
   - *como um grupo que não quer assumir responsabilidades?*
   - *como um grupo que precisa de proteção?*
   - *como clientes que precisam de ter tudo providenciado?*
   - *como pessoas com pontos fortes e talentos?*
   - *como um grupo que é capaz de contribuir para a resolução dos seus próprios problemas?*
   - *como um grupo que quer fazer as coisas por si (não aceitando ajuda)?*
   - *de outra forma?*
2. *Há alguma coisa que tenha que mudar na forma como as e os jovens são vistos na tua comunidade ou organização? Se sim, o quê?*

Na última década, a participação juvenil tem sido frequentemente referida como um direito (a chamada "abordagem de direitos" à participação juvenil). A UNICEF, por exemplo, vê a participação como um Direito Humano e, como tal, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança realça o direito das crianças a participar. Roger Hart (autor do conceito chamado a "escada da participação") diz que a participação é um direito fundamental de cidadania porque é uma forma de aprender o que significa ser um cidadão ou uma cidadã. No Conselho da Europa, a participação juvenil é vista como "o direito das e dos jovens a serem incluídas e incluídos e a assumirem deveres e responsabilidades na vida quotidiana ao nível local, bem como o direito de influenciar democraticamente os processos das suas vidas"[6]. A participação, sendo um direito, também significa que todos os e as jovens podem exercer este direito sem discriminação – independentemente da sua origem ou da língua que falam.

A participação juvenil também pode ser vista como uma forma de parceria entre jovens e pessoas adultas. "Parceria tem a ver com fazer coisas juntos. Tem a ver com ouvir a voz de toda a gente e levar a sério ideias diferentes"[7]. Na prática, isto significa que metas, objetivos, papéis, responsabilidades, decisões, etc., são negociados e acordados, e que jovens e pessoas adultas sabem precisamente:

- para onde vão;
- o que se espera deles e delas;
- o que elas e eles esperam das outras pessoas;
- como vão fazer isto;
- que tipo de apoio vão obter e de onde.

A vantagem de uma parceria entre jovens e pessoas adultas é reunir as capacidades e os talentos de jovens e a experiência e a sabedoria das pessoas adultas. Também assegura que todos os contributos individuais são reconhecidos e valorizados, motivando assim as pessoas envolvidas a levar a cabo iniciativas e projetos.

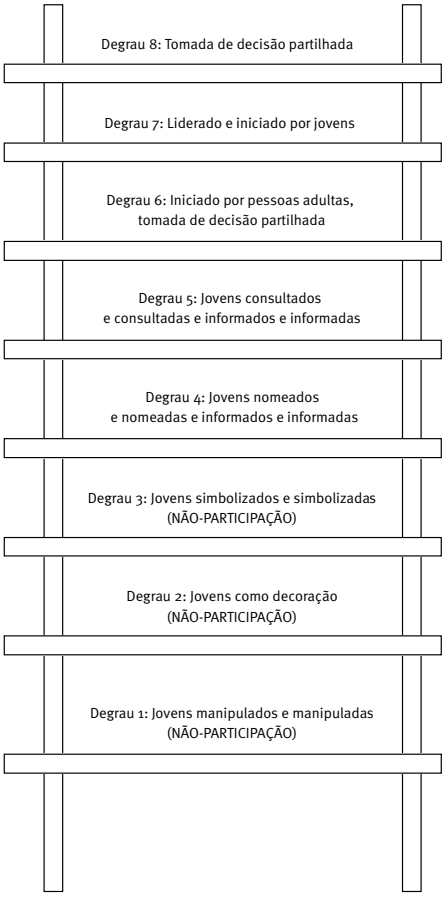
6. Boukobza, E., Keys to participation. A practitioners' guide, Conselho da Europa, 1998, p. 10.

7. Stacey, K., "Theoretical underpinnings of youth partnership accountability", documento não publicado, Adelaide, 1998; citado no Youth participation handbook for organizations. A guide for organizations seeking to involve young people on boards and committees, Departamento da Juventude do Governo da Austrália do Sul, 2003, p. 15.

Momento para reflexão

Olha para a tua organização ou comunidade. Dirias que já existe uma parceria entre jovens e pessoas adultas?

1. *Se sim, qual a sua forma?*
2. *Se não, porque é que achas que não existe? Pode-se fazer alguma coisa para a promover? O que é que podes fazer?*



Adaptado de: Hart, R., *Children's par*ticipation *from tokenism to citizenship*, Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, Florença, 1992

Não basta dizer que as e os jovens participam ou não participam. Há diferentes graus em que os e as jovens podem estar envolvidos ou assumirem responsabilidades, dependendo do contexto local, dos recursos, das necessidades e do nível de experiência. Roger Hart propõe um modelo chamado "escada de participação de crianças" [8], que ilustra os diferentes graus de envolvimento de crianças e jovens em projetos, organizações e comunidades.

Roger Hart define oito graus de envolvimento de jovens, correspondendo cada um dos graus a um degrau de uma escada:

Degrau 8: Tomada de decisão partilhada

Os projetos ou as ideias são iniciados por jovens, que convidam as pessoas adultas a fazer parte do processo de tomada de decisão como parceiras.

Degrau 7: Liderado e iniciado por jovens

Os projetos ou as ideias são iniciados e dirigidos por jovens; as pessoas adultas poderão ser convidadas para dar o apoio necessário, mas um projeto pode continuar sem a sua intervenção.

Degrau 6: Iniciado por pessoas adultas, tomada de decisão partilhada

As pessoas adultas iniciam projetos mas os e as jovens são convidados e convidadas a partilhar o poder da tomada de decisão e as responsabilidades como parceiros e parceiras iguais.

Degrau 5: Jovens consultados e consultadas e informados e informadas

Os projetos são iniciados e geridos por pessoas adultas, mas as e os jovens prestam aconselhamento e fazem sugestões e são informados e informadas sobre como estas sugestões contribuem para as decisões ou os resultados finais.

Degrau 4: Jovens nomeados e nomeadas e informados e informadas

8. Hart, R., Children's participation from tokenism to citizenship, Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, Florença, 1992. Este modelo baseia-se na "escada da participação de cidadãos" de S. Arnstein, publicada como "Uma escada da participação de cidadãos", JAIP, Vol. 35, N.º 4, julho de 1969, pp. 216-24.

Os projetos são iniciados e geridos por pessoas adultas; os e as jovens são convidados a assumir papéis ou tarefas específicos no projeto, mas estão conscientes da influência que exercem na realidade.

Degrau 3: Jovens simbolizados e simbolizadas (simbolismo)

As e os jovens assumem alguns papéis em projetos mas, na realidade, não têm qualquer influência em decisões. Cria-se uma ilusão (quer seja propositadamente ou sem intenção) de que os e as jovens participam, quando, na verdade, não têm qualquer escolha quanto ao que fazem e como.

Degrau 2: Jovens como decoração

As e os jovens são necessárias e necessários no projeto para representar a juventude como um grupo sem privilégios. Não têm qualquer papel significativo (exceto a sua presença) e – tal como acontece com objetos decorativos – são colocados e colocadas numa posição visível num projeto ou numa organização, para poderem ser facilmente vistos e vistas por pessoas de fora.

Degrau 1: Jovens manipulados e manipuladas

Os e as jovens são convidados e convidadas a participar no projeto, mas, na realidade, não têm qualquer influência em decisões e nos seus resultados. Na verdade, a sua presença é usada para alcançar outro objetivo, tal como ganhar as eleições locais, criando uma impressão melhor de uma instituição ou garantindo alguns fundos extra de instituições que apoiam a participação juvenil.

A escada da participação juvenil pode ser uma ferramenta muito útil para as e os profissionais que querem olhar de forma crítica para a forma como os projetos e as iniciativas de participação funcionam nas suas próprias comunidades. Mas este modelo também pode sugerir erradamente uma hierarquia de graus de participação juvenil[9] e pode encorajar esforços para chegar aos degraus mais elevados a qualquer custo. Assim, é importante lembrar que a medida em que as e os jovens estão ou devem estar envolvidas e envolvidos depende do contexto local, das necessidades a responder, da experiência existente, etc. Por vezes, pode ser muito difícil ver exatamente qual é o nível de participação num projeto, quer seja devido à sua complexidade, quer seja devido ao facto de não existirem fronteiras claras entre diferentes degraus. O grau de envolvimento também pode evoluir ao longo do tempo.

Momento para reflexão

1. *Onde está o teu projeto ou a tua iniciativa na escada de participação juvenil?*
2. *Como é que sabes isto?*
3. *Em que grau da escada o teu projeto seria mais eficaz? Porquê?*
4. *Como pode o teu projeto atingir este grau?*

Quando falamos sobre participação juvenil, podemos fazer uma pergunta muito legítima: "participação em quê?" A Assembleia Geral das Nações Unidas distingue as seguintes áreas de participação juvenil[10]

- participação económica – refere-se ao emprego e trabalho no geral, ao desenvolvimento económico, a eliminar a pobreza, a construir um contexto económico estável numa sociedade, região ou para os e as jovens enquanto grupo;

9. Também há outros modelos de graus de participação juvenil, que não implicam uma estrutura hierárquica. Compara, por exemplo, os modelos de Davis Driskell ou de Phil Treseder.

10. The United National Youth Agenda, Empowering youth for development and peace.

– participação política – refere-se a autoridades e governos, políticas públicas, exercício de poder, a influência na distribuição de recursos a diferentes níveis;
– participação social – refere-se ao envolvimento na vida de uma comunidade local, abordando problemas e desafios locais;
– participação cultural – refere-se a diferentes formas de arte e expressão (artes visuais, música, cinema, dança, etc.).

Estas áreas podem estar interligadas e, por vezes, ao olhar para uma iniciativa ou um projeto, torna-se claro que esta iniciativa lida com mais que uma área . Não é fácil dizer que áreas de participação interessam mais aos e às jovens, mas a investigação entre jovens da Grã-Bretanha demonstra que tem maioritariamente interesse na produção e no consumo de música, dança e diferentes formas de arte, bem como em atividades desportivas.[11]

Momento para reflexão

1. *Quais seriam exemplos de atividades ou projetos concretos nas quatro áreas de participação mencionadas acima?*
2. *Pensa em diferentes iniciativas para jovens que estejam a decorrer na tua região ou comunidade local. Em que áreas de participação juvenil ocorrem a maioria das iniciativas? Na tua opinião, qual é a razão para isto?*
3. *Em que área de participação juvenil está envolvida a tua organização ou instituição? Porquê?*

1.2. Benefícios e barreiras à participação juvenil

Momento para reflexão

1. *Que benefícios da participação juvenil gostarias de ver na tua comunidade local ou na tua organização?*
2. *Que benefícios já testemunhas?*

A participação juvenil pode trazer benefícios muito concretos e visíveis, não só para os próprios e as próprias jovens, mas também para as organizações ou instituições e comunidades às quais pertencem. Todavia, não podemos assumir que a participação terá sempre resultados positivos. As provas demonstram que se for abordada de forma inapropriada (por exemplo, representada pelos degraus mais baixos da escada de participação), poderá mesmo ter um impacto negativo nas pessoas envolvidas[12]

11. Thornton, S., Club cultures: music, media and subcultural capital, Polity Press, Cambridge, 1995. Citado de: Griffin, C., "Challenging assumptions about youth political participation: critical insights from Great Britain", Forbrig, J. (ed.), Revisiting youth political participation. Challenges for research and democratic practice in Europe, Conselho da Europa, 2005, p. 152

12. Kirby, P. and Bryson, S., Measuring the magic? Evaluating and researching young people's participation in public decision-making, Carnegie Young People Initiative, Londres, 2002.

Investigadores e investigadoras da área da juventude e youth workers indicam que a participação significativa de jovens:

– *Faz uma diferença positiva nas vidas de jovens*

A participação não deve ser vista como um fim, um objetivo final a atingir, mas um meio para atingir um fim ou uma forma eficaz de alcançar uma transformação positiva na sociedade. Os e as jovens podem contribuir para esta transformação, especialmente quando vêm desenvolvimentos positivos nas suas próprias vidas.

– *Faz com que as e os jovens sejam ouvidas e ouvidos*

Os e as jovens, tal como outros grupos na sociedade e na comunidade local, querem dar a sua opinião acerca de diferentes questões, querem ser ouvidos e ouvidas e querem que as suas opiniões sejam levadas a sério. Ao participarem, podem expressar as suas opiniões em espaços diferentes e ver uma oportunidade de estas serem tidas em conta.

– *Estimula as e os jovens a desenvolver novas capacidades*

Ao participarem em diferentes iniciativas, os e as jovens podem adquirir novos conhecimentos, desenvolver novas capacidades, atitudes e competências para a liderança, e podem formar as suas aspirações para o futuro. Isto pode acontecer por meio de atividades educativas apropriadas, bem como "aprender fazendo" ao realizar algumas tarefas concretas. A oportunidade de usar estas novas capacidades e conhecimentos ajuda os e as jovens a melhorar o seu desempenho, pois podem pô-los em prática imediatamente no seu ambiente.

– *Ajuda as pessoas adultas a reconhecer os talentos e o potencial dos e das jovens*

Ao trabalhar com jovens e apoiá-los e apoiá-las a alcançar novos objetivos, as pessoas adultas têm uma possibilidade de desafiar estereótipos comuns sobre a juventude (que as e os jovens não têm as capacidades requeridas ou que não têm interesse na vida da comunidade, por exemplo). As pessoas adultas descobrem frequentemente que as e os jovens não têm menos dotes, só precisam de ter apoio e a oportunidade de demonstrar os seus talentos.

– *Estimula as e os jovens a assumir responsabilidade pelas suas próprias ações e decisões*

Os e as jovens aprendem que quem toma decisões também tem a responsabilidade das consequências (e vice-versa – quem tem responsabilidade também pode tomar decisões). Isto significa que, se as e os jovens quiserem participar ao nível local, têm de assumir a propriedade das suas próprias ações.

– *Ajuda os e as jovens a compreender como funciona a democracia e como esta deve funcionar na vida real*

Num sistema democrático, as pessoas devem poder participar na tomada de decisões que afetam as suas vidas. Estes processos podem ocorrer no âmbito de várias instituições ou estruturas e a níveis muito diferentes, incluindo a nível local. A participação ao nível local pode ser um ponto de partida muito bom para as e os jovens aprenderem mais sobre o funcionamento de uma democracia, as suas limitações e o seu potencial, e para experimentarem as regras da democracia num ambiente que lhes é familiar.

– *Cria espaço para os e as jovens usarem os seus talentos e pontos fortes em benefício de toda a comunidade ou organização*

As e os jovens têm frequentemente uma grande motivação para usar e desenvolver os seus pontos fortes e talentos. Por isso, é muito importante criar oportunidades para usarem estes talentos para o bem comum, para que a comunidade local possa beneficiar e eles e elas possam obter satisfação pelo seu contributo.

– *Ajuda as pessoas adultas a compreender as necessidades e o ponto de vista dos e das jovens*

Trabalhar com jovens diretamente e envolvê-los e envolve-las no processo de consulta pode criar uma oportunidade para obter informações fiáveis sobre as necessidades das e dos jovens. Porém, alguns investigadores afirmam que há poucas provas de que consultar jovens sobre as suas opiniões e necessidades faculta informações de melhor qualidade do que por outras fontes (tais como consultas a familiares e docentes).[13]

– *Desenvolve as capacidades das pessoas adultas para poderem trabalhar eficientemente com jovens*

Quando trabalham com jovens, as pessoas adultas têm a oportunidade de aprender como deve funcionar o trabalho participativo em cooperação com jovens. Todavia, poderá ser necessário apoio substancial (na forma de cursos de formação ou literatura para estudo individual, por exemplo) para que as pessoas adultas possam desenvolver as capacidades necessárias para trabalhar de forma eficiente com jovens.

– *Cria uma oportunidade para as pessoas adultas partilharem o seu conhecimento e a sua experiência de uma forma não-condescendente*

Os e as jovens nem sempre querem que lhes digam o que fazer. Querem explorar e aprender pela experiência. Também mantêm os olhos abertos e aprendem observando quem tem mais experiência e conhecimento. Se as pessoas adultas não impuserem as suas decisões, as e os jovens estarão mais dispostos a aprender com elas e, consequentemente, beneficiarão da sua experiência.

– *Torna o processo de tomada de decisão mais representativo*

As e os jovens constituem um grupo relativamente grande em comunidades locais. Se as decisões tomadas a nível local têm um efeito nas vidas de diferentes grupos, todos os membros destes grupos devem ter uma oportunidade de serem ouvidos e alterar o resultado final, para as suas necessidades poderem ser respondidas. Assim sendo, se os e as jovens participarem num processo de tomada de decisão, há uma maior probabilidade de as suas opiniões serem tidas em conta e as suas necessidades satisfeitas.

– *Estimula novas abordagens e ideias para resolver problemas locais e regionais*

Tradicionalmente, os e as jovens têm participado em processos de tomada de decisão com restrições, pois as pessoas adultas têm exercido poder e governação. Contudo, tem-se observado que convidar jovens para cooperar na resolução dos problemas locais que lhes dizem respeito pode trazer uma nova perspetiva ou ideias novas e frescas, e pode estimular o pensamento para além das formas tradicionais de enfrentar os problemas. Estas ideias e métodos novos talvez se adaptem melhor ao desenvolvimento da sociedade contemporânea.

A tua tarefa:

Já trabalhas em participação juvenil ou planeias trabalhar. Compreendes a importância de identificar mudanças positivas ocorridas na tua comunidade ou organização através do envolvimento de jovens. As perguntas e sugestões abaixo orientar-te-ão ao longo do processo de planeamento de uma mudança no teu ambiente local.

Observação: este exercício não se refere diretamente ao planeamento e à implementação de um projeto específico. Destina-se a ajudar-te a introduzir essa mudança.

13. Ibid., p. 18.

1. *Quando começa o teu projeto ou iniciativa sobre participação juvenil?*
2. *Em que medida a avaliação de projeto identificará as mudanças causadas pelo envolvimento de jovens no teu meio?*
3. *O que mais (além da avaliação) tem de ser ou pode ser feito para identificar adequadamente os benefícios da participação juvenil no teu contexto?*
4. *Sentes que tens capacidades e recursos necessários (tais como disponibilidade de tempo) para fazer este trabalho? Quais as formas possíveis de desenvolver estas capacidades e obter estes recursos?*
5. *Se sim, então:*
   - *decide em que áreas de trabalho específicas da comunidade ou organização queres focar na identificação dos benefícios da participação juvenil;*
   - *faz um plano passo-a-passo sobre como os vais identificar;*
   - *decide o tipo de apoio de que vais precisar e onde o podes obter;*
   - *decide quando queres fazer isto.*
6. *Se não, então:*
   - *descobre quem pode fazer isto por ti;*
   - *decidam juntos que áreas específicas de trabalho da comunidade ou organização querem focar na identificação dos benefícios da participação juvenil;*
   - *façam juntos um plano passo-a-passo sobre como as coisas serão feitas;*
   - *decidam juntos o tipo de apoio de que vão precisar e onde o podem obter;*
   - *decidam quando as coisas devem ser feitas.*

   Põe isto em prática.

Quem trabalha em participação juvenil por vezes enfrenta desafios e obstáculos. Estes obstáculos podem surgir do contexto geral numa comunidade, dos valores aceites, de questões políticas ou de razões culturais, etc. Profissionais ativos e ativas na investigação[14] e *youth worker*s mencionam os seguintes:

- diferentes valores e hábitos de jovens e pessoas adultas;
- diferentes disponibilidades de jovens e pessoas adultas;
- diferentes estilos de comunicação;
- diferentes níveis e tipos de experiência;
- falta de capacidades;
- apoio prestado a jovens e pessoas adultas insuficiente;
- falta de especialização sobre como envolver jovens de uma forma significativa;
- diferentes métodos de aprendizagem de pessoas adultas e de jovens;
- posição dos jovens na hierarquia social (em algumas culturas, os e as jovens têm tradicionalmente uma posição muito baixa e pouca influência);
- paternalismo das pessoas adultas em relação aos e às jovens;
- falta de confiança entre pessoas adultas e jovens;
- estereótipos negativos (“todos os e todas as jovens são…”; “todas as pessoas adultas são…”), falsos juízos e preconceitos mútuos;

14. Vê a bibliografia no final do manual.

- falta de procedimentos e políticas favoráveis às e aos jovens em organizações (por exemplo, grandes quantidades de documentos formais para ler, analisar e reagir);
- a crença de que é outra pessoa que tem de trabalhar em participação juvenil;
- custos relacionados com a participação juvenil;
- localização;
- falta de informações;
- falta de outros recursos necessários (tempo extra, por exemplo);
- grande rotatividade dos e das jovens;
- acessibilidade para pessoas com deficiências;
- reuniões demasiado longas;
- obrigações escolares;
- outros interesses;
- crença de que nada mudará, mesmo se uma ou um jovem participar;
- os e as jovens que participam não representam a juventude no geral.

Momento para reflexão

1. *Quais são as maiores barreiras à participação juvenil no teu contexto local?*
2. *O que podes fazer para enfrentar estes desafios?*
3. *Quem pode ser teu aliado neste processo?*

A participação juvenil ainda não foi reconhecida em todas as comunidades como sendo benéfica para o seu desenvolvimento e para a sua coesão. Há diferentes razões para isto. Um exemplo disso são as normas culturais que favorecem estruturas e relações hierárquicas. Em algumas comunidades as pessoas mais velhas desempenham um papel muito decisivo e considera-se uma falta de respeito quando as e os jovens tentam participar em processos de tomada de decisão. Num contexto assim poderá não ser fácil trabalhar a participação juvenil mas a experiência das organizações para o desenvolvimento, que trabalham nesses ambientes, demonstra que há formas eficazes para lidar com esses desafios[15] . Elas realçam o papel de organizações comunitárias e organizações juvenis no envolvimento de jovens nas suas atividades pondo em prática um diálogo construtivo entre as e os jovens e as pessoas mais velhas e criando ferramentas para uma cooperação fiável. Outro objetivo de trabalho importante em comunidades baseadas em estruturas hierárquicas e na submissão à autoridade é trabalhar as atitudes das pessoas que estão em posições de poder (não só representantes locais, mas também docentes, familiares, etc.) para que as e os jovens possam ser vistas e vistos como parceiras e parceiros.

1.3. Princípios da participação juvenil

No início deste capítulo, mencionou-se a existência de diferentes formas de compreender o que é a participação juvenil e de várias ideias sobre como apoiar o envolvimento dos e das jovens. É, possivelmente, um pouco menos controverso acordar num conjunto de princípios para garantir que a participação juvenil em organizações ou comunidades possa ser relevante e eficaz.

15. Vê, por exemplo, Golombek, S. (ed.), What works in youth participation: case studies from around the world, International Youth Foundation, 2002.

Momento para reflexão

1. *Tenta formular pelo menos três práticas, soluções e recomendações que possam fortalecer a participação juvenil no contexto em que trabalhas.*
2. *Achas difícil listar essas práticas? Porquê?*

Para introduzir os primeiros três princípios da participação juvenil, podemos usar um modelo proposto por Marc Jans e Kurt De Backer[16]

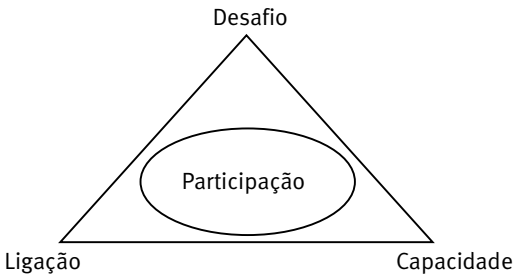
Este modelo indica que:

– *A participação deve basear-se num desafio*

"Desafio" aqui significa um tema que deve estar diretamente relacionado com a realidade quotidiana de jovens e que deve ser atrativa ou interessante para eles e elas;

– *A participação deve basear-se na capacidade*

Os e as jovens têm de ter algum conhecimento e capacidades para participar. Como tal, os projetos ou as iniciativas devem adaptar-se às habilidades das e dos jovens em questão e tem de ser possível desenvolver quaisquer capacidades que lhes faltem no âmbito do projeto;



Fonte: Jans, M. e De Backer, K.,*Youth (work) and social participation. Elements for a practical theory*, Conselho Flamengo de Juventude YeP! 2002, p.5

– *A participação deve-se basear na ligação*

"As e os jovens devem sentir uma ligação ao projeto e devem receber apoio por parte de pessoas, comunidades, ideias, movimentos."[17] Essencialmente, isto significa que querem saber que não estão sozinhos e sozinhas e que se podem identificar e contar com um grupo ou uma instituição (contar também no sentido de obter o espaço de apoio necessário).

Além dos três princípios mencionados acima, a experiência de youth workers na área da participação juvenil mostra que se alguém quiser alcançar uma participação significativa por parte dos e das jovens, esta deve ser:

– *Disponível a todos os e todas as jovens, independentemente dos antecedentes, da nacionalidade, da religião, etc.*

16. Jans, M. e De Backer, K., op. cit., p. 5.
17. Ibid., p. 6.

A Carta revista declara que "os princípios e as várias formas de participação defendidos nesta Carta aplicam-se a todos os e todas as jovens sem discriminação"[18]. Por isso, o acesso à participação não pode ser limitado com base em fatores tais como a origem de alguém ou as suas crenças;

– *Voluntária*

Isto significa que a participação não é obrigatória e que as e os jovens têm o direito de não participar se assim o desejarem. Também podem decidir o grau e a forma do seu envolvimento;

– *Relacionada com necessidades reais das e dos jovens*

É importante e motivante para as e os jovens participarem em questões que tenham uma influência direta nelas e neles; alcançar alguma mudança positiva, procurar soluções para os seus problemas, ganhar novas capacidades ou desenvolver os seus interesses e passatempos. Desta forma, também sentem que são responsáveis pelas suas próprias vidas e comunidades;

– *Valorizada*

Toda a gente deve saber que o seu contributo é importante (mesmo que este contributo seja limitado);

– *Benéfica para todos os atores envolvidos*

Uma participação significativa traz benefícios a jovens, pessoas adultas, organizações e comunidades, pois alcança mudanças positivas em diferentes áreas – desenvolvimento pessoal, níveis de eficiência, mudança social, etc.;

– *Aberta a diversas formas de envolvimento*

Não existe uma única forma de participação adequada a todos os jovens e todas as jovens. Assim, é importante que sejam oferecidas várias formas de participação aos e às jovens para poderem escolher o que consideram mais relevante e interessante;

– *Apoiada com os recursos necessários*

Se os recursos não estiverem disponíveis, o acesso à participação torna-se muito limitado e, para alguns, impossível. Tem de se providenciar os recursos necessários, tais como tempo, recursos humanos, financiamento, know-how, transporte, etc.;

– *Baseada numa parceria real entre pessoas adultas e jovens*

Parceria significa comunicar expetativas e medos, negociar papéis e partilhar poder e responsabilidade. Nem sempre significa partilhar todas as áreas de trabalho e responsabilidade de forma igual; significa partilhar estas áreas de acordo com o que ambos os lados querem, precisam e podem contribuir;

18. Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na vida local e regional, Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Maio de 2003.

– *Transparente*

É necessário que todas as partes envolvidas no processo estejam conscientes da finalidade da participação e dos seus limites. Também devem ser claros quanto ao tipo de influência que os e as jovens têm, o que pode ser mudado e o que não pode ser mudado;

– *Apoiada como um princípio de política e não como uma mera técnica*[19]

"A participação não é uma técnica ou forma de envolvimento. É complexa e abrange várias áreas, níveis e dimensões. Assim sendo, deve ser um elemento transversal[20] em diferentes políticas e estratégias planeadas em organizações ou comunidades";

– *Agradável*

De um modo geral, é mais provável que as pessoas (independentemente da idade) realizem ações voluntariamente se o trabalho for agradável. "Agradável" não significa necessariamente divertido, mas simplesmente algo que traga satisfação ou prazer ao realizar.

Momento para reflexão

1. *Quais dos princípios de participação juvenil mencionados acima já estão presentes no trabalho da tua organização ou na tua comunidade?*
2. *Que princípios ainda têm de ser implementados e quem se deve responsabilizar por fazer isso?*
3. *Como podes contribuir para introduzir estes novos princípios?*

19. Forbrig, J., op. cit. p. 16.

20. Transversal significa que diz respeito a diferentes aspetos e áreas da vida.

A PARTICIPAÇÃO É...

1.4. Pré-condições para a participação juvenil

A participação não acontece simplesmente; não se desenvolve do nada. Para que haja uma participação significativa tem que ser cumprida toda uma série de condições. Estas pré-condições para a participação juvenil podem ser simplesmente explicadas como práticas ou valores que têm de existir, ou que precisam de se desenvolver, numa comunidade ou organização interessada em fortalecer o envolvimento de jovens. Não há nenhum conjunto fixo de pré-condições que possam ser usadas como lista de verificação para quem está a tentar alcançar uma participação significativa; têm de ser definidas para cada contexto específico pelos atores que trabalham nele e que conhecem muito bem este contexto.

Eis alguns exemplos de condições de incentivo à participação juvenil:

- a capacidade de lidar de forma construtiva com uma situação de conflito;
- acesso à participação para quem não é membro de nenhuma estrutura;
- acesso à informação;
- acesso à tecnologia;
- um setor da juventude ativo;
- consciencialização do valor da participação;
- as necessidades básicas devem ser satisfeitas (alimentos, bebidas, roupa, habitação, etc.);
- igualdade (as opiniões das pessoas adultas e jovens têm o mesmo peso);
- a existência de uma parceria entre jovens e pessoas adultas;
- recursos financeiros;
- poder escolher a forma de envolvimento e a área mais apropriada ou interessante;
- ter as necessidades locais identificadas;
- envolvimento de diferentes atores;
- conhecimento sobre o contexto, identidade, estilo de vida, etc. dos e das jovens, numa comunidade;
- enquadramento legal;
- nível mínimo de educação;
- abertura para aprender, também com os próprios erros;
- infraestrutura de participação;
- políticas favoráveis à participação;
- segurança física e emocional;
- representação dos interesses de jovens desfavorecidos;
- direito à participação;
- capacidades e competências em gestão e em processos de participação;
- uma compreensão do que é uma participação significativa (por oposição ao simbolismo);
- vontade de participar ou realizar trabalho participativo;
- vontade de partilhar poder e controlo.

Para uma participação significativa de jovens, todas as pré-condições mencionadas acima têm de ser satisfeitas, caso contrário, a qualidade da participação não será tão elevada como poderia ser num contexto específico. É por isso que, quando se pretende um nível de envolvimento eficiente por parte das e dos jovens numa organização ou comunidade, é necessário verificar em que medida essas pré-condições são satisfeitas e que carências ainda têm de ser colmatadas.

A tua tarefa:

1. *Volta à lista de pré-condições para a participação juvenil.*
2. *Identifica as pré-condições que já foram satisfeitas na tua organização, comunidade ou projeto.*
3. *Descreve de que forma ou em que medida já foram satisfeitas.*
4. *Decide quais delas têm de ser melhor implementadas.*
5. *Faz um brainstorming sobre como isto pode ser alcançado e por quem.*

6. *Identifica as pré-condições que ainda não foram satisfeitas na tua organização, comunidade ou projeto.*
7. *Tenta pensar em possíveis razões para estas pré-condições ainda não terem sido satisfeitas.*
8. *Faz um brainstorming sobre como podem ser satisfeitas e por quem.*
9. *Faz um plano de ação realista para ti, no qual planeias como contribuirás pessoalmente para a implementação das pré-condições necessárias para uma participação significativa de jovens.*

1.5. Formas de participação juvenil

As e os jovens podem participar de muitas formas na tomada de decisões sobre questões importantes para elas e eles e para toda a comunidade local. Para os e as jovens algumas formas de participação parecem ser mais atrativas do que outras; algumas podem ser mais relevantes num contexto específico do que outras e cada uma tem algum potencial bem como limitações.

As formas mais comuns de participação juvenil observadas em sociedades europeias contemporâneas são as seguintes:

- trabalho voluntário;
- participação em diferentes formas de educação não-formal;
- *educação entre pares – envolvimento de jovens na educação dos seus pares (por exemplo, programas de promoção da saúde, campanhas de consciencialização, etc.);*
- ser ativo e ativa numa organização ou num clube e assumir responsabilidade por algumas áreas do seu trabalho;
- conselhos juvenis, parlamentos, fóruns, comissões e outras estruturas – uma forma tradicional de participar em processos de tomada de decisão no âmbito de autoridades internacionais, nacionais, regionais ou locais, escolas, clubes, ONG, etc.;
- sistemas de cogestão existentes em algumas instituições (por exemplo, na Direção de Juventude e Desporto do Conselho da Europa) onde as decisões são tomadas por representantes de jovens ou organizações juvenis e por representantes das autoridades de forma igual;
- *consultas – usadas em processos de tomada de decisão para dar voz às necessidades e preocupações e apresentar propostas;*
- *diferentes níveis de participação juvenil em projetos e atividades (organizados bem como não organizados);*
- atividades de campanha;
- afiliação a partidos políticos, sindicatos, grupos de interesse;
- participar em eleições (tanto para votar como para ser eleitos e eleitas).

Olhando para o número de jovens que já têm um envolvimento nas formas de participação mencionadas acima, torna-se claro que os números estão a diminuir gradualmente. Todavia, isto não significa que os e as jovens estão a perder interesse na participação. A verdade é que "a maioria demonstra uma clara vontade de participar e influenciar as escolhas feitas pela sociedade mas deseja fazê-lo de uma

forma mais individual e mais isolada, fora das antigas estruturas e mecanismos de participação"[21]. Esta conclusão tem consequências muito importantes para quem trabalha em participação juvenil – os e as jovens devem ter a possibilidade de experimentar e encontrar as formas certas de participar, mesmo se isto significar escolher formas de participação não-tradicionais. Atualmente, não existe uma definição clara do que significam exatamente "as novas formas de participação", mas diferentes fontes mencionam os seguintes exemplos::

- redes de trabalho entre pares;
- fóruns de discussão;
- assinar petições;
- participação nos chamados "novos movimentos sociais";
- grupos de apoio;
- boicotes a produtos;
- manifestações;
- encontros internacionais;
- *usar a Internet para recolher informação, expressar opiniões ou influenciar processos de tomada de decisão*

Os indivíduos, as organizações e as comunidades que promovem a participação juvenil e procuram novas formas de envolver os e as jovens têm de ter ideias claras sobre as suas motivações. Querem atingir um maior número de jovens para que as estatísticas oficiais pareçam melhores? Ou talvez queiram encontrar formas melhores e mais significativas para que eles e elas participem e contribuam? Ou talvez existam outras razões? Parece que a atenção não se deve concentrar apenas em conseguir que o máximo de pessoas participe mas também em formas de assegurar uma melhor qualidade de participação.

Momento para reflexão

1. *Que formas de participação juvenil são as mais comuns na tua comunidade ou organização?*
2. *Porque é que achas que isto é assim?*
3. *Achas que criar as condições certas para outras formas de participação juvenil no teu contexto encorajaria uma participação mais eficaz dos e das jovens? Porquê?*
4. *Na tua opinião achas que a não participação de algumas e alguns jovens é uma forma de participar? O que pensas que pretendem alcançar com isso?*
5. *Consegues pensar noutras formas de participação além das mencionadas acima?*

21. Livro Branco da UE, "A new impetus for European youth", COM (2001) 681 final, p. 10.

1.6. As dimensões da Participação Juvenil - uma abordagem local

Este capítulo, bem como a atividade "As 6 dimensões da participação juvenil", foi escrito especificamente para a edição em Língua Portuguesa deste manual e foi acrescentado à tradução portuguesa do manual original Have Your Say! do Conselho da Europa, inspirado no processo que levou a criação da Rede Participação Juvenil de Sintra. O capítulo foi escrito em Fevereiro 2015 por Sérgio Xavier e revisto por Mariana Marques.

Um dos desafios para o desenvolvimento das práticas associadas à participação dos e das jovens a nível local ou regional é o facto de, por vezes, não ser claro o que é que essa "participação" significa exatamente. Os equívocos neste domínio são comuns, não só porque as oportunidades de educação para a cidadania democrática continuam a não constar nos curricula de ensino formal em Portugal, mas também devido aos diversos entendimentos do conceito "participação juvenil" que entretanto foram ganhando expressão através dos média, organizações, instituições, políticas de juventude, entre outras causas.

Uma das formas de dar resposta a este desafio é estabilizar o conceito "participação juvenil" a nível local, visto as realidades e necessidades de cada contexto serem variáveis. A sistematização das diferentes dimensões da participação juvenil a nível local pode ser uma ferramenta preciosa para o bom entendimento de todas as partes interessadas no desenvolvimento de políticas de juventude: jovens, decisores políticos, organizações e youth workers.

Ao longo do processo de criação da "Rede Participação Juvenil de Sintra"[22] (RPJS) o grupo de jovens que impulsionou a própria RPJS - tendo experienciado os equívocos referidos - sentiu a necessidade de sistematizar o conceito de "participação juvenil", de forma a torná-lo facilmente compreensível para todas as pessoas.

A reflexão do grupo culminou num modelo, a que se chamou "As dimensões da Participação Juvenil" (DPJ) que propõe a sistematização do conceito "Participação Juvenil" consoante a realidade local ou nacional. As 6 dimensões deste modelo são:

Participação em atividades promovidas por terceiros

As e os jovens participam em atividades que não foram promovidas por elas ou eles, ou seja, todas as que não foram iniciadas e idealizadas por jovens. Por exemplo, um campo de trabalho promovido por uma associação da qual não fazem parte dos órgãos de decisão, em que o envolvimento dos e das participantes é materializado a partir de uma inscrição ou candidatura.

Participação através de iniciativas juvenis

Os e as jovens promovem atividades idealizadas por eles e por elas mesmo, ou seja, é dos e das jovens que vem a motivação fundamental para que a iniciativa aconteça. Por exemplo, um concerto organizado por um grupo

22. www.rpjsintra.dinamo.pt

de jovens - que pode ser apoiado por terceiros, desde que não exista interferência no espírito e propriedade da iniciativa.

Participação em projetos de voluntariado

Os e as jovens participam voluntariamente em ações ou programas de voluntariado. Por exemplo, um serviço voluntário de uma jovem numa organização local, com uma regularidade de duas horas por semana, focado na produção de uma newsletter semanal sobre as atividades que acontecem na comunidade.

Participação em organizações juvenis

As e os jovens participam, enquanto membros efetivos dos órgãos sociais ou não-membros, nas organizações que os e as representam e que promovem atividades juvenis ou que proporcionam condições para as e os jovens desenvolverem as suas atividades. Por exemplo, uma sessão de consulta promovida por uma associação juvenil, dirigida aos seus associados e às suas associadas, com o objetivo de identificar as suas necessidades e expectativas, de forma a delinear o plano anual de atividades.

Participação em processos políticos de tomada de decisão

Os e as jovens participam de forma significativa nos processos políticos de tomada de decisão que lhes dizem respeito direta ou indiretamente, particularmente no contexto das respostas políticas às suas necessidades. Por exemplo, um processo consultivo levado a cabo por um Conselho Municipal de Juventude, onde os e as jovens construam, em conjunto com a Câmara Municipal, um plano estratégico de médio-prazo para a Juventude do Concelho e onde os e as jovens contribuam para a criação de um programa municipal de apoio às organizações juvenis.

Participação através da cogestão

As e os jovens participam na gestão corrente de infraestruturas e/ou políticas de juventude. Por exemplo, uma escola secundária que dinamiza um processo com sessões eficientes, regulares e adaptadas à participação da comunidade escolar, onde os e as estudantes possam partilhar abertamente as suas opiniões e influenciar verdadeiramente as decisões tomadas relativamente ao rumo e à vida corrente da escola. Um outro exemplo, para o caso da cogestão de políticas, é uma Câmara Municipal que constitui uma comissão consultiva participada por jovens representantes de associações juvenis, técnicos e representantes da Câmara, com representatividade e pluralidade idóneas, para a avaliação de candidaturas a apoio financeiro a associações juvenis e decisão de atribuição deste apoio às mesmas.

A cogestão pode também acontecer em centros, pousadas e casas de juventude ou no contexto de orçamentos participativos.

No sentido de potenciar a visibilidade deste entendimento da participação juvenil, a RPJS desenvolveu e publicou uma Carta de Recomendações[23] estruturada com base no modelo DPJ e apresentou-a na Assembleia Municipal de Sintra aos decisores políticos da Autarquia.

Este documento acabou por ser distribuído internamente aos colaboradores e às colaboradoras e às unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra e, mais tarde, foi uma das pedras basilares da "Proposta de Agenda

23. www.issuu.com/dinamo.pt/docs/carta_recomendacoes_rede_participacao_juvenil_de_s

para a Juventude em Sintra 2013-17"[24] elaborada pela associação juvenil local Dínamo[25], no contexto das eleições autárquicas de 2013. Vários decisores políticos tornaram-se entusiastas desta Agenda, incluindo aqueles que acabaram por vencer as eleições.

Esta sucessão de acontecimentos potenciou o impacto do modelo DPJ, nomeadamente num entendimento comum sobre o conceito de "participação juvenil" e numa clarificação do trabalho político a desenvolver neste domínio a nível local.

Notas adicionais sobre as dimensões da participação juvenil

Interligação das dimensões

As dimensões podem estar interligadas, por exemplo poderá existir uma iniciativa juvenil que advogue para a cogestão de um centro de juventude local ou um processo que envolva os e as jovens numa tomada de decisão sobre um intercâmbio juvenil promovido por terceiros;

Representantes de organizações juvenis

A sustentabilidade nas organizações juvenis não se deve confundir com a permanência dos mesmos e das mesmas representantes em cargos dirigentes. Pelo contrário, é fundamental garantir a sustentabilidade através da permeabilidade a novos e novas representantes nas posições dos órgãos sociais, de forma a garantir o espírito de diversidade, a renovação e a democracia, desejável em organizações juvenis.

Organizações "fantasma"

As associações juvenis devem seguir o princípio legal (e ético) de serem significativamente participadas por jovens associados e jovens associadas e de serem lideradas igualmente por jovens, numa lógica de renovação democrática. Uma das graves consequências de assim não o serem é a perversão das políticas juvenis, e a obliteração destas respostas à população jovem.

Cogestão de equipamentos

A gestão de espaços e casas de juventude deverá ser participada por jovens e organizações juvenis. Esta é a forma ideal para garantir a sustentabilidade destes equipamentos.

O desafio da representatividade em federações e plataformas

As federações e plataformas federativas por vezes deparam-se com o paradoxo da representatividade, pois estão posicionadas como interlocutoras de um grupo alargado de jovens, ou até da Juventude de um país. No entanto este posicionamento é paradoxal pois existem jovens desses grupos alargados que não têm conhecimento, sequer, da existência dos seus interlocutores. Até que ponto é possível representar alguém que desconhece a existência do seu representante?

3 desafios das autarquias portuguesas:

– Conselhos Municipais de Juventude: Muito do trabalho por desenvolver em Portugal passa pelo investimento na criação e bom funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude que, apesar de previstos na Lei, continuam a estar longe de ser uma realidade na esmagadora maioria dos municípios.

24. www.eleicoes2013.dinamo.pt
25. www.dinamo.pt

– Adaptação dos Espaços de participação: os processos de tomada de decisão tradicionais (e.g. Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia) encontram-se ainda longe de estar também adaptados para a inclusão de jovens e este é outro dos principais desafios das autarquias do país. Novos espaços de participação que acompanhem a dinâmica das e dos jovens são pertinentes e urgentes, sob o risco das formas tradicionais não garantirem a sua renovação e sustentabilidade ou de seguirmos modelos que apenas representam uma parte da sociedade.

– Acompanhamento e monitorização de políticas públicas: outro dos desafios das autarquias portuguesas é o de estruturar processos juvenis de acompanhamento e monitorização da implementação das políticas públicas.

Momento para reflexão

1. *O modelo proposto adapta-se à tua comunidade ou contexto? O que poderia ser diferente?*
2. *De que forma é que as atividades promovidas pela tua organização poderiam passar a ser iniciativas juvenis?*
3. *Quais as dimensões da participação juvenil mais visíveis na tua comunidade? E na sociedade portuguesa? Porquê?*
4. *Há quanto tempo é que os e as representantes da tua organização se mantêm nos mesmos cargos? De que forma é que os restantes membros são encorajados e capacitados para se candidatarem a essas posições?*
5. *Toda a população jovem da tua comunidade sente-se representada pelas federações e plataformas federativas que os representam? Porquê?*
6. *Na tua zona existe um Conselho Municipal onde os e as jovens da tua comunidade podem participar? Funciona? Porquê? As e os jovens participam nele? Porquê?*

Capítulo 2

A Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional

2.1. Introdução

O que é a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional?

A participação juvenil tem alta prioridade no trabalho do Conselho da Europa, especialmente na Direção de Juventude e Desporto e no Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. Foram realizadas inúmeras iniciativas para promover o envolvimento das e dos jovens e equipar quem precisa delas com as ferramentas e capacidades necessárias. Exemplos destas iniciativas são os sistemas de cogestão[26], eventos de formação e outras atividades educativas, atividades de investigação e apoio financeiro a projetos juvenis que promovam a participação[27].

Uma ferramenta muito específica usada para promover a participação juvenil ao nível local e regional é a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional; um documento adotado pelo Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa em Maio de 2003. A Carta apresenta ideias e instrumentos concretos que podem ser usados num contexto local por quem está envolvido em trabalho de participação – jovens, organizações juvenis, autoridades locais, etc. Porém, não oferece um modelo pronto-a-usar devido ao facto de as necessidades e circunstâncias diferirem por toda a Europa. Como tal, a Carta deve ser vista como uma fonte de recomendação e inspiração, em vez de uma receita estrita para a promoção da participação juvenil ao nível local e regional.

26. Através de uma parceria única entre os e as representantes de organizações juvenis e governos, o Conselho da Europa criou um sistema de cogestão no seio da Direção de Juventude e Desporto, que dá às e aos jovens a oportunidade de se expressarem sobre a formulação e implementação da política de juventude do Conselho da Europa. Mais informações sobre cogestão poderá ser encontrada no Capítulo 7 deste manual.

27. Todos os anos, a Fundação Europeia da Juventude dá apoio financeiro a inúmeros projetos que promovem a participação juvenil a nível local, nacional e internacional na Europa.

O que é o Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa?

A Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional foi iniciada e adotada pelo Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, uma das instituições políticas da Organização. O Congresso dá aconselhamento ao Comité de Ministros relativamente a vários aspetos da política local e regional. Reúne representantes eleitos e eleitas tanto de autoridades locais como regionais dos Estados-membros do Conselho da Europa.

A principal função do Congresso é promover a democracia a nível local e regional porque a democracia começa nas cidades e vilas da Europa. Tal como disse Halvdan Skard, Presidente do Congresso: "O Congresso tornou-se um dos principais organismos que salvaguardam a democracia local e regional na Europa e um parceiro político fundamental no diálogo com governos."

As atividades do Congresso focam-se em:

- apoiar a introdução e o desenvolvimento de autogoverno a nível local e regional;
- potenciar o diálogo construtivo entre autoridades locais e regionais e autoridades nacionais;
- monitorizar a democracia local em regiões e municípios europeus;
- monitorizar eleições locais e regionais;

O Congresso consiste em duas câmaras: a Câmara de Autoridades Locais e a Câmara de Regiões. Os 318 membros e as 318 pessoas que os substituem de ambas as Câmaras representam 200 000 municípios e regiões europeus e são nomeados pelas suas associações nacionais de autoridades locais e regionais.

Quatro comissões legais, que lidam com diferentes questões, elaboram relatórios e textos políticos para as Câmaras. Uma delas é a Comissão da Cultura e da Educação, que é responsável por questões relacionadas com a juventude.

O Congresso tenta assegurar ativamente a disseminação mais abrangente possível da Carta revista. Apesar de a Carta revista ter sido elaborada pelo Congresso, a responsabilidade da implementação deste documento é das autoridades locais e regionais.

A tua tarefa:

1. *Descobre quem são as pessoas delegadas do teu país para a Câmara de Autoridades Locais e para a Câmara de Regiões (a lista está disponível no website do Congresso).*
2. *Contacta-as e pede mais informação sobre o que tem sido feito no teu país para promover e implementar a Carta revista, e que ações estão planeadas.*
3. *Pergunta como podes contribuir para a promoção e implementação da Carta.n.*
4. *Pensa em formas possíveis de participar e encorajar o envolvimento da tua organização, comunidade local ou autoridades locais.*

Como e porque é que a Carta foi revista?

A Carta Europeia sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Municipal e Regional (o nome original do documento) foi adotada em Março de 1992 pela Conferência Permanente de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa (renomeada em 1994 como "Congresso de Autoridades Locais e Regionais na Europa"). Não obstante o seu potencial, o documento não ficou amplamente conhecido, nem foi suficientemente usado pelos Estados-membros do Conselho da Europa[28].

Dez anos depois, o Congresso e a Direção de Juventude e Desporto organizaram a Conferência "Young People – Actors in their Towns and Regions" em Cracóvia (7-8 de Março de 2002) para celebrar o 10.º aniversário da Carta Europeia e para avaliar os êxitos e desafios da participação juvenil durante a primeira década da existência da Carta[29]. A conferência também se focou numa maior promoção da participação juvenil e boas práticas neste campo.

Na sua declaração final, a conferência formulou um pedido para emendar a Carta Europeia, pois concluiu-se que as provisões da Carta não refletiam suficientemente novos desenvolvimentos na sociedade contemporânea.

Momento para reflexão

1. *Quais são os novos desenvolvimentos sociais, políticos, económicos ou tecnológicos que têm impacto nas vidas, necessidades e aspirações dos e das jovens?*
2. *Quais destes desenvolvimentos podem ter uma maior influência na participação juvenil (tanto globalmente como na tua comunidade ou organização)?*

Como resultado do pedido, formou-se um grupo de especialistas composto por representantes do Congresso e do Conselho Consultivo para a Juventude do Conselho da Europa[30], e outros e outras especialistas, e começou-se a trabalhar na revisão da Carta. A Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional foi adotada pelo Congresso em Maio de 2003 (como Anexo à Recomendação 128).

A Carta revista aborda novos desenvolvimentos que afetam as vidas das e dos jovens na sociedade europeia contemporânea, tais como a crescente influência da Internet nos e nas jovens, o desemprego de jovens ou as consequências da insegurança urbana. Mais, contém uma revisão de políticas locais que lidam com questões que são importantes para as e os jovens, e propõe formas de estas políticas poderem apoiar a participação juvenil a nível local.

A Carta revista em diferentes línguas

A Carta foi publicada nas duas línguas oficiais do Conselho da Europa – inglês e francês – mas também existem traduções para várias outras línguas europeias[31]. O processo de tradução da Carta para todas as línguas oficiais dos Estados-membros do Conselho da Europa ainda está a decorrer, para futuramente estar acessível às comunidades locais em toda a Europa.

28. Doorley, J., "Synthesis report on the work of the Council of Europe's Directorate of Youth and Sport in the field of youth participation and democratic citizenship between 2003 and 2005 and an analysis of current trends in youth participation and recommendations for future action", CDEJ (2006)4, Estrasburgo, Janeiro de 2006, p. 6.

29. Introdução à Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na vida local e regional, Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Maio de 2003, p. 3.

30. O Conselho Consultivo para a Juventude é um organismo legal do Conselho da Europa, composto por 30 representantes de organizações e redes juvenis não-governamentais. A sua principal função é formular recomendações sobre políticas e programas no Departmento da Juventude do Conselho da Europa.

31. As traduções existentes estão disponíveis no website do Conselho da Europa em: www.coe.int/t/dg4/youth/coe_youth/youth_participation_charter_EN.asp. A versão em português está disponível em www.fnaj.pt/images/stories/biblioteca/pubcartaEuropeia.pdf

A Carta revista é um documento oficial do Conselho da Europa e está escrito num estilo formal que poderá parecer difícil de entender para quem não está habituado a trabalhar com documentos legais, e particularmente para jovens. É por isso que foi criada uma versão da Carta revista em "linguagem acessível", onde os princípios e as recomendações são ilustrados através de exemplos e explicados em linguagem "acessível às e aos jovens". Esta versão de linguagem acessível está disponível num CD-Rom interativo e online[32], para que os e as jovens se possam familiarizar com a Carta de uma maneira menos formal.

A tua tarefa:

1. *Descobrir se a Carta revista já foi traduzida para a tua língua (tanto a versão oficial como a versão de linguagem acessível).*
2. *Se não foi, conheces alguma organização, instituição ou grupo dispostos a traduzir a Carta para a tua língua? Estarias disposto a participar na organização da tradução?*
3. *Contacta possíveis parceiros e planeia o processo de tradução.*
4. *Implementa o teu plano.*
5. *Envia a versão traduzida para a Direção de Juventude e Desporto do Conselho da Europa (youth@coe.int) e para o Secretariado do Congresso (congress.web@coe.int) para também poder ficar acessível a outras pessoas.*
6. *Se existir uma tradução, descobre:*
   - *onde se pode obter cópias impressas da Carta no teu país;*
   - *e a tradução da Carta está acessível online. Se está, em que websites?*
7. *Encomenda as cópias da Carta de que necessitas.*
8. *Descobre se a versão de linguagem acessível da Carta existe na tua língua e se podes aceder à mesma.*

Estatuto legal da Carta

A Recomendação Rec(2004)13 do Comité de Ministros que apoia a implementação da Carta revista foi adotada por todos os Estados-membros do Conselho da Europa[33]. Na prática, isto significa que os Estados-membros têm a responsabilidade moral de implementar a Carta revista, embora as suas recomendações não sejam legalmente vinculativas. A Carta deve ser vista como um conjunto de princípios, melhores práticas e diretrizes para potenciar a participação juvenil a nível local e regional.

32. Disponível em: www.coe.int/t/dg4/youth/coe_youth/youth_participation_charter_EN.asp

33. A data da impressão (verão 2015), o Conselho da Europa tinha 47 Estados-membros: Albânia, Andorra, Arménia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegóvina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Federação Russa, São Marino, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, "a Antiga República Jugoslava da Macedónia", Turquia

2.2 Conteúdo da Carta

A Carta consiste em três partes relacionadas com diferentes aspetos da participação juvenil a nível local.

Parte I – Políticas setoriais

A participação ativa de jovens depende de uma série de fatores internos, tais como motivação, necessidades e aspirações, e fatores externos, tais como contexto, infraestruturas e sistemas existentes. As políticas locais desempenham um papel muito poderoso na criação das condições e infraestruturas certas para as e os jovens participarem na vida das suas escolas, organizações ou comunidades, e por isso, a Carta revista contém uma revisão de diferentes áreas de política e sugere uma série de medidas concretas que podem prestar o apoio necessário ao envolvimento dos e das jovens. Contudo, estas sugestões permanecem bastante gerais, para que as comunidades na Europa possam descobrir as formas mais apropriadas de pôr estas medidas em prática, tendo em conta o seu próprio contexto local e os seus antecedentes.

Área de política	Recomendações para as autoridades locais e regionais
Política para o desporto, o lazer e a vida associativa	– apoiar atividades geridas por associações e organizações juvenis, grupos de jovens e centros locais; – apoiar organizações que providenciam formação a youth workers locais, facilitadores e facilitadoras e líderes de clubes e organizações juvenis; – encorajar associações a promover a participação juvenil nos seus organismos legais.
Política para a promover o emprego de jovens e para combater o desemprego	– desenvolver políticas e programas para combater o desemprego de jovens e promover oportunidades de emprego para jovens; – estabelecer centros de emprego locais; – apoiar o estabelecimento de atividades comerciais por jovens; – encorajar a experimentação da economia social, iniciativas de autoajuda ou cooperativas.
Meio urbano e habitat, política de habitação e transporte	– criar condições para desenvolver uma política de meio urbano baseada num ambiente habitacional mais integrado e menos fragmentado; – adotar políticas de habitação e meio urbano; – elaborar programas para um ambiente mais harmonioso; – desenvolver serviços informativos locais sobre habitação; – desenvolver esquemas locais para ajudar os e as jovens a ter acesso a habitação; – envolver os e as jovens na organização de transportes públicos;

	– apoiar iniciativas de transporte rural que tenham como objetivo prestar serviços de transporte.
Uma política para a educação e a formação para promover a participação juvenil	– encorajar ativamente a participação juvenil na vida escolar; – prestar apoio financeiro e outros apoios (por exemplo, instalações para reuniões) para permitir aos e às jovens estabelecer associações de estudantes democráticas; – garantir que os e as estudantes e as associações de estudantes são consultados regularmente acerca de currículos e outros desenvolvimentos.
Uma política para a mobilidade e os intercâmbios	– apoiar grupos e associações que favoreçam a mobilidade de jovens; – encorajar as e os jovens, as escolas e organizações a participarem em intercâmbios e redes internacionais; – incluir representantes de jovens em comissões de geminação ou outros órgãos que coordenem esses intercâmbios.
Uma política para a saúde	– criar ou desenvolver mecanismos institucionais para consultas entre jovens, organizações e outros grupos preocupados com a segurança social e a promoção da saúde; – introduzir, desenvolver ou promover políticas de informação local e meios de aconselhamento para jovens afetados e afetadas pelo abuso de tabaco, álcool ou drogas; – desenvolver políticas de formação especiais para assistentes sociais, youth workers e líderes envolvidos em trabalho de prevenção e reabilitação; – intensificar campanhas de informação e medidas preventivas relacionadas com doenças sexualmente transmissíveis.
Uma política para a igualdade de géneros	– apoiar os e as jovens na obtenção de papéis de responsabilidades na vida profissional, em associações, na política e em autoridades locais e regionais; – promover uma política educativa de igualdade entre homens e mulheres através da elaboração de um plano destinado a eliminar desigualdades e através da implementação e avaliação de medidas de promoção de oportunidades iguais; – permitir que raparigas e jovens mulheres recebam informação sobre cursos de formação; – oferecer bolsas e cursos específicos a raparigas e jovens mulheres; – introduzir quotas de lugares reservados a mulheres em instituições que trabalhem com assuntos públicos; – introduzir medidas financeiras para serviços sociais.

Uma política específica para as áreas rurais	– garantir que diferentes políticas setoriais refletem e abordam as necessidades especiais de jovens que vivem em áreas rurais; – dar apoio a organizações juvenis e organizações comunitárias ativas em áreas rurais.
Uma política para o acesso à cultura	– adotar políticas que permitam aos e às jovens tornar-se atores culturais; – adotar políticas que facilitem o acesso ao conhecimento, à prática da cultura e à atividade criativa.
Uma política para combater a violência e o crime	– incluir jovens em conselhos de prevenção de crimes; – trabalhar com jovens em risco de envolver-se ou que já estejam envolvidos e envolvidas em crimes; – combater a violência racista; – travar a violência nas escolas; – contribuir para a criação de redes de trabalho ou projetos que promovam a não-violência e tolerância; – proteger os e as jovens contra a exploração e o abuso sexual; – criar estruturas que apoiem vítimas de exploração e abuso sexual.
Uma política anti-discriminação	– promover ativamente os Direitos Humanos; – reforçar a legislação anti-discriminação; – garantir o acesso igual a todos os cidadãos e todas as cidadãs a locais públicos, formação vocacional, escolaridade, habitação e atividades culturais, etc.; – incluir o diálogo inter-religioso, a educação multicultural, anti-racista e anti-discriminatória como parte do currículo escolar.
Uma política para a sexualidade	– promover uma educação sexual não-diretiva nas escolas; – apoiar organizações e serviços que ofereçam informação sobre relações e sexualidade; – apoiar o trabalho entre pares neste campo.
Uma política de acesso aos direitos e à legislação	– disseminar informação sobre os direitos das e dos jovens; – apoiar serviços criados para trabalhar na aplicação de direitos dos e das jovens; – permitir às e aos jovens participar na elaboração de novas regras.

Parte II – Instrumentos para a participação juvenil

A próxima parte da Carta concentra-se em ideias e ferramentas que podem ser usadas por autoridades locais para potenciar a participação juvenil. Refere-se a ideias concretas onde a participação juvenil pode ser implementada de uma forma significativa.

Área 1: Formação em participação juvenil

- formação vocacional para docentes e youth workers na prática da participação juvenil;
- implementar todas as formas de participação de estudantes nas escolas;
- introduzir programas de educação cívica nas escolas (formação em participação juvenil, Direitos Humanos, etc.);
- introduzir a educação entre pares, facultando os recursos necessários e apoiando a troca de boas práticas.

Área 2: Informação aos e às jovens

- apoiar ou criar centros de informação juvenis ou centros de aconselhamento;
- tomar medidas específicas para responder às necessidades das e dos jovens que têm problemas em aceder à informação (pessoas com deficiências e incapacidades, quem não tem acesso à Internet ou não sabe usar um computador, quem vive em bairros desfavorecidos ou áreas rurais, etc.);
- criar e garantir padrões de qualidade relativamente a serviços informativos para jovens;
- assegurar que os serviços informativos mantenham esses padrões.

Área 3: Promoção da participação juvenil através das tecnologias de informação e comunicação

- usar as tecnologias de informação e comunicação como parte das políticas de informação e participação por parte das autoridades locais;
- garantir o acesso de jovens a estas tecnologias (tanto infraestruturas como know-how).

Área 4: Promoção da participação juvenil nos meios de comunicação

- apoiar a criação e a operação de meios de comunicação locais desenvolvidos por e para jovens;
- assegurar programas de formação relevantes para jovens sobre como desenvolver estes meios.

Área 5: Encorajamento dos e das jovens para realizarem trabalho voluntário

- apoiar o estabelecimento de centros de voluntariado;
- facultar informação sobre oportunidades de trabalho voluntário;
- desenvolver sistemas que reconheçam e validem a atividade voluntária.

Área 6: Apoio a projetos e iniciativas de jovens

- facilitar a implementação de projetos juvenis;
- prestar ajuda profissional na gestão desses projetos;
- prestar assistência financeira, material e técnica.

Área 7: Promoção de organizações juvenis

- garantir um orçamento específico para apoiar organizações juvenis (preferencialmente para organizações geridas por e para jovens);
- implementar o princípio da cogestão e o sistema de tomada de decisão em parceria com jovens e organizações juvenis em áreas relevantes.

Área 8: Promoção da participação juvenil em organizações não-governamentais e partidos políticos

- providenciar recursos (também financeiros) a organizações não-governamentais que promovam a participação juvenil;
- promover o envolvimento de jovens no sistema político-partidário.

Parte III – Participação institucional por jovens em assuntos locais e regionais

A última parte da Carta revista contém recomendações sobre o envolvimento de jovens em estruturas ou instituições locais. Se as políticas setoriais (revistas na Parte I) forem implementadas de forma a apoiarem a participação juvenil ao nível da totalidade da comunidade, tem de se estabelecer estruturas apropriadas que representam as opiniões dos e das jovens sobre esta matéria. A Carta realça o facto de que a forma final de participação institucional deve ser escolhida de acordo com as necessidades locais, mas deve sempre ter como objetivo a criação de uma parceria entre jovens e autoridades locais e dar uma oportunidade às e aos jovens de participarem nas decisões que as e os afetam.

Recomendações sobre conselhos juvenis, parlamentos juvenis, fóruns juvenis

- devem ser estruturas permanentes;
- devem ser compostas por representantes eleitos e eleitas ou nomeados e nomeadas por organizações juvenis;
- a sua afiliação deve refletir a constituição sociológica da comunidade;
- as e os jovens devem ter uma responsabilidade direta por projetos e influenciar políticas;
- devem constituir um enquadramento físico para os e as jovens expressarem as suas opiniões e preocupações (também em relação a iniciativas de autoridades locais);
- devem ter o poder de fazer propostas a autoridades locais;
- devem facilitar consultas a jovens e às suas organizações sobre questões que os preocupam;
- devem ser um fórum para desenvolver, monitorizar e avaliar projetos juvenis;
- devem facilitar a participação juvenil noutros organismos consultivos a nível local.

Recomendações relacionadas com o apoio a estruturas de participação juvenil

- as autoridades locais devem facultar estruturas formais e informais para a participação juvenil através da provisão do espaço necessário e de apoio financeiro e material (apesar dos e das jovens e das organizações juvenis serem também responsáveis por procurar apoio adicional de outras fontes);
- as autoridades locais devem arranjar uma pessoa ou uma entidade garante que será responsável por monitorizar a implementação das estruturas de apoio;
- a pessoa ou a entidade garante deve ser independente e a sua nomeação deve ser acordada entre os e as representantes de jovens e as autoridades locais;
- a pessoa ou uma entidade garante deve agir como intermediária entre os e as jovens e os e as representantes locais eleitos e eleitas, deve representar os interesses dos e das jovens em casos de mal-entendidos ou conflito entre os e as jovens e as autoridades locais e deve ser um canal de comunicação entre estas duas partes.

2.3 Destinatários e destinatárias da Carta

A Carta revista é um documento dirigido a todas as pessoas que sejam responsáveis por estarem envolvidas ou interessadas em potenciar a participação juvenil num contexto local. Cada pessoa, provavelmente, olhará para

a Carta de uma perspetiva diferente e quererá usá-la à sua maneira mas o objetivo comum para toda a gente é comum: garantir que as e os jovens têm as oportunidades, os meios, o espaço, o direito e o apoio para participarem e empenharem-se de forma significativa nas iniciativas e nos processos de tomada de decisões que afetem as suas vidas. Estas cinco palavras-chave – oportunidades, meios, espaços, direito e apoio são os elementos principais da abordagem da Carta à participação e serão explicados, detalhadamente, no Capítulo 3 deste manual.

Principais grupos-alvo a quem se dirige a Carta:

– *Jovens*

  Os e as jovens representam uma parte significativa da população. São um grupo diverso, um grupo com as suas próprias necessidades e aspirações que podem ser melhor cumpridas se os e as jovens expressarem as suas opiniões e puderem desempenhar um papel significativo na resolução de questões importantes para eles e elas.

– *Grupos informais de jovens*

  Alguns jovens gostam de partilhar as suas ideias e reunir-se com outros e outras jovens, mas não se querem tornar membros oficiais de associações ou fazer parte de entidades estruturadas. Em vez disso, poderão escolher grupos informais que não estejam registados, que tenham regras muito flexíveis e que satisfaçam as suas necessidades de forma mais eficiente do que o fariam associações hierárquicas ou organizadas. Estes grupos informais podem existir na forma de redes de trabalho espontâneas, grupos de apoio ou comunidades virtuais.

– *Organizações e associações juvenis*

  Ser membro de uma organização juvenil, conselho ou comissão juvenil é uma das formas tradicionais de participação juvenil. Idealmente, os e as jovens devem estar em posições de liderança, mas algumas organizações juvenis são geridas apenas por pessoas adultas ou por uma parceria entre jovens e pessoas adultas. As organizações ou associações juvenis geralmente são registadas por autoridades locais ou nacionais e podem atuar como entidades legais. Como tal, a presença de pessoas adultas em posições de liderança é requerida em alguns países onde os e as jovens podem não ser responsabilizados legalmente pelos atos da organização.

– *Instituições educativas*

  As escolas são um dos locais fundamentais onde as e os jovens aprendem coisas novas sobre o mundo, formam as suas opiniões e preparam-se para a próxima fase das suas vidas. A maioria dos e das jovens passa grande parte das suas vidas na escola ou na universidade e, por isso, estes são locais onde a participação juvenil não só deve ser promovida, como também praticada.

– *Outras organizações*

  Há uma série de outras organizações que trabalham no campo da participação juvenil que não trabalham diretamente com jovens ou cuja afiliação está aberta a vários grupos profissionais ou faixas etárias diferentes. Estas organizações gerem, por exemplo, atividades educativas para youth workers ou docentes, focam-se na investigação, ou exercem pressão para reforçar políticas favoráveis aos e às jovens.

– *Autoridades locais*

  Há uma prática crescente em países europeus para criar unidades especiais no seio de autoridades locais para tratar das preocupações das e dos jovens. Quer seja uma única pessoa ou um departamento inteiro a trabalhar neste campo, o seu objetivo deve ser encorajar a participação juvenil num contexto local e apoiar diferentes atividades e iniciativas para jovens. Porém, não basta que a Carta revista for usada por representantes diretamente responsáveis pela juventude. Tal como já mencionámos, os e as jovens são afetados e afetadas por uma série de políticas setoriais diferentes e, por isso, também se deve envolver na implementação da Carta outras unidades na estrutura de autoridades locais.

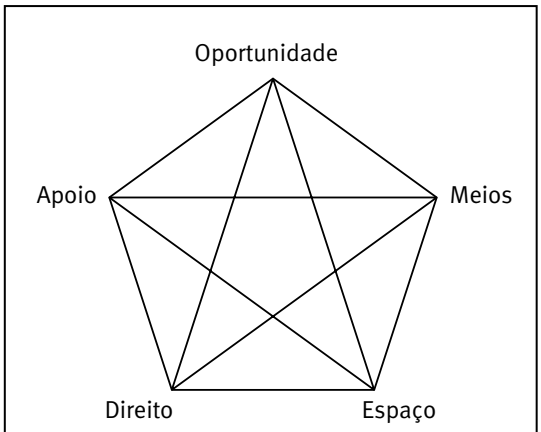
Ao olhar para a Carta, temos a impressão que o documento se dirige a autoridades locais, pois foca-se num grande número de políticas e instrumentos locais. Na verdade, as autoridades têm um papel muito importante na criação das condições certas para a participação juvenil a nível local, mas não podem e não devem fazê-lo sem a cooperação e o apoio de jovens e das suas organizações. É por isso que os grupos-alvo mencionados acima têm de se envolver, ainda que em diferentes capacidades ou papéis, para assegurar que os princípios e as recomendações da Carta podem ser implementados com sucesso numa comunidade específica. Nos próximos capítulos do manual, daremos mais detalhes sobre como cada grupo participará na implementação da Carta a nível local.

Capítulo 3

A abordagem da Carta à participação

3.1. Introdução da abordagem da Carta à participação de jovens

A Carta revista destina-se a vários grupos envolvidos na promoção da participação juvenil a nível local. Apesar de uma parte substancial do documento conter recomendações para diferentes políticas setoriais, vai mais além dos aspetos de políticas de participação juvenil. Propõe uma abordagem que pode ser usada em todas as áreas do envolvimento das e dos jovens a nível local, tais como a implementação de projetos de participação juvenil, o estabelecimento de parcerias entre jovens e pessoas adultas ou a constituição de organizações e grupos juvenis, etc.



Abordagem OMEDA à participação juvenil

A abordagem da Carta à participação é a chamada abordagem "OMEDA" e baseia-se nas cinco palavras-chave mencionadas no preâmbulo do documento: oportunidade, meios, espaço, direito e apoio[34]. Baseia-se no princípio de que a participação significativa dos e das jovens só pode ocorrer quando as condições certas tiverem sido criadas e todas as partes envolvidas no trabalho participativo tiverem a responsabilidade para garantir que estas condições estão presentes.

As cinco palavras-chave, Oportunidade, Meios, Espaço, Direito e Apoio, representam os principais fatores tendo uma influência no envolvimento dos e das jovens a nível local (serão explicados detalhadamente mais à frente neste capítulo). Cada uma delas concentra-se numa medida de apoio diferente, mas estão intimamente interrelacionadas,

34. Estas palavras-chave foram mencionadas no preâmbulo da Carta e referem-se ao entendimento de participação que foi assumido no documento: "A participação e a cidadania ativa têm que ver com ter a oportunidade, os meios, o espaço, o direito e, sempre que necessário, o apoio para participar e influenciar decisões e envolver-se em ações e atividades de forma a contribuir para construir uma sociedade melhor."

e têm de ser todas cumpridas para que as e os jovens possam participar plenamente nas atividades ou decisões que lhes interessam.

A abordagem OMEDA pode ser uma ferramenta útil para jovens, youth workers ou autoridades locais pois ajuda-los e ajuda-las a olharem de forma crítica para os seus projetos ou iniciativas e a descobrirem se foram criadas as condições certas para a participação juvenil. Abaixo encontra-se uma descrição mais detalhada do enquadramento dado pela abordagem OMEDA[35].

3.2. Enquadramento OMEDA

O enquadramento OMEDA é uma forma de avaliar em que medida cada um dos cinco principais fatores que influenciam a participação juvenil está presente num projeto, numa iniciativa, numa organização ou na vida comunitária.

Oportunidade

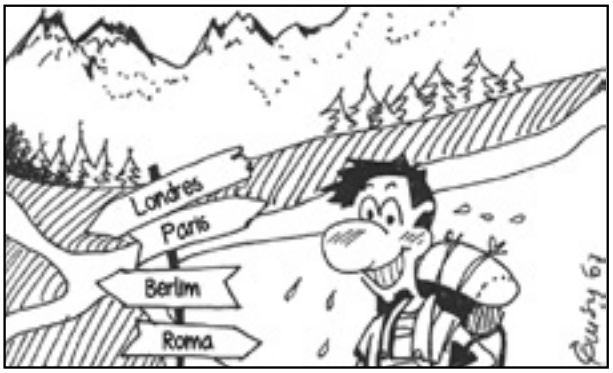
Para poder participar ativamente, os e as jovens têm de ter oportunidade de o fazer. Isto significa, por exemplo, que eles e elas têm de ter acesso fácil a informação sobre como participar, quais as oportunidades disponíveis e onde estão. Quando sabem o que se está a passar na sua comunidade local, em termos de participação juvenil, podem tomar decisões informadas sobre o seu envolvimento. Acontece, por vezes, as e os jovens não participarem, não por não terem interesse, mas simplesmente porque não obtêm informação sobre as oportunidades existentes.

Em segundo lugar, os eventos, os processos de tomada de decisão e os sistemas têm de ser favoráveis às e aos jovens. Não deve haver apenas espaço para jovens nestes processos e nestas estruturas mas a forma como estão organizados e a forma como trabalham devem permitir que os e as jovens possam entendê-los e contribuir plenamente, se o desejarem. Assim sendo, tem de se garantir, por exemplo, que as e os jovens têm a oportunidade de participar em termos de tempo e estruturas de apoio suficientes.

Momento para reflexão

1. *Quais são as oportunidades para a participação juvenil no teu contexto local ou na tua organização?*
2. *Como são comunicadas estas oportunidades aos e às jovens? Esta forma de comunicação é eficaz?*
3. *Qual é a influência que o teu projeto terá para a criação de oportunidades para os e as jovens participarem a nível local e/ou regional?*
4. *Como se podem envolver os e as jovens no teu projeto? Como têm conhecimento dele? O projeto é favorável aos e às jovens?*
5. *De que forma(s) o teu projeto dá às e aos jovens a oportunidade de praticar a Democracia e a cidadania?*
6. *De que forma(s) o teu projeto dá oportunidades educativas aos e às jovens?*
7. *Que tipo de jovens podem participar no teu projeto? Estes e estas jovens já têm posições de liderança?*

35. A descrição do enquadramento foi adaptada de materiais preparados para o curso de formação sobre o desenvolvimento e a implementação de projetos de participação a nível local e regional, que decorreu em Junho de 2005 no Centro Europeu da Juventude em Estrasburgo.



Meios

A vida pode ser mais difícil para as e os jovens que não têm recursos suficientes na vida (recursos financeiros, por exemplo) e que vivem na pobreza devido ao desemprego ou a outras dificuldades. Isto pode querer dizer que as suas necessidades básicas, como alimento ou habitação, não são atendidas e, como resultado, eles e elas podem sentir-se numa situação de isolamento ou à margem da sociedade. É natural que, nessas circunstâncias, a prioridade seja tentar procurar diferentes formas de obter os recursos em falta e, por isso, as e os jovens podem não ter tempo ou motivação para participar na vida de uma organização ou comunidade.

Por isso, para encorajar os e as jovens a participar tem de se assegurar que as necessidades básicas são respondidas. Estas incluem segurança social, educação, habitação, cuidados de saúde, transporte, conhecimento e acesso à tecnologia suficientes.

Momento para reflexão

1. *Quais são os meios mais importantes de que os e as jovens precisam no teu contexto local para poderem participar plenamente no teu projeto, na tua organização ou na vida comunitária? Como identificaste estas necessidades?*
2. *Que problemas relacionados com estes meios são abordados pelo teu projeto ou pela tua organização (se existirem)? De que forma?*
3. *Como aborda o teu projeto, a tua organização ou a tua comunidade questões como meios ou recursos, acesso, localização ou distância?*
4. *Como é que estas questões afetam as possibilidades para os e as jovens a quem te diriges de participar no teu projeto?*
5. *Que recursos práticos e relevantes tens ou precisas para uma grande variedade de jovens poderem participar no teu projeto (transporte, despesas ou intérpretes, por exemplo)? Como podes obter os recursos que ainda não tens?*
6. *O teu projeto ou a tua organização estão acessíveis a jovens com deficiências ou que sejam desfavorecidos e desfavorecidas? Que apoio é necessário para os e as ajudar a participar e como é que este apoio é prestado?*

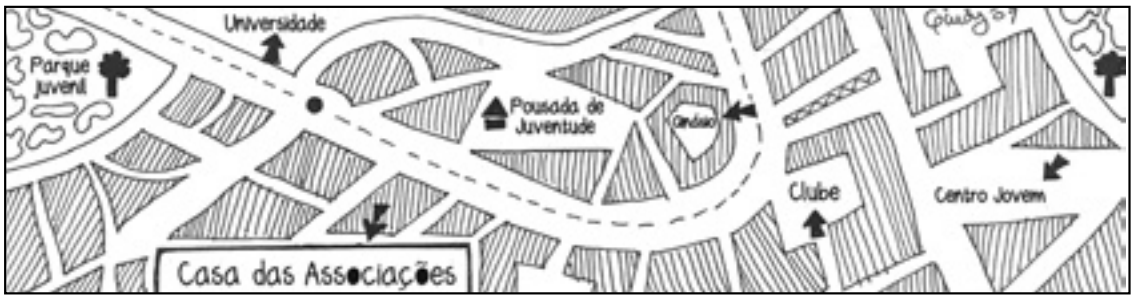
Espaço

Os e as jovens precisam de espaço físico para se reunirem, despenderem tempo ou organizarem as suas próprias atividades. No que diz respeito à participação em atividades escolares ou outros currículos organizados, geralmente existem meios disponíveis (por exemplo em salas de aula, ginásios ou clubes juvenis). Mas é muito mais difícil para os e as jovens encontrar um lugar para se reunirem se tiverem interesse em participar em iniciativas não-organizadas. É por isso que vemos a Internet a ser cada vez mais por jovens como um espaço para trocar opiniões ou até para criar projetos com outras pessoas que pensam da mesma forma.

Mas este fator OMEDA não é apenas sobre espaço físico, é muito mais sobre o espaço para participar no enquadramento institucional da elaboração de políticas. Isto significa essencialmente que as opiniões, recomendações e conclusões dos e das jovens devem ter um impacto real em decisões que são tomadas. É muito frequente os e as jovens serem convidados e convidadas a participar em processos, mas, na verdade, têm poucas possibilidades de influenciar e moldar o resultado final. A isto chama-se "representação simbólica".

Momento para reflexão

1. *Que espaço está disponível para os e as jovens na tua comunidade (físico, virtual, institucional)? Na tua opinião, é suficiente?*
2. *De que formas podem as e os jovens ter um impacto real no resultado final das decisões que influenciam as suas vidas?*
3. *Em que medida o teu projeto ou a tua organização ajudam os e as jovens a ter mais influência no resultado final das decisões que afetam as suas vidas?*
4. *Como capacita o teu projeto ou a tua organização as e os jovens envolvidos no projeto no projeto para expressar as suas visões, opiniões, desejos e preocupações acerca da forma como o ambiente comunitário ou o projeto se desenvolve?*
5. *Que medidas práticas podes aplicar no teu contexto para garantir que as opiniões dos e das jovens têm um impacto real?*
6. *Pergunta para quem gere projetos: o espaço onde o projeto decorrerá é acessível, acolhedor e aberto a toda a gente? Quem criou o espaço e com base em que critérios?*



Direito

Os e as jovens têm o direito implícito de participar e isto, tal como mencionado no Capítulo 1, refere-se a um Direito Humano. Idealmente, deveria existir uma lei a nível local e/ou regional que declarasse que os e as jovens têm de ser consultados e consultadas e ter o direito de participar em questões, ações e decisões que os e as afetem. Mesmo em comunidades onde não existe, oficialmente, nenhuma lei desse género, os e as jovens têm o direito de participar. Por outras palavras, não depende das autoridades locais ou regionais conceder esse direito porque se trata de um direito fundamental que todos os jovens e todas as jovens têm e devem reivindicar.

Os e as jovens devem ter um papel ativo na promoção dos seus direitos. Na prática, isto significa muito mais do que influenciar decisões locais através de consultas ou eleições. Implica que as atividades, os projetos ou as organizações devem garantir direitos que os e as jovens têm em todas as áreas da vida, e isto significa não só direitos cívicos ou políticos, mas também sociais, económicos ou culturais.

Momento para reflexão

Direitos no geral

1. *Que direitos têm os e as jovens?*
2. *Quais são os direitos que o teu projeto ou organização pretende abordar ou promover?*
3. *Como sabes que esses direitos são relevantes para os e as jovens aos e às quais o teu projeto se dirige?*

Direito a participar

1. *Os e as jovens têm o direito de participar na tua comunidade local? Como é que sabes isto?*
2. *Têm os direitos necessários para praticar a participação (por exemplo, o direito de expressar a sua opinião, o direito de serem ouvidos e ouvidas, etc.)? Quais são esses direitos em termos específicos?*
3. *Como é que o teu projeto pretende promover ou abordar o direito de jovens a participar em questões, ações ou decisões que têm influência nas suas vidas?*

Direitos de jovens no seio do teu projeto, organização ou comunidade

1. *Que papel desempenham as e os jovens na tomada de decisão no seio do teu projeto, organização ou comunidade?*
2. *Eles e elas estão presentes em todos os níveis da tomada de decisão?*
3. *Os e as jovens têm a autonomia e a responsabilidade necessárias para tomar decisões e implementá-las no teu projeto?*
4. *No teu projeto, como desenvolvem os e as jovens as capacidades necessárias para uma tomada de decisão eficaz?*
5. *Como e em que medida está o teu projeto aberto a todos os jovens e todas as jovens, sem discriminação com base nas suas identidades nacionais, étnicas, religiosas e culturais, classe social, recursos económicos, género, orientação sexual, capacidade física, etc.?*

Apoio

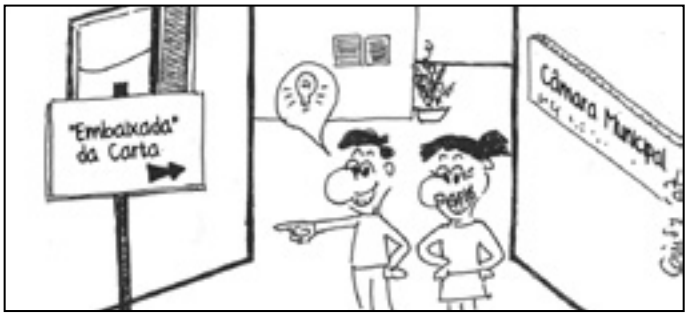
Os e as jovens têm imenso talento e potencial para participar, mas sem o apoio necessário, o seu envolvimento poderá não ser tão eficiente como poderia ser. Deviam ter acesso a várias formas de apoio. Este apoio inclui, por exemplo, ajuda financeira, moral e institucional a vários níveis diferentes – pessoal, organizacional ou comunitário. Idealmente, as autoridades locais devem prestar apoio financeiro adequado para cobrir despesas e custos estruturais, mas continua a acontecer em muitas comunidade as questões relacionadas com os e as jovens não terem prioridade em termos de gestão financeira local.

Os e as jovens também precisam de ter acesso a apoio moral e aconselhamento. Isto pode ser prestado, por exemplo, por uma pessoa referida na Carta revista como uma pessoa ou uma entidade garante[36], ou, em alternativa, por um ou uma youth workers ou outro profissional que tenha a experiência e especialização necessárias em trabalho na área de parcerias entre jovens e pessoas adultas ou em trabalho com jovens. Por último, a instituição ou comunidade como um todo tem de apoiar e reconhecer a importância e o contributo da participação juvenil, não só para os e as jovens, mas também para autoridades públicas e para a sociedade em geral.

36. A Carta explica que um/a garante é uma pessoa independente ou um grupo de pessoas que garantirão que o apoio necessário à participação juvenil é prestado, que atuarão como intermediário entre jovens e autoridades locais e, se for necessário, representarão os e as jovens em casos de conflito. Ver: a Carta revista, ponto III.2.68-70.

Momento para reflexão

1. *De que forma o ambiente da tua comunidade local apoia a participação juvenil?*
2. *O teu projeto ou a tua organização podem melhorar a situação? Como?*
3. *A participação juvenil faz parte da cultura da tua comunidade ou organização? Como podes provar isto?*
4. *De que forma são as estruturas e políticas na tua organização ou comunidade favoráveis aos e às jovens?*
5. *Que tipo de apoio institucional tens para o teu projeto? O que significa isto na prática? Como é que este apoio institucional facilita a participação juvenil no projeto?*
6. *A assistência de pessoas adultas limita-se à gestão indireta do teu projeto ("apoiando a liderança de jovens") ou elas são gestoras de projeto? Quais são as consequências disto (tanto vantagens como limitações) para o teu projeto?*
7. *De que capacidades precisam os e as jovens para participar ativamente no teu projeto?*
8. *Tens pessoal de apoio competente (voluntários e voluntárias ou profissionais) na tua organização para apoiar o envolvimento de jovens no teu projeto? Em caso afirmativo, que capacidades têm?*



Já se mencionou que todos os cinco elementos da abordagem OMEDA têm de estar presentes para que a participação significativa dos e das jovens possa ocorrer. Se, por exemplo, o seu direito a participar for negado, não importa que meios, espaço ou apoio serão facultados, pois eles e elas não poderão participar. Por outro lado, ter o direito, mas apoio insuficiente significa que este direito não pode ser exercido. Apesar de cada um dos fatores OMEDA ter sido analisado separadamente neste capítulo, temos de ver todos os elementos como partes de um sistema interligado, equilibrado e que funciona bem apenas quando todos os elementos funcionam de forma apropriada.

Capítulo 4

A Carta na prática

4.1. A Carta revista como ferramenta prática para diferentes atores

O Capítulo 1 deste manual discutiu as diferentes razões e motivações por trás da participação juvenil e concluiu que é impossível criar uma abordagem que cumpra as necessidades de toda a gente e que seja adequada a todas as situações e a todos os contextos.

A Carta revista sublinha as políticas e os princípios necessários para a participação significativa dos e das jovens e aborda uma série de questões que afetam as vidas de jovens a nível local e regional na Europa. Sendo um documento do Conselho da Europa, a Carta pretende abordar situações muito diversas (tanto geográficas, como económicas, sociais, políticas e culturais) em toda a Europa e apresenta um enquadramento que pode ser moldado consoante as necessidades e circunstâncias específicas de várias comunidades e organizações, em vez de ser uma prescrição detalhada e pronta a usar. Como tal, não deve ser vista como um documento estático, mas antes como um conjunto dinâmico de sugestões que podem ser usadas da forma mais relevante num determinado contexto.

As três partes da Carta contêm orientações para diferentes grupos interessados na participação juvenil sobre como criar as condições certas para o envolvimento de jovens. Estes grupos podem usar a Carta das formas que são mais relevantes para eles e podem tentar alcançar uma grande variedade de objetivos. Na prática, isto significa que se concentrarão em diferentes áreas abordadas pela Carta e não necessariamente no documento como um todo ao mesmo tempo.

Momento para reflexão

1. *Quem são os potenciais grupos ou os intervenientes no teu próprio contexto que podem estar interessados em usar a Carta como ferramenta para promover a participação juvenil?*
2. *Porque estariam interessados em usar a Carta?*
3. *Quais são as tuas ligações (se existirem) com estes grupos ou instituições?*
4. *Estes grupos e instituições sabem que a Carta existe? Como é que sabes disto?*

Grupos ou intervenientes muito diferentes que operam num contexto local podem usar as recomendações propostas na Carta nas suas próprias formas. Neste manual, porém, o enfoque assentará em três grupos principais responsáveis por promover a participação juvenil a nível local e regional, nomeadamente jovens, organizações juvenis e autoridades locais.

Jovens

Os e as jovens representam uma parte significativa da população em muitas comunidades locais, porém, o seu papel e a sua influência são bastante limitados quando se fala de lidar com problemas locais. A Carta oferece uma série de ideias concretas sobre como fortalecer o papel dos e das jovens em processos de tomada de decisão locais e, por isto, é uma ferramenta importante para as e os jovens criarem melhores condições para o seu envolvimento significativo na vida pública. A Carta contém uma série de recomendações que devem ser seguidas por autoridades locais e as e os jovens podem, assim, usá-la como uma ferramenta única para exercer pressão junto das suas autoridades locais para promover a participação juvenil. Os e as jovens também podem desempenhar um papel ativo na disseminação da Carta no seu contexto local entre diferentes instituições, em escolas e em clubes, etc. O potencial da Carta pode ser usado apenas se os intervenientes relevantes souberem da sua existência e se souberem como o aproveitar ao máximo para a sua comunidade local.

Os e as jovens têm de estar capacitados e capacitadas para poderem usar a Carta e seguir as suas recomendações. Apesar de poderem ter o potencial e a motivação, há uma série de capacidades e atitudes que têm de ser desenvolvidas, e algum conhecimento extra que tem de ser alcançado. Sem capacitação, poderá ser muito difícil, ou até mesmo impossível, para as e os jovens em algumas circunstâncias participarem e contribuírem para as vidas das suas comunidades.

Organizações

Quando se fala de organizações, há que ter em mente que estas não têm de ser organizações registadas ou oficialmente existentes, mas também podem ser grupos não-formalizados, redes ad hoc, etc. Algumas organizações que trabalham na promoção da participação juvenil permitem aos e às jovens tornarem-se membros, mas uma série deles restringe a afiliação apenas a pessoas adultas[36]. Contudo, todas elas podem desempenhar um papel vital na criação de oportunidades e do ambiente certo para os e as jovens se envolverem e poderem usar a Carta de diversas formas. Como, por vezes, são um canal de comunicação entre jovens e autoridades locais, podem usar a Carta como uma ferramenta para exercer pressão de forma a assegurar que os interesses e as necessidades dos e das jovens estão a ser tidas em conta por estas autoridades. Este pode ser um método eficiente, especialmente a nível local, onde as oportunidades estão em estreito contacto com os cidadãos e as cidadãs e as redes locais.

As organizações também podem implementar os princípios da Carta no seu dia-a-dia, o que significa, na prática, estar mais abertas à formação de parcerias com jovens e a aceitar as suas opiniões. Isto não implica que os e as jovens devam gerir diretamente os projetos ou membros da administração (apesar de isto ser possível), mas tem que ver com a criação de uma parceria onde os papéis, as tarefas e as responsabilidades são negociados, acordados e aceites por todas as partes envolvidas.

37. Exemplos disso são as agências de investigação, redes de peritos e especialistas, instituições educativas, centros de reabilitação, etc.

Autoridades locais

Ao formular políticas locais, gerir recursos locais e procurar formas de melhorar a qualidade de vida dos membros da comunidade, as autoridades locais desempenham um papel crítico e único na criação das condições necessárias para os e as jovens participarem. As autoridades locais também estão "mais perto dos e das jovens", por isso, têm uma responsabilidade de dar acesso à cidadania ativa e à participação democrática local. Mais, têm conhecimento local e acesso a redes locais que podem apoiar o envolvimento das e dos jovens de várias formas.

A Carta faculta um enquadramento para uma abordagem local a questões relacionadas com a juventude. Também pode ser vista como uma ferramenta para criar ou melhorar políticas de juventude locais que apoiarão o envolvimento de jovens na tomada de decisão e no desenvolvimento de diferentes normas e práticas que afetam a população jovem numa comunidade. Por essa razão, as medidas relevantes que foram propostas na Carta devem ser implementadas o máximo possível (dependendo das circunstâncias, dos recursos disponíveis, da experiência passada, etc.). As autoridades locais devem estar empenhadas em apoiar a participação juvenil não só em processos de governação a nível local, mas também num ambiente social – em escolas, clubes, organizações, etc. Assim sendo, as medidas promovidas pela Carta abordam ambas as dimensões da participação juvenil, pois estão interrelacionadas e são igualmente importantes para o benefício de toda a comunidade.

Como podem diferentes intervenientes usar a Carta? – Revisão

A lista abaixo é uma coleção de ideias que podem inspirar diferentes intervenientes a agir e a começar a usar a Carta como uma ferramenta no seu trabalho diário. Não é uma lista completa – toda a gente deve escolher as ações mais relevantes para as suas necessidades e contextos locais.

	Se fores um ou uma jovem	**Se fores um ou uma representante de uma organização**	**Se fores um ou uma representante de autoridades locais**
Porque deves usar a Carta?	– para melhorares a situação dos e das jovens na tua comunidade – para responderes às necessidades das e dos jovens – para conheceres os teus direitos – para teres acesso a recursos – para fazeres com que os e as jovens sejam ouvidos e ouvidas e as suas opiniões sejam tidas em consideração – para influenciares a vida da tua comunidade local	– para melhorares a situação dos e das jovens na tua comunidade – para responderes às necessidades dos e das jovens – para representares os interesses dos e das jovens de forma mais eficaz – para capacitares as e os jovens a participar – para criares novas formas de participação juvenil	– para melhorares a situação dos e das jovens na tua comunidade – para conheceres e responderes às necessidades dos e das jovens – para reconheceres e valorizares o papel das e dos jovens – para tomares decisões melhores e mais informadas – para teres mais representatividade – para criares espaço para as e os jovens contribuírem para o bem comum

	Se fores um ou uma jovem	Se fores um ou uma representante de uma organização	Se fores um ou uma representante de autoridades locais
Porque deves usar a Carta?	– para descobrires formas de cooperação construtiva com as autoridades locais – para desenvolveres interações entre diferentes intervenientes para alcançar os teus objetivos – para usares as tuas capacidades e talentos em benefício de outras pessoas – para contribuíres para a vida da tua comunidade – para ganhares novas capacidades – para ganhares experiências úteis – para aprenderes como funciona a democracia local	– para criares um ambiente de trabalho mais favorável – para cumprires a missão e os objetivos da organização – para beneficiares da cooperação com as autoridades locais – para desenvolveres interações entre diferentes intervenientes para alcançar os teus objetivos – para ganhares experiências úteis	– para criares espaço para os e as jovens praticarem a Democracia – para descobrires outras formas de interagir com jovens e organizações juvenis – para beneficiares da cooperação com jovens e organizações juvenis – para desenvolveres uma política de juventude local – para melhorares a tua imagem pública
Como podes usar a Carta?	– para descobrires as áreas em que podes participar a nível local – para formular as necessidades dos e das jovens na tua comunidade local, usando a Carta como base – para informares os intervenientes locais acerca da existência da Carta e do seu conteúdo – para promoveres a versão acessível a jovens da Carta em escolas, clubes e grupos juvenis – para exerceres pressão junto dos e das representantes nacionais junto do Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa para disseminarem a Carta e as boas práticas relacionadas com a Carta	– para formular as necessidades das e dos jovens da tua comunidade local, usando a Carta como base – para informares os intervenientes locais acerca da existência da Carta e do seu conteúdo – para exerceres pressão junto das autoridades locais implementarem as as recomendações da Carta – para desenvolveres posições sobre questões locais – para influenciares uma política de juventude local – para disseminares a Carta e as boas práticas relacionadas com a Carta entre as partes interessadas	– para realizar a investigação adequada sobre a situação de jovens no contexto local de forma a avaliar apropriadamente quais são os desafios mais importantes a enfrentar – para desenvolveres serviços mais adequados às necessidades dos e das jovens – para implementares as medidas propostas na Carta – para usares a Carta como um ponto de referência para o desenvolvimento de uma política de juventude local transetorial – para incorporares os valores e princípios promovidos na Carta em diferentes áreas de trabalho

	– para exerceres pressão junto de organizações juvenis e autoridades locais para implementarem as recomendações da Carta – para usares a Carta para exercer pressão junto de autoridades locais sobre questões de políticas – para usares a Carta como um "passaporte" para garantir a tua participação em projetos e iniciativas – para realizar investigação sobre o contexto local – para iniciares e implementares projetos de participação juvenil segundo a abordagem OMEDA	– para estabeleceres parcerias com organizações que tenham a mesma filosofia de forma a alcançares os teus objetivos influenciando os e as representantes nacionais no Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa – para incorporares os princípios promovidos na Carta em diferentes áreas de trabalho, na tua declaração de missão, nos teus objetivos, nas tuas prioridades políticas – para envolveres jovens em processos de tomada de decisão – para iniciares e implementares projetos de participação juvenil segundo a abordagem OMEDA – para usares a Carta como um instrumento de formação para a participação juvenil	– para envolveres jovens na tomada de decisões que afetam as suas vidas (por exemplo, praticando o sistema de cogestão) – para apoiares várias formas de participação juvenil – para criares organismos consultivos sobre questões relacionadas diretamente com a juventude – para construíres sistemas e estruturas locais para participação – para monitorizares o grau de participação a nível local

Que vantagens e pontos fortes já tens?	– pertencer à comunidade local – ser uma grande parte da população local – conhecer muito bem o contexto local – ter motivação para melhorar a situação dos e das jovens – ter abertura para cooperar e aprender	– ter experiência na realização de trabalho participativo – ser um canal para participação juvenil – ser uma parte do contexto local – conhecer muito bem o contexto local – por vezes, ser uma ligação entre jovens e autoridades locais	– estar perto dos e das jovens – conhecer o contexto local (política, social, económica, etc.) – conhecer redes e iniciativas locais e fazer parte delas – ter acesso a recursos – ter informação sobre onde obter recursos extra

	– ter disponibilidade para experimentar – ter talento e potencial que devem ser usados para benefício da comunidade	– ser uma parte de redes locais – ter acesso a recursos – ter informação sobre onde obter recursos extra	– ter poder e legitimidade para estabelecer regras locais – ter poder de tomada de decisão para influenciar o contexto local

De que precisas para poder usar a Carta duma forma mais eficiente?	– saber que a Carta existe o qual é o seu estatuto legal – desenvolver conhecimento, capacidades e competências necessários para participar a nível local – desenvolver capacidades e competências necessárias para trabalhar com outros grupos etários – obter capacidades para exercer pressão efetiva e advocacy – ganhar conhecimento sobre os mecanismos da democracia local – compreender processos de tomada de decisão locais e as áreas de responsabilidade de diferentes intervenientes – saber usar a Carta – receber formação sobre como implementar a Carta – ter uma atitude positiva perante o trabalho com as pessoas adultas e autoridades locais – desenvolver estratégias para aceder a diferentes recursos – ter autoconfiança	– saber que a Carta existe e qual é o seu estatuto legal – identificar e desenvolver novas formas de trabalhar e funcionar que sejam mais favoráveis aos e às jovens – ter políticas relevantes implementadas a longo prazo – ter uma atitude positiva perante autoridades locais – desenvolver capacidades e competências necessários para facilitar a participação a nível local – desenvolver capacidades e competências necessárias para trabalhar com jovens – desenvolver capacidades e competências necessárias para trabalhar com autoridades locais – receber formação sobre como implementar a Carta	– saber que a Carta existe o qual é o seu estatuto legal – ter a vontade política para um compromisso a longo prazo para com questões relacionadas com a juventude – estar consciente da importância da participação juvenil – ter uma atitude positiva perante os e as jovens e as suas capacidades – identificar novas formas de trabalhar e funcionar que sejam mais favoráveis aos e às jovens – desenvolver capacidades e competências necessárias para trabalhar com jovens – receber formação sobre como implementar a Carta – encontrar exemplos de como a Carta tem sido usada noutras comunidades ou regiões – estar disposto a partilhar a tomada de decisão em algumas áreas – ter diferentes recursos disponíveis

		– encontrar exemplos de como a Carta tem sido usada noutras comunidades ou regiões – desenvolver estratégias para aceder a diferentes recursos	– ter políticas relevantes implementadas a longo prazo – aceitar o trabalho em participação juvenil como um desafio

Para usar a Carta de forma eficaz, todos os grupos e intervenientes precisam de certas capacidades, conhecimento, capacidades e da atitude certa, tendo sido mencionados acima exemplos disso. Todavia, estes são apenas exemplos e destinam-se a ajudar grupos e intervenientes a identificar quais as capacidades que ainda precisam de adquirir para usar as recomendações da Carta da melhor forma.

Momento para reflexão

1. *Que benefícios da implementação da Carta esperas ver na tua comunidade ou organização?*
2. *Quais das ações ou ideias listadas no gráfico acima devem ser realizadas no teu meio local?*

4.2. Como usar a Carta na prática?

a. O modelo dos seis passos

A Carta é uma ferramenta dinâmica e pode ser usada de muitas formas em vários ambientes. Não existe nenhum modelo universal que funcionaria em cada cidade, região e país em toda a Europa. Como tal, o papel de autoridades locais, organizações e jovens que tenham interesse na participação juvenil a nível local é identificar possíveis formas de usar a Carta nos seus próprios contextos, dependendo das suas necessidades, da sua situação, dos seus recursos, etc.

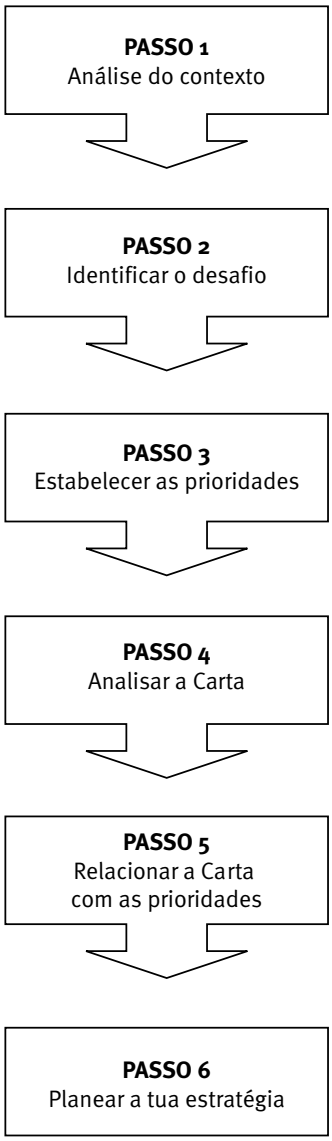
Porém, existe um modelo que pode ser útil para dar uma orientação geral sobre como identificar as medidas práticas necessárias para implementar as recomendações da Carta revista numa comunidade local. O modelo consiste em seis etapas e idealmente deve ser usado por autoridades locais, organizações e jovens que trabalham juntos para aumentar a participação juvenil.

O processo de seis passos descrito abaixo pode ser iniciado em qualquer comunidade na Europa mas precisa de uma boa preparação em termos de:

- identificação dos grupos ou intervenientes que devem participar;
- esclarecimento das intenções dos intervenientes e da sua motivação;
- informação facultada sobre o quê, quando, como e com quem o processo decorrerá;
- compreensão da importância da participação juvenil, dos seus benefícios e das suas limitações;;
- desenvolvimento das capacidades necessárias; nomeadamente as capacidades requeridas para realizar análises sociais, planeamento, comunicação e tomada de decisões, etc.;

– estabelecimento de parcerias em que toda a gente sabe a sua função e sabe exatamente como pode contribuir para o processo;

– assegurar os recursos necessários tais como tempo, lugar para se reunirem e possível financiamento (para reembolso de despesas de deslocação, por exemplo).



Passo 1 – Qual é o contexto dos e das jovens na tua região/cidade/vila/área?

Os intervenientes locais estão muito familiarizados com o contexto na sua própria comunidade e no seu meio e conhecem os fatores que afetam o envolvimento dos e das jovens. Mas como cada interveniente percebe o contexto do seu próprio ponto de vista individual, é necessário sentar-se à roda de uma mesa e trocar perspetivas e opiniões sobre o que está realmente a acontecer numa cidade ou vila. As perceções da realidade podem, muitas vezes, ser muito diferentes e esta fase requer tempo suficiente e ferramentas especiais (tais como métodos e técnicas usados para análises sociais) ou até especialização externa, para que todos os intervenientes possam entender melhor as opiniões dos outros antes de passarem à fase seguinte. A análise do contexto pode ser feita através da observação e análise de experiência, mas, por vezes, pode ser necessário pedir a um organismo ou a alguém externo que tenha experiência profissional nesta área, alguém que não tenha envolvimento em questões locais diariamente, para fazer a investigação.

Passo 2 – Quais são as oportunidades, os desafios e os obstáculos que os e as jovens enfrentam?

Uma análise do contexto das e dos jovens no meio local é necessária para identificar os problemas mais significativos que estas e estes enfrentam. Estes problemas podem estar diretamente relacionados com a participação juvenil (oportunidades muito limitadas para participar em atividades culturais ou falta de recursos, por exemplo), ou podem ser outros fatores que pareçam não ter ligação direta com a participação, tais como cortes orçamentais na comunidade local.

Passo 3 – Quais devem ser as prioridades?

De um modo geral, os e as jovens enfrentam muitos desafios e problemas e não é possível lidar com todos eles ao mesmo tempo. É por isso que, a curto prazo, os intervenientes locais devem decidir sobre áreas prioritárias, as que têm de ser tratadas em primeiro lugar, especialmente se os recursos disponíveis forem limitados. Este pode ser um processo exigente por si, pois diferentes intervenientes podem ter diferentes visões sobre o que deve ser resolvido primeiro e porquê. Por esta razão, a análise do contexto deve ser levada a sério, facilitando assim a identificação de prioridades.

Passo 4 – O que propõe a Carta?

Depois de acordar as áreas prioritárias, pode-se então consultar a Carta para descobrir as medidas e práticas mais adequadas para lidar com os problemas específicos. Estas recomendações podem ser encontradas em diferentes partes da Carta e é importante analisar não só a parte relevante sobre políticas setoriais, como também as recomendações sobre instrumentos e participação institucional.

Passo 5 – Como se relaciona a Carta com as prioridades?

Nesta fase, os intervenientes têm de identificar exatamente como a Carta aborda as áreas prioritárias que foram definidas no Passo 3. Apesar de a Carta lidar com um vasto número de áreas relacionadas com o envolvimento de jovens, existe uma possibilidade dos problemas prioritários identificados no Passo 3 não serem abordados, ou serem abordados de forma limitada. Nesses casos, os intervenientes são encorajados a procurar outras ferramentas que possam estar disponíveis junto de diferentes organizações ou instituições a nível regional, nacional ou internacional.

Momento para reflexão

1. *Que desafios enfrentados por jovens no teu contexto local devem ser abordados primeiro?*
2. *Porquê?*
3. *Que medidas propõe a Carta em relação aos desafios que mencionaste?*
4. *Que princípios promovidos pela Carta têm de ser respeitados na implementação das recomendações relevantes?*

Sugestão: as perguntas acima devem ser respondidas primeiro por diferentes intervenientes e depois as respostas devem ser comparadas e discutidas. Desta forma, será mais fácil ver e compreender as semelhanças e diferenças de perceções, visões e opiniões.

Sugestão: as perguntas acima devem ser respondidas primeiro por diferentes intervenientes e depois as respostas devem ser comparadas e discutidas. Desta forma, será mais fácil ver e compreender as semelhanças e diferenças de perceções, visões e opiniões.

Observação

Nesta fase, é importante mencionar que também há outra abordagem possível: a de familiarizar-se primeiro com a Carta e depois decidir que áreas abordadas na Carta são as mais relevantes. Isto resultaria numa sequência diferente de passos: Passo 1 – conhecer a Carta e o seu conteúdo; Passo 2 – analisar o contexto local em relação às diferentes áreas de participação tratadas na Carta; Passo 3 – identificar os desafios mais importantes; Passo 4 – estabelecer prioridades; Passo 5 – relacionar as prioridades com recomendações e medidas específicas propostas na Carta.

Passo 6 – Como planear os próximos passos usando a Carta

Esta é a última fase do modelo de seis passos, mas na verdade, é o primeiro passo no processo de implementação da Carta para analisar o contexto local. Quando as recomendações específicas da Carta tiverem sido encontradas, os intervenientes têm de discutir como podem implementar estas medidas no seu contexto local e têm de planear exatamente o que deve ser feito, onde, como, por quem e com que recursos. A Carta dá bastante margem de

manobra para os intervenientes locais decidirem como as práticas podem ser estabelecidas ou os objetivos alcançados, para se encontrarem as soluções mais apropriadas para cada comunidade ou região.

b. Abordagem OMEDA

A Carta pode ser usada não só ao nível de políticas locais ou de tomada de decisões locais, mas também em instituições ou organizações e no âmbito de projetos para jovens, porque promove valores e princípios que fortalecem a participação significativa dos e das jovens. Uma ferramenta para avaliar se as condições certas para a participação juvenil foram criadas é a abordagem OMEDA, já descrita detalhadamente no Capítulo 3 deste manual. Esta abordagem faculta um enquadramento que pode ajudar a descobrir se os e as jovens têm as oportunidades, os meios, o espaço, o direito e o apoio em comunidades, organizações ou projetos – por outras palavras, se têm os elementos necessários para a sua participação significativa.

c. Abordagem participativa para planear projetos para jovens

Seguir os princípios promovidos pela Carta na área de gestão de projetos é ainda outra forma de usar a Carta na prática. O Capítulo 5 deste manual descreverá mais detalhadamente como os projetos para jovens podem ser organizados e implementados de forma a possibilitar uma participação mais significativa.

Capítulo 5

Projetos de participação juvenil

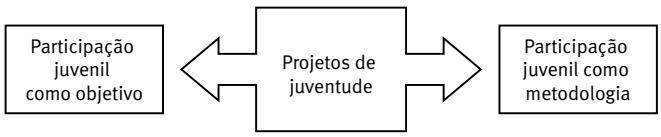
5.1. Gerir projetos de participação juvenil

Uma das áreas-chave de participação juvenil é a de projetos juvenis[37] organizados para, com e por jovens. Num contexto local, os projetos juvenis são frequentemente a primeira oportunidade para um ou uma jovem participar numa atividade que é benéfica não só para si próprio, mas também para um grupo ou uma comunidade maior. Os projetos para jovens podem, assim, ser um passo muito importante para os e as jovens experienciarem como a participação pode funcionar na realidade.

Momento para reflexão

1. *Participas num projeto de jovens? De que âmbito?*
2. *O teu projeto é organizado PARA jovens?*
3. *O teu projeto é organizado COM jovens?*
4. *O teu projeto é organizado POR jovens?*
5. *Quais são as consequências para o teu projeto destas diferentes dimensões (PARA/COM/POR jovens)?*

Projetos de participação



Os projetos de juventude são uma excelente forma de potenciar a participação juvenil a níveis diferentes, especialmente a nível local. O diagrama mostra como o envolvimento de jovens pode estar diretamente relacionado com as metas e/

Dimensões da participação juvenil em projetos de juventude

38. Ver a definição do termo "projeto" em: "Project management T-kit", Conselho da Europa e Comissão Europeia, Novembro de 2000, pp. 27-29. Disponível em: pjp-eu.coe.int/documents/1017981/1667915/tkit3.pdf/63828fe8-4022-4944-9459-32acoc8b6fbf. A versão em Língua Portuguesa, traduzida pela Humana Global, está disponível em: www.goo.gl/E3rO8w

ou os objetivos de um projeto, mas também pode ser uma estratégia ou metodologia que é deliberadamente escolhida para alcançar os objetivos do projeto. Idealmente, ambas as dimensões devem estar presentes para um projeto ser verdadeiramente participativo por natureza.

Participação juvenil como meta e/ou objetivo do projeto

De um modo geral, os projetos de juventude abordam uma grande variedade de questões ou desafios que estão muitas vezes relacionados direta ou indiretamente com a participação, e pretendem alcançar uma situação em que os e as jovens podem ter uma maior influência em decisões ou ações que afetam as suas vidas. Os projetos podem focar, por exemplo, a capacitação de jovens para participarem (por desenvolvimento de capacidades ou de consciencialização ou facultando algumas informações ou ferramentas, etc.), ou podem focar a eliminação de obstáculos à participação juvenil, a construção de estruturas ou infraestruturas para participação, ou o estabelecimento de parcerias entre jovens e pessoas adultas, etc. Porém, uma pergunta perdura: em que medida os projetos que se concentram exclusivamente nos passatempos dos e das jovens (como jogar jogos de computador ou colecionar objetos diferentes) podem ser vistos como uma promoção da participação significativa de jovens.

Participação juvenil como metodologia de projeto

O "Project management T-kit", disponibilizado pelo Conselho da Europa, explica que a metodologia de projeto é o processo social, educativo ou organizacional através do qual os objetivos serão perseguidos de uma forma coerente; a forma como as diferentes atividades se basearão umas nas outras para alcançar os objetivos[39]. Também se pode descrever uma metodologia como uma abordagem que orienta o processo de organizar e executar um projeto. Escolher uma abordagem participativa para uma atividade tem uma série de efeitos muito importantes no porquê, como, com quem e para quem se realiza um projeto. Na prática, isto significa que os e as participantes têm uma influência real em todos os elementos do projeto e que a propriedade e o poder de tomada de decisão sobre diferentes aspetos são partilhados com ou delegados completamente a jovens.

Momento para reflexão

1. *De que forma a dimensão da participação juvenil como um objetivo é presente no teu projeto?*
2. *De que forma a dimensão da participação juvenil como uma metodologia é presente no teu projeto?*
3. *Os projetos que se concentram exclusivamente em passatempos de jovens (como jogar jogos de computador ou colecionar objetos diferentes) podem ser vistos como uma promoção da participação significativa de jovens? O que achas?*

Valores em projetos de participação

Os projetos de participação juvenil não são desprovidos de valor. Quem gere projetos e todos os intervenientes envolvidos têm de estar conscientes do que querem conseguir e devem garantir que a participação significativa de jovens pode ser alcançada. Os principais valores que devem estar presentes em projetos de participação são os seguintes:

- respeito mútuo: aceitar que as outras pessoas (tanto jovens como pessoas adultas) têm o direito de ter opiniões e visões diferentes;

39. Ibid., p. 56.

- compreensão da diversidade cultural: procurar formas construtivas de lidar com diferenças resultantes da diversidade de origens;
- promoção de atitudes de combate ao racismo, ideologias extremas ou xenofobia, para que os e as jovens possam contribuir para construir sociedades mais tolerantes e pacíficas;
- cooperação: diferentes intervenientes com interesse em participação juvenil devem trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns e devem prestar apoio mútuo;
- responsabilidade: todos os intervenientes devem assumir responsabilidade pela cooperação e pelos resultados alcançados;
- independência dos e das jovens: os e as jovens devem ter alguma autonomia num projeto;
- inclusão de grupos que têm mais dificuldades em participar na vida pública devido aos seus antecedentes, às suas deficiências ou a outros obstáculos;
- igualdade de géneros: o acesso igual à participação deve estar disponível para homens e mulheres;
- reconhecimento do papel da educação não-formal como uma ferramenta para ajudar as e os jovens a participar;
- abordagem aos Direitos Humanos;;
- abordagem não-discriminatória.

A abordagem de participação à gestão de projetos

A gestão de projetos pode ser explicada simplesmente como o processo completo de iniciar, planear, implementar, avaliar e depois concluir um projeto. Quando quem gere projetos escolhe uma metodologia que se baseia em princípios de participação significativa, isto implica que os e as jovens têm um contributo a dar em diferentes aspetos da gestão do projeto; que têm poder para influenciar decisões e processos e que têm a possibilidade de expressar as suas visões e opiniões. As e os jovens podem participar na gestão do projeto em várias funções segundo as capacidades, dependendo do que todas as partes envolvidas acordaram.

Momento para reflexão

1. *Quais são os valores presentes no teu projeto?*
2. *Quem os determinou?*
3. *Como estão estes valores visíveis para os intervenientes do projeto e para o público de fora?*
4. *Consegues pensar em mais valores que não estão listados aqui mas que te pareçam relevantes?*

5.2. Passo a passo: planear e gerir um projeto juvenil

Existe uma série de modelos que ilustram ou estruturam o processo de preparação, execução e avaliação de um projeto. É da responsabilidade da pessoa ou equipa que lidera o projeto escolher o modelo mais adequado para um contexto específico tendo em conta os recursos disponíveis. Recentemente, um modelo que tem sido usado em trabalho com jovens é o proposto no "Project management T-kit"[40]. É este modelo que será usado como ponto de partida para mais reflexão.

40. Ibid., p. 43.

A tua tarefa:

1. *Familiarizares-te com o "Project management T-kit".*

Lê o Capítulo 3 intitulado "O projeto: passo a passo", em particular.

2. *Pensa num projeto em que queiras trabalhar.*

Passo 1 – Conhecer a comunidade local e o seu contexto

Os projetos juvenis têm lugar numa comunidade específica e pretendem criar uma mudança social muito concreta e visível. Antes de qualquer projeto poder começar é portanto necessário saber mais sobre o contexto e os principais desafios postos aos e às jovens dessa comunidade. Conhecer as potenciais oportunidades e preocupações da população local numa comunidade específica será muito útil para avaliar as necessidades das e dos jovens que lá vivem bem como as necessidades da comunidade no seu todo.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 1)

1. *Qual é a situação dos e das jovens no teu contexto local (percentagem da população, antecedentes, situação financeira, escolaridade, atividades de lazer, etc.)?*
2. *Que tipo de política de juventude existe e está implementada na tua comunidade?*
3. *Quais são as oportunidades para jovens participarem na vida da tua comunidade?*
4. *Que projetos ou iniciativas para jovens estão atualmente a decorrer na tua comunidade? Por iniciativa de quem?*
5. *Qual é a tua relação com os e as jovens na tua comunidade (és um ou uma líder juvenil, assistente social, pessoa responsável por questões relacionadas com a juventude nas autoridades locais, etc.)?*

Passo 2.a – Análise de necessidades

Os projetos para jovens podem ser organizados por várias razões, mas estas razões devem estar relacionadas, em grande medida, com as necessidades dos e das jovens e da comunidade local em geral. Não basta apenas querer organizar algo! Se uma iniciativa pretender realizar uma mudança real tem que abordar problemas ou carências concretos experienciados a nível local. A função de quem desenha e gere estes projetos é identificar estes desafios e decidir quais devem ser abordados pelos mesmos. Para reconhecer as necessidades locais é, portanto, necessário passar por uma "análise de necessidades" que "inclui as condições sociais, políticas e económicas existentes na área de intervenção que tornam o projeto necessário"[41]. Apesar das pessoas que gerem estes processos por vezes subestimarem ou, até, negligenciarem esta fase de avaliação das necessidades não significa que não seja uma das etapas mais importantes do trabalho em toda a fase de preparação porque só assim se pode identificar, devidamente, qual o objetivo do projeto. Existem inúmeros métodos e técnicas para ajudar a identificar necessidades locais. Exemplos disso são observações, entrevistas, inquéritos, focus groups, análises de cenários e muito mais. A função de quem lidera e gere este trabalho é escolher o método mais apropriado de acordo com o tipo de informação necessária, os recursos e as competências disponíveis. No caso de projetos

41. Ibid., p. 46.

locais para jovens, onde os recursos são geralmente muito limitados, são usados frequentemente métodos mais simples para analisar necessidades locais e, na maioria dos casos, estes são mais do que suficientes desde que as várias partes estejam envolvidas em todo o processo.

Momento para reflexão (relacionada com o Passo 2.a)

1. *Quais são os principais desafios que os e as jovens enfrentam na tua comunidade, especialmente no campo da participação na vida local? Quais são as suas causas?*
2. *Como tens conhecimento deles? Qual é a tua fonte de informações?*
3. *O que é que já foi feito para fortalecer a participação juvenil a nível local? Quais são os resultados?*
4. *O que mais pretendem as e os jovens fazer para fortalecer a sua participação na vida local?*
5. *Em que medida está a tua comunidade local interessada em apoiar isto?*
6. *O que é que o teu projeto pretende mudar para os e as jovens em questão?*
7. *Porque é que o teu projeto é tão importante para as e os jovens e para toda a comunidade?*

Passo 2.b – Análise institucional

Os projetos juvenis são geralmente preparados e geridos por grupos, organizações ou instituições que, de uma forma ou de outra, estão relacionados com o trabalho com jovens. Apesar dos projetos deverem abordar necessidades locais e deverem contribuir para uma mudança social, também devem estar adaptados à instituição em questão, aos seus valores e às suas prioridades. Gerir um projeto no âmbito de uma instituição pode trazer muitos benefícios, tais como usar a experiência, as instalações e as infraestruturas ou outros recursos existentes, mas também pode gerar muitas dificuldades. É por isso que, antes de começar um projeto, é importante colocar uma série de perguntas que podem ajudar a descobrir como o projeto e a instituição se enquadram juntos. A isto chama-se uma "análise institucional".

Momento para reflexão (relacionada com o Passo 2.b)

1. *Qual é a ligação entre as e os jovens a instituição que gere o projeto?*
2. *A participação juvenil é um valor importante para esta instituição? Como é que sabes isto?*
3. *Como podem os e as jovens participar no trabalho desta instituição (não só no âmbito do projeto proposto, mas também noutros campos)?*
4. *Qual seria o papel da instituição no projeto?*
5. *Que benefícios e riscos traz o teu projeto a esta instituição?*

Passo 2.c – Motivação pessoal

Na organização de um projeto juvenil estão envolvidas diferentes motivações. Já se mencionou que a motivação mais importante deve estar relacionada com alguma necessidade local ou as necessidades dos e das jovens, mas a motivação das pessoas que trabalham num projeto também desempenha um papel muito importante, pois estas pessoas têm uma enorme influência em diferentes aspetos do seu projeto.

Momento para reflexão (relacionada com o Passo 2.c)

1. *Porque é que a participação juvenil é importante para ti?*
2. *Porque estás pessoalmente interessado ou interessada em organizar este projeto? O que pensas ganhar?*
3. *A tua motivação para levar a cabo este projeto está em sintonia com a motivação da tua instituição?*
4. *Qual é a tua experiência e especialização no campo da participação juvenil?*

Passo 3 – Definição de metas

Os passos anteriores dão uma visão do contexto numa comunidade local e do motivo pelo qual é necessário um projeto nesse contexto específico. O próximo passo é definir a finalidade do projeto e o que se espera alcançar, especialmente a longo prazo. As metas geralmente consistem na descrição duma situação ideal em que o projeto alcança absolutamente tudo o que se espera dele e a mudança social planeada ocorre realmente. As metas são frequentemente bastante gerais por natureza, por isso, no final de um projeto, é muito difícil ou até mesmo impossível avaliar em que medida foram alcançadas. Mesmo assim, dão um sentido de direção ao longo de todo o projeto. Algumas pessoas envolvidas na gestão de projetos afirmam que uma boa descrição das metas de um projeto é, na verdade, como um resumo muito curto de projeto no sentido em que sublinha os aspetos mais importantes do projeto. As metas são um elemento do projeto que não podem mudar – se alguém as mudar significa que foi criado um novo projeto. Contudo, o que pode mudar são os objetivos ou métodos específicos envolvidos.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 3)

1. *O que é que o teu projeto pretende mudar no campo da participação juvenil na tua comunidade local?*
2. *Quem deve estar envolvido no projeto (que intervenientes)?*
3. *Quem beneficiará do projeto e de que forma(s)?*
4. *Qual é o âmbito geográfico do projeto?*
5. *Opcional: como vais fazer isto? (Esta não é uma pergunta sobre atividades ou métodos, mas sim sobre metodologia.)*

Passo 4 – Formulação de objetivos

Como as metas de um projeto permanecem bastante gerais e nem sempre é possível avaliar em que medida foram alcançadas, é necessário formular objetivos mais concretos. Estes mostrarão a quem gere projetos e aos intervenientes do projeto o que precisam fazer para alcançar a mudança social que desejam. Os objetivos têm de ser o mais concretos possível, para que seja claro para todos os envolvidos quais são as ações necessárias e para que seja facilmente verificável se uma ação foi ou não concluída. Há diferentes maneiras de formular objetivos de um projeto. Um dos métodos utiliza o acrónimo "SMART" (Inteligente). Os objetivos são SMART se forem:

- (Specific) | Específicos: indicam precisamente o que se pretende fazer ou alcançar;
- (Measurable) | Mensuráveis: é possível verificar se foram alcançados e em que medida;
- (Achievable) | Alcançáveis: o projeto não ambiciona demasiado;
- (Realistic) | Realistas: podem ser alcançados no contexto existente e com os recursos existentes;
- (Timed) | Enquadrados numa linha temporal: indicam quando os objetivos serão cumpridos.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 4)

1. *O que será feito concretamente para responder às necessidades dos e das jovens aos e às quais o teu projeto se dirige?*
2. *Quão realistas são estes objetivos?*
3. *Como e quando podes verificar se as ações planeadas foram realizadas?*
4. *Como é que estas ações irão contribuir para alcançar a meta do projeto?*
5. *Como vais capacitar as e os jovens para assumirem um papel ativo no teu projeto?*

Passo 5 – Escolha da metodologia

Já explicámos o que é a metodologia de um projeto e a sua importância na organização de um projeto sobre participação juvenil. Porém, não se pode confundir "metodologia" com "métodos", porque métodos são ferramentas concretas ou formas de fazer coisas (tais como alguns tipos de atividades ou exercícios). Ao planear a metodologia de um projeto de participação, é muito importante garantir que:

- os e as jovens são proprietários e proprietárias do projeto;
- os e as jovens compreendem o projeto e o que pretende alcançar;
- os e as jovens podem influenciar diferentes elementos do projeto;
- os e as jovens têm responsabilidades no projeto;
- os e as jovens têm tarefas significativas a realizar no âmbito do projeto;
- os e as jovens têm espaço para expressar as suas opiniões e visões sobre o projeto;
- os e as jovens têm oportunidade de aprender as capacidades necessárias para participar no projeto;
- os e as jovens são tratados como parceiros e parceiras no projeto, não como objetos ou vítimas;
- os tipos de atividades geridas no projeto são adequados para jovens.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 5)

1. *Como descreverias a metodologia do teu projeto?*
2. *Em que medida esta metodologia cria espaço para a participação significativa dos e das jovens?*
3. *Qual é a tua experiência em trabalhar com uma metodologia focada na participação juvenil?*
4. *Precisas de desenvolver capacidades ou competências especiais para trabalhar de forma mais eficiente com uma metodologia deste género? Quais são elas?*
5. *Onde podes obter apoio para adquirir essas capacidades e competências?*

Passo 6 – Elaboração de um plano de atividades

Este é o momento no processo de preparação de um projeto em que pode ser elaborado um plano de todas as atividades a realizar no âmbito do projeto. Nesta fase, é útil preparar uma lista de tarefas que têm de ser realizadas para cada atividade, para que todos os interessados tenham bem claro a quantidade de trabalho necessário. Isto também pode ajudar a fazer uma estimativa realista do tempo (e de outros recursos, tais como financeiros, por exemplo) que será necessário. O espaço que as atividades desempenham num projeto é, por vezes, comparado com um iceberg, pois apenas esta parte do projeto está visível ao público. Todavia, todo o processo de preparação do projeto é muito mais amplo e inclui muitas tarefas e passos que podem estar visíveis apenas às partes diretamente envolvidas.

Iceberg do projeto

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 6)

1. *Qual é o encadeamento de atividades no teu projeto?*
2. *Quando ocorrem exatamente? Onde e com quem ocorrem? Está tudo planeado de forma a garantir uma participação significativa dos e das jovens?*
3. *Quem se deve responsabilizar por levar a cabo atividades específicas?*
4. *De que forma as atividades se relacionam umas com as outras?*
5. *Como se relaciona cada atividade com os objetivos de todo o projeto?*
6. *Todos os objetivos estão ligados com atividades no teu projeto?*
7. *O teu plano é alcançável e realista? Porque é que achas isso?*

Passo 7 – Implementação de atividades

Depois de fazer o planeamento, está na altura de começar a trabalhar e avançar para alcançar os resultados pretendidos. Quando se fala de "implementação de atividades", há uma referência não apenas à gestão do projeto, mas também à realização de todas as diferentes tarefas necessárias para preparar as atividades e terminá-las. Estas tarefas incluem:

- gerir as pessoas envolvidas e assegurar que os seus talentos e pontos fortes são usados de forma eficiente;
- encorajar os e as jovens a assumir responsabilidades e a realizar tarefas no âmbito do projeto;
- gerir outros recursos disponíveis (recursos financeiros, infraestruturas, know-how, tempo, etc.);
- tomar decisões diárias relacionadas com diferentes aspetos do projeto;
- certificar-se de que as coisas acontecem conforme planeado;
- avaliar regularmente diferentes aspetos do projeto;
- garantir a boa cooperação com e entre jovens;
- ajustar o projeto a novas circunstâncias, se for necessário;
- lidar com desenvolvimentos e fatores inesperados que não podem ser controlados por quem gere projetos.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 7)

1. *Quem será responsável pela implementação do projeto no geral?*
2. *Quais são os papéis de diferentes intervenientes (por exemplo, os e as jovens que participam sabem claramente quais as suas funções e o que se espera deles e delas?)*
3. *Os intervenientes têm competências e capacidades suficientes para implementar o projeto? Que tipos de apoio precisarão e como é que este apoio pode ser garantido?*
4. *Quais são os recursos necessários para implementar o teu projeto?*
5. *Onde obterás esses recursos?*

Passo 8 – Avaliação

Antes de um projeto poder ser finalizado, tem de haver uma avaliação para descobrir em que medida os objetivos foram cumpridos e como funcionou todo o processo, para que possam ser feitas recomendações para iniciativas semelhantes no futuro. Muitas vezes, uma avaliação é vista como algo negativo – uma lista das coisas que não funcionaram. Contudo, é importante planeá-la com cuidado, para se tornar uma oportunidade de fazer uma avaliação de boa qualidade que realçará os êxitos do projeto bem como os seus pontos fracos. Os e as jovens devem ter um papel ativo na avaliação e isto pode ser alcançado aplicando uma abordagem participativa à avaliação do projeto.

Uma avaliação participativa deve basear-se nos seguintes princípios:

- o processo de avaliação oferece espaço para as e os jovens se responsabilizarem por tarefas importantes;
- as e os jovens sabem claramente qual é o seu papel na avaliação;
- as e os jovens sabem o que é avaliação;
- a avaliação é planeada juntamente com os e as jovens;
- as e os jovens têm de ter o apoio necessário para poderem desempenhar um papel significativo no processo de avaliação;
- as visões e opiniões dos e das jovens têm o mesmo valor dos contributos das pessoas adultas;
- a avaliação é útil para as e os jovens;
- a avaliação foca-se no presente, no passado e no futuro do projeto.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 8)

1. *Qual é a finalidade da avaliação para o teu projeto?*
2. *Que aspetos e dimensões do projeto planeias avaliar?*
3. *Como vais fazer isto? Planeias usar algumas técnicas e métodos de avaliação específicos?*
4. *Quais e porquê esses?*
5. *Em que medida os e as jovens participaram no planeamento da avaliação?*
6. *Qual é o papel das e dos jovens no processo de avaliação? Este papel foi acordado ou negociado com elas e eles?*
7. *Quais são as necessidades dos e das jovens em relação a competências de avaliação e como vais responder a essas necessidades?*
8. *Qual é a tua especialização e experiência na gestão de uma avaliação participativa?*

Passo 9 – Seguimento

Os projetos juvenis destinam-se a criar uma mudança positiva num contexto local, para que quando um projeto tiver sido concluído com êxito, a comunidade local e/ou os e as jovens possam ver claramente um desenvolvimento ou uma mudança na vida da comunidade. Idealmente, isto significará que os resultados do projeto serão apoiados a longo prazo.

Momento para reflexão (relativamente ao Passo 9)

1. *Como vais garantir que os resultados do teu projeto serão duradouros?*
2. *Quem tem de participar neste seguimento e como vais garantir essa participação?*
3. *Qual será o papel das e dos jovens para assegurar a continuidade dos êxitos do projeto?*

5.3. Critérios de qualidade para projetos de participação

Não existe nenhuma receita pronta a usar que dê instruções passo-a-passo sobre como organizar um projeto de participação perfeito, uma vez que as situações em diferentes partes da Europa ou até num país são muito diferentes. Porém, essa receita pode ser criada por e para comunidades, grupos ou organizações específicas, para se adaptar a essas situações particulares e responder às suas necessidades mais importantes. Criar uma receita significa, na prática, decidir quanto de cada ingrediente é necessário e como o usar, para que o prato pretendido possa ser preparado. No caso de projetos de participação, os "critérios de qualidade" desempenham o papel de ingredientes, que podem ser misturados em diferentes combinações. Abaixo encontra-se uma lista de critérios que podem ajudar a orientar quem gere projetos no processo de criação de um projeto de participação completo. A lista não é exaustiva e, claro, podem-se acrescentar outros critérios.

Tem de se decidir em que medida os critérios foram cumpridos por um projeto – O que indica que um critério não foi cumprido de todo e 5 indica que um critério foi totalmente cumprido. Se for necessário, pode planear-se a forma como esses critérios podem ser cumpridos em maior medida. Este exercício destina-se a ajudar a avaliar projetos existentes e a ser uma ferramenta de auto-avaliação.

Critérios relacionados com a finalidade do projeto	Nota (0-5)	Justificação da nota
Os e as jovens compreendem o projecto		
A informação sobre o projeto está facilmente acessível aos e às jovens que possam estar interessados em participar		
Existe a infraestrutura necessária para apoiar a participação juvenil		

As atividades decorrem num local acessível a jovens		
As atividades decorrem numa altura adequada a jovens (e não durante o horário escolar, por exemplo)		
Os procedimentos e as políticas do projeto são compreensíveis para os e as jovens		
Os documentos relacionados com o projeto são compreensíveis para os e as jovens		
Os custos de participação no projeto são reembolsados		
A conceção do projeto é flexível		

Critérios relacionados com diferentes fases do projeto	**Nota (0-5)**	**Justificação da nota**
Os e as jovens participaram no início do projeto		
Os e as jovens participam na preparação do projecto		
Os e as jovens participam na disseminação de informação sobre o projecto		
Os e as jovens participam na implementação do projecto		
Os e as jovens participam na avaliação do projecto		
Os e as jovens participam no seguimento do projecto		

Critérios relacionados com a acessibilidade do projeto	**Nota (0-5)**	**Justificação da nota**
O projeto está aberto a todos os jovens e todas as jovens independentemente do seu género, classe social, recursos, etc.		
O projeto está aberto a jovens que não sejam membros de nenhuma estrutura juvenil formal		
O projeto cria oportunidades iguais para homens e mulheres participarem		

Critérios relacionados com o poder da tomada de decisão	Nota (0-5)	Justificação da nota
As e os jovens sabem o que se espera delas e deles		
As e os jovens estão conscientes das responsabilidades que têm		
As funções e as tarefas no seio do projeto são negociadas e acordadas por jovens e pessoas adultas		
As e os jovens conhecem as identidades e funções dos intervenientes envolvidos no projeto		
As e os jovens sabem como funciona o processo de tomada de decisão no projeto		
As e os jovens estão presentes a diferentes níveis de tomada de decisão diferentes no projeto		
As e os jovens são informados regularmente sobre o progresso, os êxitos, os desafios e os desenvolvimentos mais importantes do projeto		
As visões e opiniões dos e das jovens têm o mesmo valor que as visões e opiniões das pessoas adultas		
As e os jovens têm tarefas e funções significativas a cumprir.		
As e os jovens têm autonomia para realizar as suas tarefas.		
O contributo dos e das jovens é reconhecido e valorizado		
As e os jovens têm poder de tomada de decisão no projeto		

Critérios relacionados com o apoio	Nota (0-5)	Justificação da nota
A instituição que gere o projeto apoia totalmente o envolvimento de jovens		

Está disponível um mentor ou uma mentora ou ainda uma pessoa ou uma entidade garante caso os e as jovens precisarem deste tipo de apoio		
É prestado um apoio especial a jovens com menos oportunidades e mais vulneráveis		
Os e as jovens obtêm apoio para desenvolver capacidades de gestão de projetos		
Os e as jovens obtêm o apoio necessário para o seu envolvimento na tomada de decisão		
Os e as jovens têm oportunidade de aprender com os seus próprios erros		
Os e as jovens sabem que capacidades e competências têm de desenvolver para participar plenamente no projeto		

Momento para reflexão

1. *Quais dos critérios acima têm de ser cumpridos para podermos falar de um "projeto de participação"?*
2. *Quais dos critérios acima considerarias "desejável" (em oposição a essencial) para um projeto de participação?*

Capítulo 6

Cooperação a nível local

6.1. Preparar-se para a cooperação

A cooperação entre autoridades locais, jovens e as suas organizações é um passo necessário para construir comunidades fortes e democráticas. Conforme demonstra a experiência esta cooperação pode ser um verdadeiro desafio mas há muitos exemplos de formas construtivas em que, diferentes intervenientes de um contexto local, podem trabalhar juntos para alcançar metas comuns.

As partes procuram cooperação quando têm interesses semelhantes e quando vêm benefícios em trabalhar juntos, por isso, é essencial descobrir que áreas de interesse mútuo existem entre as autoridades locais, os e as jovens ou as suas organizações. Idealmente, todos os parceiros deverão trocar informação sobre as suas necessidades e metas de uma forma aberta e honesta, para que se possa alcançar um acordo quanto à base para cooperação futura. Se forem identificadas metas contraditórias têm de ser abordadas logo que possível, caso contrário, a cooperação poderá vir a ser impedida ou até bloqueada numa fase posterior. Pode-se usar métodos diferentes para descobrir os interesses de cada lado. Em algumas comunidades são marcadas reuniões onde estes assuntos são discutidos entre potenciais parceiros; noutras, uma pessoa especialista nesta área é responsável por identificar estes interesses com base numa investigação com esse fim. Esta investigação pode constituir-se na análise das prioridades e das políticas das comunidades e organizações tendo em conta relatórios e outros documentos políticos. A pesquisa pode ser conduzida para permitir uma análise de ações e projetos.

Eis exemplos do interesse de jovens para cooperar com os vários atores sociais:

- melhorar a situação dos e das jovens na comunidade;
- contribuir para a melhoria da situação geral da comunidade local;
- representar os interesses das e dos jovens no processo de tomada de decisão;
- influenciar as decisões e políticas locais;
- serem ouvidos e ouvidas;
- ter acesso a recursos;
- ter novas oportunidades na vida;
- fazer novos contactos;
- ter acesso a redes de trabalho;
- usar o seu potencial, talentos e capacidades;
- usar o seu tempo de forma útil;
- ganhar mais experiência..

Eis exemplos de interesse de organizações juvenis em cooperar com outros intervenientes:

- melhorar a situação dos e das jovens na comunidade;
- contribuir para a melhoria da situação geral na comunidade local;
- representar os interesses das e dos jovens no processo de tomada de decisão;
- ter influência em decisões e políticas locais;
- construir boas relações com as partes que têm poder de tomada de decisão;
- ser visíveis num contexto local;
- criar uma boa impressão da organização num contexto local;
- publicitar as suas atividades;
- ter acesso a recursos;
- ter acesso a serviços;
- partilhar a sua experiência em benefício de outros intervenientes;
- cumprir metas e objetivos de uma organização;
- criar enquadramentos e estruturas de participação a nível local;
- educar, proporcionar experiência e preparar os e as jovens para as suas vidas futuras;
- ganhar mais experiência.

Eis exemplos de interesse de autoridades locais em cooperar com outros intervenientes:

- Eis exemplos de interesse de autoridades locais em cooperar com outros intervenientes:
- identificar as necessidades dos e das jovens de forma mais exata;
- prestar serviços melhores às e aos jovens;
- melhorar a situação dos e das jovens no contexto local;
- evitar problemas sociais;
- implementar os seus planos e as suas prioridades políticas;
- criar propriedade de decisões entre quem é afetado por elas;
- obter feedback sobre propostas e ideias;
- preparar as e os jovens para futuras responsabilidades (em termos de gestão comunitária, por exemplo);
- ser visíveis no contexto local;
- criar uma boa impressão das autoridades locais na comunidade;
- razões políticas (serem reeleitos ou reeleitas?).

Quando os interesses comuns tiverem sido acordados, as partes podem começar a procurar possíveis áreas de cooperação. A Carta revista menciona as áreas como desemprego jovem, educação, saúde, igualdade de género e desenvolvimento sustentável, entre outras. Também contém exemplos concretos de iniciativas ou ações que podem ser levadas a cabo conjuntamente por diferentes intervenientes no contexto local.

A cooperação pode ocorrer em diferentes áreas e também a diferentes níveis. Em algumas comunidades, são criadas parcerias para lidar com problemas locais específicos (acesso limitado à cultura, por exemplo) ou para implementar políticas específicas (tais como a política local para combater o consumo excessivo de álcool e drogas). Noutras comunidades, a cooperação é estabelecida ao nível da tomada de decisões, para

que os e as jovens e as suas organizações sejam convidados a fazer parte de reuniões de governação que influenciam políticas ou nas quais são tomadas decisões que os e as afetam. O estado final estabelecido para a cooperação é o resultado de negociação, para que as necessidades e os interesses de cada parte possam ser respondidos. Consequentemente, apesar de a cooperação entre os intervenientes locais poder assumir diferentes formas, o principal objetivo permanece o mesmo – fortes parcerias contribuem para construir vidas melhores em comunidades locais.

Momento para reflexão

1. *Que interesses te motivariam a começar uma cooperação com outra parte? (Se representas uma organização juvenil, esta seria uma cooperação com autoridades locais e vice-versa);*
2. *Quais poderiam ser exemplos de interesses contraditórios de autoridades locais e organizações juvenis? Já estiveste numa situação em que estavam representados interesses contraditórios? Como foi resolvido?*
3. *Que áreas de cooperação mencionadas na Carta seriam as mais relevantes na tua comunidade local? Porquê? (Consultar a Parte I da Carta que aborda políticas setoriais)*

O resto deste capítulo apresentará detalhes de formas específicas de cooperação entre autoridades locais e organizações juvenis e jovens.

6.2. Cooperação na área de tomada de decisões – Modelo de consultal

A consulta é um dos mecanismos que podem ser usados eficientemente de forma a envolver jovens na tomada de decisão a nível local. Existem várias definições do que significa consulta, dependendo da forma que assume, dos objetivos que pretende alcançar, da distribuição de autoridade entre diferentes partes, etc. Consulta a jovens pode ser explicada como uma forma de obter as suas visões e opiniões, ou de obter feedback relativamente a ações ou propostas que os afetam. A consulta significativa é um processo bidirecional e ocorre quando ainda é possível influenciar o resultado final ou o que vai acontecer.

A consulta é vista como um processo no qual o poder e a decisão final são das pessoas adultas. Isto significa que, apesar dos e das jovens terem oportunidade de contribuir e expressarem as suas visões, no final, são as pessoas adultas que têm o poder de decidir se e em que medida estes contributos serão utilizados.

Existe um debate contínuo entre profissionais do setor e investigadores sobre os benefícios e as limitações da consulta. Questionou-se se é uma forma apropriada de envolver os e as jovens no processo de tomada de decisão no domínio público, e foi sugerido que possa existir um risco real de uma abordagem "simbólica" à consulta em alguns contextos.

Uma revisão de argumentos por e contra a consulta a jovens[42].

42. Adaptado de: McAuley, K. and Brattman, M., Hearing young voices. Executive summary, Open Your Eyes to Child Poverty Initiative, Irlanda, 2002, p. 13.

A favor da consulta	Contra a consulta
Os e as jovens têm o direito a ser ouvidos e ouvidas e a influenciar decisões importantes para eles e para elas	As e os jovens precisam de aprender a ter responsabilidade antes de terem direitos
O direito a ser ouvido mencionado acima pode proteger os e as jovens, pois as pessoas adultas nem sempre falam para os melhores interesses dos e das jovens	As pessoas adultas sabem o que os e as jovens precisam e devem exercer o seu direito de falar em nome dos e das jovens
Todas as instituições cujo trabalho tem um impacto nas vidas dos e das jovens devem dialogar com estes e estas jovens	Os interesses das e dos jovens são representados por organizações que trabalham com jovens, por isso, não há necessidade de contacto direto
Não dar nenhuma oportunidade a jovens para apresentarem as suas visões demonstra uma falta de respeito e reconhecimento pelas e pelos jovens e pelas suas capacidades	Pedir aos e às jovens que expressem as suas ideias sobre questões graves significa que os e as jovens têm a obrigação de desempenhar funções como pessoas adultas antes de estarem prontos e prontas a fazê-lo
Os e as jovens têm a liberdade de decidir se querem exercer o direito a expressar as suas opiniões ou não	Os e as jovens não querem ser consultados e consultadas
Consultar as e os jovens levará a decisões melhoradas, pois as e os jovens podem dar contributos significativos quando lhes permitirem fazê-lo	Os e as jovens têm falta de maturidade, conhecimento e capacidades para dar contributos significativos, especialmente em relação a tomar decisões a nível de políticas públicas
As estruturas de tomada de decisão existentes devem estar adaptadas para acolher a consulta de jovens	Não é possível acolher a consulta de jovens em estruturas de tomada de decisão existentes
Expressar ideias e ver estas ideias a ser tidas em conta faz parte da educação de cada cidadão e de cada cidadã e fortalece o compromisso para com a Democracia	Dar aos e às jovens oportunidade de falar e ser ouvidos e ouvidas pode minar o seu respeito pela autoridade das pessoas adultas
Falar e ver os seus contributos a ser considerados encorajará os e as jovens a assumir um papel mais ativo na sociedade no futuro	Os e as jovens não têm interesse em política ou em políticas públicas
É mais provável que as e os jovens respeitem e sigam decisões se participarem na sua formulação	Recursos disponíveis insuficientes
	Não existem estruturas nem diretrizes para apoiar a consulta

Mesmo se as visões sobre o valor da consulta diferirem, ainda é vista em muitas instituições como uma forma valiosa de trazer as perceções de jovens para processos de tomada de decisão e como uma ferramenta para garantir a inclusão social (quando se consulta jovens em contexto de exclusão social).

Momento para reflexão

1. *Já participaste numa consulta? Em que contexto?*
2. *O que achas – os e as jovens devem ser consultados e consultadas no domínio público da tomada de decisões? Porquê?*
3. *Concordas com a afirmação: "Pedir aos e às jovens que expressem as suas ideias sobre questões sérias significa que os e as jovens têm a obrigação de desempenhar funções como pessoas adultas antes de estarem prontos e prontas a fazê-lo"? Porquê? Explica o teu ponto de vista.*

Idealmente, um processo de consulta deve-se basear nos seguintes princípios:

– *As pessoas adultas entendem a importância e os benefícios de consultar os e as jovens*

A consulta deve ser iniciada e gerida por quem acredita no valor desta forma de cooperação e que conhece os seus benefícios e as suas limitações. Caso contrário, todo o processo pode resultar numa iniciativa "simbólica".

– *Os e as jovens têm de estar capacitados e capacitadas para contribuir*

As e os jovens têm imenso potencial e talento, mas podem ter falta de conhecimento ou capacidades para dar um contributo significativo. É da responsabilidade das pessoas adultas garantir que os e as jovens estão capacitados e capacitadas para adquirir esse conhecimento ou essas capacidades.

– *As e os jovens participam na preparação e gestão de consultas*

As e os jovens são capazes de assumir responsabilidade e de contribuir para todo o processo de organização de consultas. Como resultado, sentem que têm "propriedade" das decisões resultantes e podem adquirir experiência valiosa em diferentes aspetos de democracia local.

– *A consulta tem uma clara finalidade e os e as participantes estão informados e informadas sobre a mesma*

Os e as jovens devem saber porque é que a consulta ocorre e o que vai acontecer como resultado da mesma, nomeadamente em que medida estes resultados influenciarão a decisão final. Isto pode ajudar os e as jovens a formar expectativas realistas sobre o que pode ser alcançado.

– *Os e as jovens estão informados e informadas sobre como funciona todo o processo de consulta*

Os processos de consulta podem ser construídos de diferentes formas e os e as jovens têm de saber em que fase está este processo de consulta específico e o que ainda tem de acontecer.

– *Os e as jovens devem ser consultados e consultadas o mais cedo possível no processo de tomada de decisão*

O objetivo da consulta deve ser ouvir os e as jovens em relação a propostas ou decisões que afetam as suas vidas, de forma que as propostas possam ser ajustadas às suas necessidades e opiniões. Se o processo de consulta ocorrer durante as fases finais do processo de tomada de decisão, há pouco espaço para as e os jovens influenciarem a forma final da proposta.

– *Deve-se escolher as metodologias certas*

A metodologia de consulta deve ser adequada à idade, aos antecedentes, ao nível de escolaridade, etc. dos e das jovens em questão. Assim, pode ser boa ideia envolver uma equipa de facilitação que tenha experiência em trabalhar com jovens para garantir que os itens são apresentados de forma que os e as jovens possam entender e ter motivação para trabalhar neles.

– *As recomendações dos e das jovens são levadas a sério*

As consultas não devem ocorrer se os seus resultados só ficarem no papel. Os resultados têm de ser analisados e discutidos para identificar as melhores formas de os usar. A consulta a jovens locais pode trazer ideias muito valiosas e feedback importante, e a parte organizadora da consulta deve usar isso. Em algumas comunidades, um representante sénior das autoridades locais está presente durante o processo de consulta para garantir que os seus resultados podem ser ouvidos ao mais alto nível. Quem trabalha neste campo indica que os e as jovens precisam de provas tangíveis de que as suas opiniões foram bem acolhidas e, por isso, é importante que pelo menos algumas das propostas sejam implementadas[43]. Isto garantirá o envolvimento futuro de jovens em iniciativas semelhantes.

– *Há tempo suficiente destinado à consulta*

A consulta é um processo que consome tempo. Precisa de preparação e tempo suficiente para os e as jovens expressarem as suas opiniões. É por isso que o tempo para todo o processo deve ser bem planeado para que possam ser reunidos contributos significativos. Se as e os jovens precisam de mais tempo para desenvolverem as suas ideias, deve-se criar oportunidades para fazer mais consultas.

– *A consulta é feita numa altura apropriada para os e as jovens e num local que lhes é acessível*

O tempo e o local de consulta desempenham papéis importantes no envolvimento de jovens. Se é difícil chegar ao local, deve-se providenciar transporte ou deve-se reembolsar os custos de deslocação. Em alguns casos, pode-se usar mais do que um local de consulta para que ainda mais jovens possam ter oportunidade de se expressar.

– *A consulta é realizada num cenário que encorajará os e as jovens a contribuir*

Apesar de o assunto apresentado aos e às jovens poder ser da máxima importância, é crucial criar condições nas quais os e as jovens se sintam confortáveis e em segurança para partilhar as suas ideias. Para ajudar neste processo, algumas organizações tentam realizar consultas em cenários informais.

– *Os e as jovens são informados e informadas sobre o resultado da consulta*

Mesmo se for algum tempo depois da consulta, os e as jovens têm o direito de estar informados e informadas sobre o resultado e as formas como o seu contributo teve efeito (especificamente as formas como as propostas ou decisões mudaram ou não, conforme for o caso).

– *As visões e opiniões de jovens são respeitadas e valorizadas*

Os e as jovens querem contribuir e partilhar as suas visões, mas também têm que saber que este contributo é importante para a comunidade local. Não basta declarar que as visões dos e das jovens são respeitadas. Isto também deve ser demonstrado pelo registo da informação recebida deles e delas para que as suas opiniões possam ser apresentadas de forma exata a outras partes e também evitando fazer comentários paternalistas como "o que sabem estes jovens da vida real?", etc.

– *O contributo dos e das jovens é validado e reconhecido*

Reconhecer o contributo de jovens é uma forma de lhes dizer "obrigado" e contribuir para as suas motivações para participar em futuras iniciativas. Pode-se usar uma série de métodos para isto, por exemplo:

- artigos ou relatórios em meios de comunicação locais ou regionais (jornais locais, rádio, etc.);
- provisão de certificados;
- provisão de referências pessoais;
- envio de cartas de agradecimento;
- financiamento dos custos relacionados com a consulta;
- provisão de alimentos;
- provisão de pequenas lembranças;

43. McAuley, K. e Brattman, M., op. cit., p. 11.

- convites para um evento social;
- convites para integrar organismos de tomada de decisão ou consulta a nível local;
- dinheiro para gastos pessoais (apesar de isto ser considerado controverso).

Momento para reflexão

1. *Que princípios de consulta são os mais importantes, na tua opinião? Porquê?*
2. *O que pode tornar o processo de consulta mais atrativo para os e as jovens?*
3. *O que pensas sobre recompensar os e as jovens que participam em consultas com dinheiro para gastos pessoais?*
4. *Acrescentarias princípios aos mencionados acima?*

A consulta pode ser organizada de várias formas. A consulta direta envolve o contacto direito com jovens que vivem numa comunidade ou região específica e pode assumir a forma de:

- realização de reuniões ou eventos de consulta onde as e os jovens podem aprender mais sobre o assunto ou a proposta e onde podem expressar as suas visões;
- realização de eventos de consulta com jovens normalmente fora de outros mecanismos representativos;
- realização de eventos de consulta num cenário escolar;
- convite à apresentação de opiniões através de e-mails, cartas, ensaios, etc.;
- convite à apresentação de opiniões através da criação de uma obra de arte: um desenho, uma escultura, um poema, etc.;
- entrevistas individuais ou em grupo;
- questionários, inquéritos individuais;
- referendos, votações
- inquéritos telefónicos;
- sistemas para comentários e/ou reclamações;
- um fórum da vizinhança. Um fórum pode ser um grupo de uma área geograficamente definida que se reúne regularmente para discutir e analisar questões, planos e propostas. A afiliação pode ser fixa ou aberta.

Em alguns casos, porém, a consulta indireta pode ser mais apropriada, ou porque não existem recursos suficientes disponíveis ou porque o grupo de jovens é muito grande, tornando-a difícil de chegar a todos eles e todas elas. Isto pode ser feito através de:

- consulta a grupos de representantes. Idealmente, os próprios e as próprias jovens devem decidir quem os representaria para uma consulta específica. Contudo, na realidade, isto costuma ser difícil de alcançar e, por isso, uma condição mínima para trabalhar com esse grupo deve ser representar a população jovem local. Estes grupos de representantes estão estabelecidos apenas para fins de consulta;
- painéis de jovens. Estes são painéis de jovens que têm uma grande representatividade no âmbito duma comunidade específica. Geralmente são grupos maiores cujos membros têm uma oportunidade regular de se reunir (frequentemente, duas vezes por ano) e partilhar as suas visões e ideias sobre os assuntos que afetam as vidas dos e das jovens na comunidade;
- consulta a grupos de representantes existentes. Os e as jovens elegem os seus e as suas representantes para vários conselhos e quadros. Como se assume que estes organismos representam a população jovem

local, também lhes são pedidas as suas visões e os seus contributos em nome de todos os e as jovens nesta comunidade;

- criação de focus groups. Estes grupos são especialmente eficazes quando há pouca informação disponível sobre um tópico específico. A informação é reunida durante uma interação de grupo que é facilitada por uma equipa de facilitação que gere uma espécie de entrevista de grupo[44];
- consulta a especialistas. Estas pessoas são jovens que se especializam em campos particulares. Por vezes, são consultadas quando têm uma boa perceção sobre o tópico da consulta, pois eles próprios e elas próprias representam os e as jovens;
- júri de jovens cidadãos e cidadãs[45]. É composto por 6 a 20 jovens que são convocados e convocadas para formar um julgamento sobre uma questão ou proposta importante. Tal como num tribunal real, podem solicitar testemunhas, ouvir provas, etc.

Momento para reflexão

1. *Que benefícios e limitações da consulta direta e indireta consegues detetar?*
2. *Dá exemplos de potenciais itens e questões relevantes para a comunidade local que representas, que se possam destinar a jovens na forma de consulta direta?*
3. *Dá exemplos de potenciais itens e questões relevantes para a comunidade local que representas, que se possam destinar a jovens na forma de consulta indireta?*

A variedade de formas que a consulta pode assumir a nível local assegura que este método de cooperação com jovens pode ser usado em contextos e situações muito diferentes. A consulta não tem que ser uma iniciativa complicada (salvo se o âmbito da mesma for muito amplo e complicado) e, por vezes, uma reunião de consulta simples mas bem preparada pode originar resultados muito significativos.

6.3. Cooperação na área de tomada de decisões – Modelo de comissão

A Carta revista declara que "a participação eficaz de jovens em assuntos locais e regionais... requer uma estrutura representativa permanente tal como um conselho juvenil, um parlamento juvenil ou um fórum juvenil"[46]. O papel dessa estrutura pode variar de uma comunidade ou região para outra, mas tem de ser sempre um fórum onde os e as jovens possam expressar livremente as suas opiniões, preocupações e propostas relativamente às políticas e ações das autoridades locais na área de trabalho com a juventude. Um conselho ou parlamento juvenil deve ser um espaço onde se pode criar um diálogo e uma parceria significativos entre as e os jovens e as autoridades locais, para que todos os intervenientes possam receber benefícios tangíveis resultantes dessa cooperação.

Os e as jovens não são o único grupo que beneficia de um conselho ou parlamento juvenil. Graças a estas estruturas, as autoridades locais podem garantir uma verdadeira representação de toda a comunidade (as e os jovens constituem uma parte substancial da população) e podem tomar decisões que sejam mais relevantes para

44. Para obter mais informações sobre grupos de enfoque, ver: Young voices. Guidelines on HOW to involve children and young people in your work, Gabinete Nacional para as Crianças, Irlanda, 2005

45. Para obter mais informações sobre júris de cidadãos e cidadãs, ver: People & participation. How to put citizens at the heart of decision-making, Involve, 2005.

46. Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na vida local e regional, Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Maio de 2003, III.1.59

as necessidades de quem faz parte da comunidade. As e os jovens também oferecem uma perspetiva diferente quando se olha para questões locais e através do seu envolvimento em processos locais.

As estruturas que representam a juventude a nível local ou regional podem assumir diferentes formas e diferentes nomes, dependendo do contexto; podem-se chamar "conselhos juvenis", "fóruns juvenis", "parlamentos juvenis" ou "quadros juvenis", por exemplo. Para fins deste manual, estas estruturas serão referidas como "comissões", e serão definidas da seguinte forma: "estruturas permanentes de participação juvenil a nível local, representando as opiniões e visões de jovens que vivem nestas comunidades ou regiões. Em particular, as comissões representarão as visões de jovens sobre as políticas e iniciativas de diferentes organismos de tomada de decisão, em casos em que as políticas têm um efeito nas vidas dos e das jovens que vivem na comunidade".

Os membros de comissões juvenis podem ser nomeados ou eleitos e podem representar organizações, partidos políticos ou podem ser independentes. Idealmente, a composição de uma comissão do género deve refletir a composição sociológica da comunidade local, para que grupos menos privilegiados também tenham oportunidade de ser representados.

Ao constituir uma comissão juvenil local, as autoridades locais e os e as jovens ou as organizações juvenis têm de refletir juntos sobre as seguintes questões:

Finalidade da comissão

- Porque é necessária uma comissão na comunidade local?
- Quem deve representar exatamente?
- Quem está interessado em estabelecê-la? Porquê? Qual é a motivação?
- Qual deve ser o papel da comissão?
- Qual deve ser o seu âmbito de interesse?
- Quais devem ser os seus direitos e as suas responsabilidades?
- Qual deve ser a sua relação com as autoridades locais?
- Que poder de tomada de decisão tem a comissão?
- Como irão ser vistos os contributos da comissão por parte das autoridades locais?

Composição da comissão

- Quantos membros deve ter a comissão? Porquê?
- Como pode ser alcançado o equilíbrio de géneros, de distribuição geográfica ou outros?
- Como se pode chegar aos grupos que geralmente estão sub-representados em organismos de tomada de decisão (tais como deficientes, minorias, etc.)?
- Deve-se introduzir algum sistema de quotas (por exemplo, baseado na idade, no género, nos antecedentes étnicos, etc.)?

Perfil dos membros

- Quem pode ser membro? Quais deverão ser os critérios?
- Que idade devem ter?
- De que capacidades e competências precisam para ter responsabilidade no seio da comissão?

Seleção dos membros

- Como devem ser selecionados os membros da comissão? Como deverá funcionar na prática esta seleção? É realista?
- Deve haver uma nomeação formal? Por quem?

- Quem deve participar no recrutamento?
- Onde se pode encontrar potenciais candidatos ou candidatas?
- Como se pode motivar potenciais pessoas interessadas a se tornarem candidatas à comissão?

Mandato dos membros

- Que responsabilidades devem ter os membros da comissão?
- Quais devem ser os seus direitos e privilégios?
- Qual deve ser a duração do mandato? Esta duração pode ser renovada?
- São necessárias medidas disciplinares?

Capacitação dos membros

- Que conhecimento e capacidades terão de ter ou desenvolver os membros da comissão?
- Como podem fazer isto?
- De que apoio precisarão os membros da comissão para cumprir as suas responsabilidades?
- Quem pode prestar esse apoio?

Estrutura da comissão

- Quais devem ser as funções e os papéis no seio da comissão?
- Que organismos ou sub-comissões serão necessários?
- A estrutura da comissão deve refletir a estrutura do governo local? Porquê?
- Quão formal deve ser a estrutura?

Modo de trabalho

- Quais serão os métodos de trabalho da comissão (por exemplo, reuniões, consultas, investigação, etc.)?
- Com que frequência deverão ser agendadas as reuniões?
- Quem preparará e gerirá as reuniões?
- Que trabalho deve ser feito entre as reuniões?
- Como serão tomadas as decisões?
- Quem prestará apoio de secretariado ou administrativo?
- Existem regras que tenham de ser acordadas?

Cooperação com autoridades locais

- Que forma deve assumir a cooperação?
- Como será trocada a informação?
- Deve ser uma troca regular ou sob pedido?
- Quem, na comissão, será responsável por manter o contacto com as autoridades locais?
- Quem, nas autoridades locais, será responsável pelo contacto com a comissão?
- O que deve ser feito em casos de desacordo entre as partes?

Manter o contacto com os e as jovens locais

- Como serão representadas as visões dos e das jovens no trabalho da comissão?
- Como serão comunicados às e aos jovens locais os resultados do trabalho da comissão, bem como os seus êxitos e desafios?
- De que forma podem outros e outras jovens influenciar o trabalho da comissão?

Disposições técnicas

- Onde se situará a comissão (local de reunião, espaço de trabalho, morada oficial, etc.)?
- Quem cobrirá as despesas?
- Os membros devem receber dinheiro para despesas pessoais ou outros incentivos?

Outros

- Deve haver um regulamento ou outro documento que regule os aspetos mais importantes do procedimento da comissão? Porquê?

A lista de perguntas acima baseia-se na experiência de diferentes grupos que já passaram pelo processo de constituição de um conselho ou parlamento juvenil a nível local. A lista é bastante longa e, provavelmente, não muito entusiasmante para os e as jovens ou os e as representantes políticos, ilustrando assim o dilema de como criar uma estrutura que possa funcionar eficazmente por um lado, e ser favorável às e aos jovens, por outro. Diferentes grupos tentaram soluções tais como eliminar o número de procedimentos formais assegurando um ambiente de trabalho informal e amigável e preparando documentos em linguagem acessível a jovens. Contudo, atrair jovens para esta forma de participação ainda é considerado um desafio.

Momento para reflexão

1. *Existe um conselho ou parlamento ou fórum juvenil na tua comunidade local? O que sabes sobre a forma como trabalha e se organiza?*
2. *Que pontos fortes e fracos desta forma de cooperação entre autoridades locais e jovens detetas?*
3. *Como podem os e as jovens ser motivados e motivadas para integrarem comissões a nível local?*

6.4. Cooperação na área de tomada de decisões – Cogestão

Cogestão (ou gestão cooperativa) significa a partilha de poder, responsabilidade e responsabilização na área de gestão entre duas ou mais partes. Este sistema pode ser usado com êxito quando envolve jovens em processos de tomada de decisão a vários níveis. O Conselho da Europa introduziu o sistema de cogestão ao longo de trinta anos quando criou uma parceria única entre os e as representantes de organizações juvenis e governos na Direção de Juventude e Desporto. Este sistema dá aos e às jovens uma oportunidade de expressarem a sua opinião sobre a formulação e implementação da política de juventude do Conselho da Europa.

Cogestão no Conselho da Europa

A Direção de Juventude e Desporto do Conselho da Europa desenvolveu diretrizes e instrumentos legais que apoiam a criação de políticas de juventude a nível local, nacional e europeu. As decisões mais importantes relacionadas com o programa e prioridades orçamentais são tomadas conjuntamente por parceiros governamentais e não-governamentais no âmbito do sistema de cogestão.

Há quatro organismos envolvidos no sistema de cogestão da DYS:

1. O Comité Diretor Europeu de Juventude (CDEJ). Os seus membros representam os ministérios responsáveis por assuntos relacionados com a juventude dos Estados-membros do Conselho da Europa bem como de outros Estados que tenham subscrito a Convenção Cultural Europeia. Este comité garante a cooperação intergovernamental na área da juventude e das políticas de juventude. Reúne-se em sessão plenária duas vezes por ano e aborda temas e desafios relacionados com os e as jovens.
2. O Conselho Consultivo. Tem 30 membros que representam organizações e redes juvenis não-governamentais internacionais, comissões juvenis nacionais devidamente constituídas em Estados-membros do Conselho da Europa (os chamados Conselhos Nacionais de Juventude) e estruturas envolvidas em várias áreas do trabalho com jovens relevantes para a política de juventude do Conselho da Europa. O papel do Conselho Consultivo é promover a participação não-governamental em processos de tomada de decisão no Departmento da Juventude do Conselho da Europa
3. O Conselho Conjunto para a Juventude. Consiste em todos os membros do Comité Diretor Europeu de Juventude e do Conselho Consultivo e é o principal organismo de tomada de decisão e elaboração de políticas para parceiros governamentais e não-governamentais na Direção de Juventude e Desporto. O papel deste conselho conjunto é desenvolver uma posição comum sobre todos os aspetos principais da área da juventude no Conselho da Europa, nomeadamente sobre as prioridades e os objetivos, bem como sobre o orçamento.
4. O Comité de Programação. Este é outro organismo conjunto de tomada de decisão que consiste em oito membros do Comité Diretor Europeu de Juventude e oito membros do Conselho Consultivo. O papel deste comité é estabelecer programas na área do trabalho com jovens no seio do Conselho da Europa, especialmente os programas dos Centros Europeus da Juventude em Estrasburgo e Budapeste e da Fundação Europeia da Juventude.

Momento para reflexão

1. *Sabes de algum exemplo de sistemas de cogestão que funcionem a nível local ou organizacional? Onde está? Como funciona?*
2. *Consegues pensar em benefícios dum sistema de cogestão? Quais?*
3. *Na tua opinião, quais são as limitações do sistema de cogestão?*

Cogestão ao nível local

A Carta revista declara que "as autoridades locais e regionais devem desenvolver o princípio de cogestão do Conselho da Europa e o sistema de tomada de decisões em parceria com jovens e organizações juvenis em áreas de política relevantes para os e as jovens."[47]. É considerada uma forma muito especial de cooperação porque todas as partes, tanto pessoas adultas como jovens, estão ao mesmo nível e têm o mesmo poder de tomar decisões. Em algumas comunidades, pode ser difícil para os e as jovens assumir o papel de parceiros e parceiras iguais às pessoas adultas e partilhar poder com elas. Porém, a experiência de várias organizações demonstra que "este conceito abre a porta para novas e fantásticas oportunidades, ideias e desafios para jovens e pessoas mais velhas

47. Ibid., II.7.53.ii.

aumentarem a sua criatividade e o seu compromisso. Reduz o preconceito, potencia a clareza e a simplicidade de comunicação, o que a torna válida e útil em qualquer área da vida quotidiana – família, escola e trabalho"[48].

Estabelecer um sistema de cogestão a nível local pode ser feito de várias formas e não existe nenhuma receita universal que se aplique de forma igual a todas as formas. É possível, porém, apresentar um enquadramento geral que possa orientar todo o processo tal como apresentado em baixo.

Passo 1 – Preparação

Uma boa apresentação pode contribuir substancialmente para o sucesso de uma iniciativa e, por isso, é importante garantir que se dá tempo e atenção suficientes a esta fase do processo. Antes de falar com potenciais parceiros sobre estabelecer um sistema de cogestão, temos de nos assegurar de que o potencial parceiro:

- compreende o que é cogestão. Pode ser útil estudar publicações sobre esta forma de cooperação, contactar pessoas que já têm experiência nesta área e ouvir os seus conselhos;
- sabe muito bem o que se quer alcançar (que área de cogestão e em que medida?);
- conhece instituições ou comunidades onde este sistema já opera. Muitas vezes, podemos aprender com as experiências dos outros! Uma boa ideia pode ser estabelecer contacto pessoal com um ou uma representante dum sistema de cogestão de uma instituição ou de uma comunidade para podermos colocar perguntas diretamente a essa pessoa;
- consegue explicar a cogestão a partes interessadas duma forma que estas entendam. O conceito de cogestão pode ser bastante novo para algumas pessoas e elas podem ter dúvidas e reservas (especialmente as que irão partilhar o poder com outra parte). Como tal, temos que ter a preparação necessária para discutir o que significa cogestão de um modo geral, como funciona na área do trabalho com jovens, qual é a experiência de outras instituições ou comunidades, quais são os benefícios e que desafios podem existir, etc.;
- tem material pronto. As pessoas podem precisar de algum tempo para pensar sobre o que ouvem e podem querer ler um pouco sobre isso. Por isso, será útil facultar-lhes materiais relevantes.

Passo 2 – Encontrar aliados

Como será necessário muito apoio nas fases seguintes, devemos procurar aliados que tenham interesse em ajudar e juntar-se à iniciativa. Se representarmos um ou uma jovem local ou uma organização juvenil, pode ser útil procurar pessoas ou organizações com o mesmo pensamento. Se representarmos autoridades locais, podemos procurar funcionários ou funcionárias de outros departamentos que possam dar apoio ou contactar instituições que trabalhem com jovens na área (tais como escolas, centros de juventude, etc.). Estes aliados podem não só prestar apoio moral, mas também podem assumir algumas tarefas, ajudar a gerar melhores ideias e contribuir com recursos, etc.

Passo 3 – Abordar um potencial parceiro de cogestão

Este é um momento muito importante em todo o processo pois nesta fase inicia-se a parceria entre as partes que partilharão o poder e as responsabilidades da tomada de decisão. Se a outra parte não concordar em participar no estabelecimento do sistema de cogestão, todo o processo ficará bloqueado. Abordar o parceiro de cogestão é, muitas vezes, um processo longo e pode-se esperar uma série de reuniões e negociações. Algumas dicas:

48. "Co-management. A practical guide. Seeking excellence in youth participation at a local level", Peace Child International, 2006, p. 9. Disponível em: co-management.info.

- faz um plano sobre como abordar o teu potencial parceiro de cogestão. Decide como queres fazê-lo, quando, onde e com quem, etc. Divide os papéis e as tarefas entre os teus aliados;
- tenta identificar os medos e as dúvidas que o teu potencial parceiro de cogestão possa ter em relação à tua proposta. Pensa em formas de resolver estas dúvidas;
- prepara-te para negociar e para te comprometeres. O teu parceiro pode estar interessado em criar um sistema de cogestão, mas limitado (por exemplo, só na área de cuidados de saúde para jovens na tua comunidade local). Começar numa pequena escala, é uma boa forma de iniciar todo o processo de cogestão e aprender como funciona. Quando tiverem mais experiência, a cogestão pode alargar-se a outras áreas também;
- não aceites "Não" como resposta. Continua a tentar (nos limites razoáveis, claro);
- sê paciente. Todo o processo pode demorar algum tempo, pois mudar as atitudes das pessoas não acontece apenas durante uma reunião.

Passo 4 – Definir objetivos, áreas de responsabilidade e formas de trabalho

Quando uma parceria é criada para estabelecer o sistema de cogestão, pode-se começar o duro trabalho de conceber os detalhes da cooperação e os princípios da parceria. Todas as partes devem estar envolvidas em discussões e em tomar decisões, pois nesta fase é criado um contrato informal entre os parceiros e são concebidas as diretrizes para o trabalho futuro. As seguintes perguntas têm que ser feitas:

- Quem irá participar no sistema de cogestão?
- Haverá organismos ou estruturas formais no sistema? Em caso afirmativo, quais?
- Como serão selecionados os membros de ambas as partes? Como se pode garantir que a população local é representada? Quão inclusiva será a afiliação?
- Que papel desempenhará o sistema de cogestão? Que áreas estarão envolvidas e qual será o âmbito das decisões?
- Quais serão os direitos e as responsabilidades das partes
- Que métodos de trabalho (ou procedimentos, apesar dos e das jovens não terem muita motivação para lidar com questões formais) serão usados?
- Quais serão os princípios básicos de cooperação?
- Como será avaliado o sistema? Com que frequência? Por quem?

Passo 5 – Avaliar os recursos necessários

Depois de estabelecerem a base de cooperação no Passo 4, as partes já podem avaliar o que precisam em termos de planos e acordos preliminares. Ao pensar em que recursos serão necessários, é preciso pensar imediatamente no fator financeiro, que, apesar de ser muito importante, não é o único recurso requerido. Nesta fase, também é necessário identificar:

- De quanto tempo precisarão as partes para dedicar ao sistema de cogestão?
- Que local pode ser usado para reuniões? É favorável às e aos jovens? É acessível?
- Quem pode prestar apoio técnico e de secretariado?
- Que competências e capacidades são necessárias para o funcionamento eficiente do sistema de cogestão (de que conhecimento precisam os e as representantes dos e das jovens e das autoridades locais e que capacidades terão de desenvolver)?
- Como podem ser satisfeitas estas necessidades?

Passo 6 – Planear a fase introdutória

Nesta fase, as partes estão prontas para começar a planear a primeira parte do seu trabalho. A introdução de um sistema de cogestão pode demorar algum tempo, especialmente se os regulamentos locais tiverem de ser emendados para que o sistema de cogestão possa ser oficialmente reconhecido, ou se tiverem de ser feitas diligências técnicas ou se tiverem que ser elaborados novos documentos, etc. Os membros dos organismos do sistema de cogestão também precisam de uma introdução ao sistema ou talvez até alguma formação antes de o sistema poder funcionar sem problemas.

Passo 7 – Lançar o estabelecimento do sistema de cogestão

Um sistema de cogestão serve os interesses da comunidade local e, por isso, a comunidade local e especialmente as e os jovens que vivem nela devem ter conhecimento da sua existência. Algumas comunidades decidem lançar os seus sistemas de cogestão por meio de uma celebração especial para que toda a comunidade tenha conhecimento e se possa orgulhar disso.

Próximos passos...

Um sistema de cogestão destina-se a ser uma iniciativa a longo prazo e, por isso, o trabalho e as atividades têm de ser planeadas regularmente. Isto pode acontecer a cada três ou quatro meses, anualmente ou a cada dois anos, dependendo do contexto. Contudo, é crucial que os planos se foquem não só em lidar com questões e decisões locais, mas também numa avaliação regular da forma como o sistema está a funcionar, para que os seus diferentes aspetos possam ser constantemente melhorados.

Momento para reflexão

1. *Quão realista seria introduzir o sistema de cogestão na tua comunidade local? Porque é que achas isso?*
2. *Quem, no teu contexto local, estaria interessado em estabelecer o sistema de cogestão? O que julgas que aumentaria a sua motivação para o fazer?*
3. *Em que áreas da vida quotidiana, políticas ou programas que envolvem jovens no teu contexto local, a introdução de um sistema de cogestão seria mais relevante? Porque é que achas isso?*

A introdução de um sistema de cogestão pode começar a uma pequena escala. Em alguns contextos, por exemplo, não é realista esperar que decisões sobre orçamentos locais ou outras questões cruciais serão tomadas por ou partilhadas com jovens. No entanto, isto não deve ser razão para não introduzir um sistema de cogestão de todo. Sistemas a pequena escala como a gestão de centros de juventude ou programas locais para jovens podem funcionar muito bem. Começar por baixo, em muitos casos, é uma boa ideia.

6.5. Outras formas de cooperação na área de tomada de decisões

As consultas, a criação de comissões de representantes e a introdução de sistemas de cogestão são apenas alguns exemplos de possíveis formas de cooperação entre intervenientes locais de forma a promover a participação juvenil. Porém, existem outras formas de estabelecimento de parcerias e as comunidades devem conseguir encontrar pelo menos uma que seja relevante para elas. Abaixo encontrarás exemplos dessas formas de cooperação.

Projetos e iniciativas comuns

Por vezes, as autoridades locais convidam organizações não-governamentais especializadas em áreas ou tópicos específicos para integrarem iniciativas e projetos. Nestes casos, as autoridades locais mantêm o controlo de toda a iniciativa, mas estabelecem uma parceria com uma organização local de forma a obter aconselhamento especializado ou a usar o conhecimento, a experiência e as infraestruturas existentes. Desta forma, a especialização local pode ser usada para resolver problemas locais.

Delegar tarefas legais

Em alguns países, as autoridades locais têm a liberdade de delegar algumas das suas tarefas legais a organizações não-governamentais. Com base em acordos especiais que delineiam os direitos e as responsabilidades de ambas as partes, as organizações assumem a implementação de políticas locais, tais como uma política ambiental, uma política para o acesso à cultura, etc., ou assumem a realização de programas, tais como serviços de abrigo para jovens em situação de sem-abrigo ou programas de alimentação. Por vezes, estas políticas e estes programas estão diretamente relacionados com questões de juventude e afetam diretamente as vidas de jovens locais. Nesses casos, pode criar-se uma parceria entre autoridades locais e organizações juvenis através da qual as organizações obtêm o apoio que precisam de forma a melhorar as vidas dos e das jovens na comunidade.

Financiamento estrutural

Os orçamentos locais podem garantir fundos para o chamado "financiamento estrutural" de organizações juvenis. Este tipo de apoio financeiro não cobre o custo de projetos e ações, mas em vez disso cobre custos referentes à gestão diária da organização, custos para recursos humanos ou custos administrativos, por exemplo. O financiamento estrutural pode ser muito importante para organizações juvenis com pouca experiência em angariação de fundos, mas também para grupos ou organizações informais de jovens que são geridos sem pessoal permanente responsável pela angariação de fundos.

Sistema de apoio

As organizações podem receber apoio financeiro de autoridades locais para atividades e programas geridos por elas. Estas atividades são planeadas e implementadas independentemente das autoridades locais, apesar dos fundos geralmente irem para as atividades relacionadas com as prioridades locais. Existe um debate contínuo sobre em que medida estes programas e estas atividades se podem considerar realmente independentes se for dado apoio apenas a atividades que constam da agenda política de uma autoridade local.

Garante

A Carta revista menciona um tipo especial de apoio disponível para organizações envolvidas na participação juvenil – a nomeação de alguém que possa ser garante[49]. Este pode ser uma pessoa ou um grupo independente tanto de estruturas políticas como de estruturas participação juvenil. O principal papel da pessoa ou da entidade garante é atuar como interface ou canal de comunicação entre representantes de jovens e de autoridades locais em casos de tensão entre as duas partes.

Outras formas de cooperação

- troca de informação (sobre iniciativas, planos, desenvolvimentos, etc.);

49. III.1.70.

– criação de equipas consultivas conjuntas de organismos governamentais e não-governamentais que trabalham com diferentes tópicos;
– convite aos e às representantes da outra parte para reuniões abertas, debates, etc.

Momento para reflexão

1. *Que formas de cooperação entre autoridades locais, organizações juvenis e jovens funcionam na tua comunidade ou região local?*
2. *Como é disseminada a informação sobre esta cooperação?*
3. *Quem são as partes envolvidas nesta cooperação? Qual é a tua relação com estas partes?*
4. *A tua organização ou instituição está interessada em cooperar a nível local com outros parceiros?*
5. *Porquê?*

Capítulo 7
A Carta e as políticas de juventude locais

7.1. Introdução às políticas de juventude locais

"A política pública pretende alcançar objetivos definidos para os melhores interesses de todos os membros da sociedade"[50], como por exemplo, segurança, cuidados de saúde e assistência social de boa qualidade, acesso à educação, acesso ao emprego, etc. Mas nem todas as políticas públicas são relevantes para todos os membros da sociedade; algumas lidam com questões que são cruciais para um grupo específico tais como, por exemplo, a juventude, por exemplo, porque o bem-estar dos e das jovens contribui para o bem-estar de toda a população. Neste capítulo, as políticas públicas relacionadas com os e as jovens e as suas necessidades e aspirações são designadas como "políticas de juventude"[51].

O desenvolvimento de uma política de juventude eficaz tornou-se um objetivo importante para um número crescente de países na Europa e em todo o mundo. O Conselho da Europa apoia estes esforços ao proporcionar diretrizes e instrumentos legais que ajudam a criar ou melhorar políticas de juventude a nível local, nacional e europeu. As abordagens à política de juventude diferem entre os Estados-membros. Em alguns países, considera-se a política de juventude uma área de trabalho importante, são facultados os recursos apropriados e é concedido acesso a informação, poder e tomada de decisão. Noutros, as políticas de juventude podem constituir um elemento de outras áreas de política, tais como a política de educação, do desporto, da cultura, do turismo, etc. Também existem diferentes métodos de implementação de políticas – o método centralizado, onde as decisões e ações são coordenadas a partir de um ponto central (por exemplo, um ministério ou outra agência responsável por assuntos relacionados com a juventude) – ou o método descentralizado, onde o poder de tomada de decisão e os recursos são delegados a outros níveis, incluindo regiões e comunidades locais.

50. Torjman, S., What is policy? Caledon Institute of Social Policy, 2005, p. 4.

51. Porém, isto não é uma definição de política de juventude. Não existe nenhum consenso relativamente ao significado do termo "política de juventude".

Momento para reflexão

1. *As questões relacionadas com a juventude são uma prioridade para o governo do teu país? Porque é que achas isso?*
2. *Como opera a política de juventude nacional no teu país? Quais são os objetivos e as áreas de prioridade?*
3. *Em que medida a política de juventude nacional está descentralizada no teu país?*
4. *Achas que a vossa política de juventude tem uma "abordagem inclusiva" para os e as jovens (ou seja, tem em conta todos os jovens e todas as jovens)?*

Este manual foca-se sobretudo em políticas de juventude a nível local. A Carta revista diz que os e as jovens são cidadãos e cidadãs nos municípios e nas regiões onde vivem[52], e que, como resultado, uma política de juventude deve existir e deve ser implementada a nível local, para que as necessidades e aspirações das e dos jovens possam ser satisfeitas da melhor forma possível.

Uma política de juventude com um bom funcionamento a nível local pode gerar uma série de resultados positivos, incluindo, por exemplo:

- identificar as necessidades mais importantes dos e das jovens locais;
- responder a essas necessidades de uma forma eficaz;
- melhorar a situação das e dos jovens;
- garantir que as questões relacionadas com os e as jovens também são tratadas por outras políticas setoriais;
- criar uma base para alcançar objetivos comuns através de intervenientes envolvidos no trabalho com e para os e as jovens;
- coordenar e canalizar diferentes iniciativas e ações a nível local;
- providenciar uma clara distribuição de recursos para satisfazer as necessidades de jovens e entidades locais que trabalham em benefício da juventude;
- reconhecer o contributo de jovens para o desenvolvimento da comunidade local;
- estimular jovens para desempenharem um papel ativo na resolução de questões que afetam as suas vidas;
- providenciar um enquadramento para planear o futuro de jovens locais;
- fortalecer o diálogo e a cooperação inter-geracionais a nível local.

Os resultados indicados acima só podem ser alcançados se o desenvolvimento e a implementação da política de juventude local se basear nos seguintes princípios:

1. A política definiu claramente objetivos e formas de alcançar esses objetivos. Todos os intervenientes envolvidos, bem como a comunidade local como um todo, têm de saber precisamente o que deve ser alcançado e como consegui-lo.
2. O nível político mais alto de uma comunidade ou região está seriamente empenhado em resolver questões relacionadas com a juventude. Este empenho significa, na prática, que as questões relacionadas com a juventude tornam-se uma das prioridades locais e recebem atenção suficiente.

52. A Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na vida local e regional. Introdução

3. Os recursos necessários para o planeamento, a implementação e a avaliação da política de juventude local estão disponíveis. Mesmo os melhores planos e estratégias serão ineficazes se não foram apoiados financeiramente e com o tempo e o know-how adequados.

4. Os e as jovens desempenham um papel ativo no planeamento, na implementação e na avaliação da política de juventude local (em todas as fases). Se a política de juventude for planeada para os e as jovens mas sem eles e elas (uma abordagem descendente), há o risco de a política só refletir as necessidades reais de jovens em certa medida. Os e as jovens podem não sentir "propriedade" em relação a uma política assim e, consequentemente, não terem motivação para participarem em algum aspeto da mesma.

5. Todos os principais intervenientes que trabalharem para e/ou com jovens estão envolvidos em todo o processo. Cada um deles tem o seu conhecimento único, a sua experiência, o seu acesso a recursos, a sua posição no contexto local e o seu papel a desempenhar, e estes recursos podem contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma política de juventude relevante e de boa qualidade.

6. Existe uma forte parceria entre os intervenientes para que possam aprender uns com os outros e prestar o apoio necessário.

7. A política de juventude é transetorial. Isto significa que lida com questões relacionadas com diferentes áreas, tais como a educação, o desporto, a cultura, os meios de comunicação, o emprego, a habitação, etc., porque as vidas das e dos jovens abrangem uma grande variedade de áreas diferentes.

8. A política de juventude deve basear-se em investigação. Há diferentes formas de fazer investigação: desde metodologias e análises muito complexas a recolhas de dados simples. O método de investigação deve ser escolhido de acordo com a necessidade e os recursos disponíveis, mas deve-se garantir que a política não se baseia nas suposições de alguém, mas sim nas provas e na análise sólida do contexto local.

Momento para reflexão

1. *Quais dos princípios mencionados acima consideras necessários para uma política de juventude eficaz a nível local?*
2. *Quais destes princípios podem trazer um valor acrescentado mas não são estritamente necessários para a eficácia da política de juventude local? Porquê?*

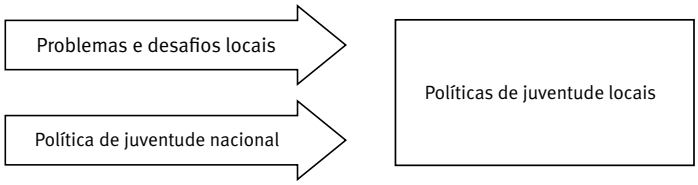
Também se pode adaptar diferentes abordagens genéricas à política de juventude a um contexto local. Uma abordagem deste género[53], chama-se a "abordagem do corpo de bombeiros". Pode-se observar quando as autoridades locais reagem apenas a problemas específicos relacionados com jovens. Estes problemas não são vistos como uma parte de uma questão complexa, mas antes eventos isolados que têm de ser resolvidos o mais depressa possível (como pequenos fogos que têm de ser extintos de imediato). Depois de resolver a situação, a questão é esquecida e aborda-se o próximo problema. Presentemente, porém, existe uma mudança no sentido de uma abordagem diferente que coloca os e as jovens no centro e que os e as trata como um recurso em vez de um problema. Quando as autoridades locais seguem esta filosofia, tentam assegurar que as e os jovens têm oportunidades para desenvolver o seu potencial intelectual, social, artístico e físico, e que podem contribuir com o seu talento para o bem-estar de toda a comunidade. Acredita-se que focar-se no desenvolvimento dos seus pontos

53. As abordagens apresentadas neste parágrafo são citadas de Lauritzen, P., "Essentials of a youth policy in the Council of Europe", documento não publicado, p. 4.

fortes capacita os e as jovens para construírem vidas melhores e evita que se envolvam em atividades criminosas ou outros comportamentos destrutivos. Por fim, há uma abordagem chamada "gestão por objetivos"[54]. Olha para a política de juventude local em termos de objetivos específicos que têm de ser alcançados e a implementação desses objetivos é cuidadosamente planeada, realizada e avaliada. Esta abordagem foca-se na introdução de mudanças concretas e na verificação da eficiência de todo o processo.

Momento para reflexão

1. *Que vantagens e desvantagens destas três abordagens consegues identificar no teu contexto local?*
2. *Qual das abordagens à política de juventude local indicadas acima (se existir alguma) é usada na tua comunidade ou região? Como consegues reconhecê-la(s)?*



Componentes de uma política de juventude local

Uma política de juventude local deve consistir em dois pilares principais. Deve implementar as provisões relevantes da política de juventude nacional e deve lidar com os desafios da comunidade específica. Tal como já foi mencionado, no âmbito da política de juventude nacional, algumas tarefas ou objetivos podem ser delegados a outros níveis de tomada de decisão e também a regiões e comunidades. Como tal, é essencial que as provisões da política de juventude nacional sejam conhecidas e implementadas a nível local. Por vezes, o fluxo de informação entre diferentes níveis de tomada de decisão precisa de ser melhorado e é da responsabilidade de autoridades locais obter informações sobre uma política de juventude nacional e procurar formas de a implementar na sua comunidade ou região. As políticas juvenis podem ser formuladas de várias formas. Em alguns países, há muito poucos documentos completos que abordem os aspetos mais importantes das vidas dos e das jovens. Noutros, pode existir uma política de juventude como uma série de regulamentos fragmentados e provisões legais em vários domínios (leis separadas relacionadas com jovens numa política nacional para o emprego, por exemplo, ou regulamentos numa política de combate ao crime, etc.). Mesmo nesses casos, os ministérios ou outras instituições centrais responsáveis por jovens devem conseguir fornecer detalhes sobre a política de juventude nacional, bem como informações sobre o que pode e deve ser feito a nível local.

7.2. A Carta revista e a política de juventude local

A Carta revista contém uma série de recomendações para políticas setoriais a nível local e regional. Todavia, é importante lembrar que essas recomendações referem-se maioritariamente a diferentes aspetos da participação juvenil e deixam de lado uma grande quantidade de outras questões que são importantes para as e os jovens

54. Para obter mais informações sobre a gestão por objetivos, consultar Siurala, L., European framework of youth policy, Budapeste, 2004.

numa comunidade local. Não obstante estas limitações, a Carta pode ser usada como uma ferramenta útil para criar uma política de juventude local. Abaixo encontrarás uma explicação sobre como isto pode ser feito.

Abraçar os valores promovidos na Carta

As políticas de juventude baseiam-se em valores e também na promoção dos mesmos. "Não é difícil tomar decisões quando sabemos quais são os nossos valores."[55]. Por essa razão, os intervenientes têm de decidir que valores são importantes para eles aquando da criação de uma política de juventude local e como esses valores se podem traduzir em objetivos e ações específicos. Os principais valores realçados na Carta são:

- *participação*: as e os jovens têm direito de participar em decisões que afetam as suas vidas e, por isso, têm o direito de participar no desenvolvimento e na implementação de políticas de juventude locais;
- liberdade para decidir participar ou não: os e as jovens devem ter a oportunidade de participar, mas também podem escolher não participar se assim o entenderem;
- *não-discriminação*: as e os jovens são um grupo diverso mas cada indivíduo deve ter a possibilidade de desempenhar um papel ativo no seu contexto local, independentemente dos seus antecedentes, da sua educação, do seu estatuto financeiro, da sua incapacidade, do seu estatuto de minoria, etc.
- *multiculturalismo*: necessidades diversas, costumes, culturas e estilos de vida diferentes devem ser respeitados;
- *ter direitos*: os e as jovens são cidadãos e cidadãs e membros da comunidade local tal como as outras pessoas. Assim sendo, devem ter direitos semelhantes ou equivalentes (apropriados à sua idade e relacionados com as obrigações que têm enquanto membros da comunidade);
- *respeito*: os e as jovens devem ser tratados e tratadas com dignidade e as suas opiniões devem ser respeitadas (mas respeitar a opinião de outra pessoa não significa necessariamente concordar);
- *parceria*: os e as jovens devem ser tratados e tratadas como parceiros e parceiras num processo de tomada de decisão e não como clientes à espera de receberem um serviço;
- *responsabilidade*: as e os jovens, tal como qualquer membro da sociedade devem ser responsáveis pelas suas ações;
- *capacitação*: os e as jovens têm diferentes talentos e pontos fortes que podem usar para resolver os seus problemas e desafios mas, por vezes, precisam de capacitação e apoio para poderem desenvolver esses talentos de forma mais eficazes;
- *apoio*: as e os jovens têm poder e recursos limitados. Precisam de apoio para desempenhar um papel ativo na sua comunidade.

Usar os exemplos de políticas setoriais

A Carta contém uma avaliação das áreas que desempenham uma função importante nas vidas dos e das jovens a nível local. Esta apreciação pode ajudar a estruturar o processo de levantamento das necessidades das e dos jovens numa comunidade ou região ou pode ser usada como um modelo para conceber políticas locais (embora este modelo deva ser complementado por elementos relevantes para as circunstâncias concretas). A Carta também explica porque é que áreas específicas devem ser abordadas por políticas de juventude locais.

55. Disney, R., autor de filmes norte-americano e sobrinho de Walt Disney

Política setorial	Razões para implementar esta política a nível local
Uma política para o desporto, o lazer e a vida associativa	– as atividades são um dos pilares de coesão social no município ou na região; – canal ideal para a participação juvenil; – canal ideal para a implementação de políticas de juventude nos campos do desporto, da cultura, do artesanato e das trocas, das formas artísticas e doutras maneiras de criação e expressão, bem como no campo da ação social.
Uma política para promover o emprego de jovens e para combater o desemprego	– as condições económicas e sociais experienciadas por jovens influenciam a sua motivação e capacidade de participar; – o desemprego e a pobreza tornam muito difícil ser um cidadão ativo ou uma cidadã ativa; – os e as jovens em situação de desemprego provavelmente estão entre os grupos mais excluídos numa sociedade.
Uma política para o meio urbano e o habitat, a habitação e o transporte	– um ambiente mais integrado e menos fragmentado leva à interação social e ao desenvolvimento de um espaço público de alta qualidade; – um ambiente mais harmonioso leva à auto-realização pessoal e ao desenvolvimento de solidariedade entre gerações; – a mobilidade dos e das jovens é indispensável para a participação na vida social e para serem cidadãos e cidadãs em pleno; – em áreas rurais, a mobilidade e o transporte são necessidades fundamentais para uma boa qualidade de vida e não apenas necessários para facilitar a participação; – uma falta de transporte leva à exclusão.
Uma política para a educação e a formação para promover a participação juvenil	– as escolas são locais onde as opiniões e perspetivas dos e das jovens sobre a vida são moldadas; – as escolas são frequentemente os primeiros locais onde os e as estudantes experienciam a democracia e podem praticar a participação.
Uma política para a saúde	– os e as jovens estão sob a ameaça do tabaco, do álcool e do consumo abusivo de drogas; – existe um aumento observado de doenças sexualmente transmissíveis que resulta em julgamentos morais, levando ao isolamento.

Uma política de igualdade de géneros	– os jovens homens e as jovens mulheres têm dificuldade em obter papéis de responsabilidade na vida profissional, em associações, na política e em autoridades locais e regionais; – a nível local, existem desigualdades entre jovens homens e jovens mulheres.
Uma política específica para as regiões rurais	– as e os jovens de áreas rurais têm necessidades diferentes de outros e outras jovens que vivem em vilas ou cidades relativamente à educação, ao emprego, à habitação, ao transporte, etc...; – os e as jovens em áreas rurais experienciam um nível inferior de prestação de serviços sociais do que as pessoas que vivem em áreas urbanas; – as organizações juvenis e comunitárias estimulam a vida social e cultural em áreas rurais e podem ser um importante centro social para os e as jovens; – as organizações juvenis e comunitárias encorajam à participação juvenil local; – as organizações juvenis e comunitárias melhoram a qualidade de vida e combatem problemas de isolamento rural.
Uma política sobre o acesso à cultura	– a arte e a cultura fazem parte do legado pessoal e coletivo passado, presente e futuro e são um reflexo de cada sociedade; – as e os jovens desempenham um papel nestes desenvolvimentos culturais através da sua prática cultural e da sua capacidade de iniciativa, exploração e inovação.
Uma política para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente	– as e os jovens e outros membros da sociedade enfrentam a deterioração do ambiente; – os problemas ambientais são a principal preocupação para os e as jovens que terão a obrigação, no futuro, de lidar com as consequências de erros passados.
Uma política para combater a violência e o crime	– as e os jovens são frequentemente vítimas de crimes, violência, exploração sexual, abuso ou outras formas de maus-tratos; – há diferentes formas de violência nas escolas; – faltam respostas adequadas ao crime e à violência na sociedade contemporânea.

Uma política anti-discriminação	– há discriminação contra minorias, incluindo contra jovens membros de grupos minoritários; – há discriminação contra pessoas com deficiências e outros grupos; – em algumas comunidades não se garante o acesso igual a locais públicos, à formação vocacional, à escolaridade, à habitação, a atividades culturais e a outras áreas da vida.
Uma política sobre a sexualidade	– durante a transição da dependência da infância para a vida adulta autónoma, os e as jovens podem enfrentar problemas associados às suas relações pessoais; – há uma ignorância persistente relativamente a questões de saúde sexual; – há uma certa desconfiança acerca das atitudes oficiais em relação aos riscos de certos comportamentos sexuais; – o início e o exercício da sexualidade de jovens nem sempre é fácil.
Uma política de acesso a direitos e à legislação	– as sociedades baseiam-se em regras que têm de ser respeitadas por toda a gente de forma a viver em harmonia; – em sociedades democráticas, as regras são discutidas e adotadas pelos e pelas representantes eleitos e eleitas de cidadãos e cidadãs; – os textos e as regras legais aumentam em número e é cada vez mais difícil para um indivíduo conhecê-los e aplicá-los; – o número crescente de regras e leis cria disparidades entre cidadãos e entre cidadãs (pois algumas pessoas conhecem os seus direitos e as suas obrigações e outras não).

A lista de razões indicada acima para introduzir a política de juventude em algumas áreas específicas da vida pública não é exaustiva e serve como amostra e ponto de partida para mais análises. O principal papel da Carta é promover a participação juvenil em geral e enquanto resultado não lida com uma série de questões (relações inter-geracionais, prevenção de conflitos, etc.) e lida com outras questões só até certa medida. Assim, cabe aos intervenientes locais envolvidos no desenvolvimento de políticas de juventude identificar áreas que ainda faltam na Carta.

Momento para reflexão

1. *Que valores promovidos na Carta considerarias os mais importantes na tua comunidade local? Porquê?*
2. *Quais das políticas setoriais apresentadas acima já fazem parte de políticas de juventude locais nas tuas comunidades?*
3. *Que outras políticas setoriais não presentes na Carta contém a tua política de juventude local?*
4. *Que políticas setoriais ainda faltam no teu contexto local?*

7.3. Processo de formulação de uma política de juventude local

A formulação de uma política de juventude local é um procedimento complexo e requer o envolvimento de vários intervenientes. As autoridades locais, como organismo principal que trabalha com políticas locais, têm especialização e experiência substanciais neste campo e, por isso, devem desempenhar um papel ativo em todo o processo de desenvolvimento de políticas de juventude locais. Este processo diferirá de país para país devido a tradições, normas, procedimentos e leis existentes, e não é possível apresentar um modelo universal para todas as situações diferentes na Europa. Contudo, existe uma série de sugestões que podem ser úteis ao trabalhar em políticas de juventude locais.

Estabelecer parcerias

Uma política de juventude eficiente a nível local precisa do envolvimento de vários intervenientes: autoridades locais, jovens, organizações e instituições locais. Algumas comunidades usam uma abordagem descendente, o que significa que as autoridades locais decidem sobre a política e depois implementam-na sozinhas ou tentam encontrar parceiros que a implementem. Porém, esta não é uma abordagem muito participativa, e recomenda-se vivamente que diferentes atores participem em todo o processo desde uma fase muito precoce.

Esclarecer porque é que é necessária uma política de juventude local a nível local

Desenvolver políticas de juventude locais está atualmente na moda e um número crescente de comunidades demonstrou interesse em trabalhar com questões relacionadas com a juventude de uma forma mais coerente e eficiente. Ter uma boa política de juventude a nível local pode trazer benefícios e mudanças reais, por isso, quando o processo de criação dessa política tiver sido iniciado, é importante identificar que mudanças e melhorias concretas devem ser feitas.

Recolher informações sobre a política de juventude nacional e regional

Como já foi discutido, uma política de juventude local deve assentar em dois pilares, sendo um deles a política de juventude nacional. Quando a política nacional delega alguns objetivos ou algumas ações a outros níveis, é necessário saber exatamente quais serão estas responsabilidades delegadas e se são facultadas diretrizes para ajudar a implementá-las, para que a sua implementação possa ser planeada no âmbito da política de juventude local. Uma política nacional também deve abordar todas as questões relevantes a nível local, por isso, os órgãos de decisão locais recebem orientação e inspiração para o seu trabalho.

Analisar a situação dos e das jovens na comunidade local - Identificar necessidades

Outro pilar da política de juventude local foca-se em questões especialmente importantes para uma comunidade local. Estas questões podem não ser tratadas por uma política de juventude nacional, que tem um âmbito limitado e se foca apenas numa série de áreas prioritárias relevantes para todos os jovens e todas as jovens que vivem num país. Assim sendo, é essencial analisar a situação das e dos jovens numa comunidade local e decidir que áreas, problemas e desafios adicionais devem ser abordados por uma política de juventude local. Desta forma, pode-se assegurar que a política de juventude local reflete as necessidades e aspirações dos e das jovens e que não faz apenas parte da agenda política de decisores políticos locais.

Identificar e avaliar vários programas e ações relacionados com a juventude a nível local

Mesmo que não haja uma política de juventude local oficial, provavelmente há vários projetos, eventos e iniciativas, formais ou informais, a decorrer na comunidade. Estes têm um potencial real para trazer mudanças positivas às vidas dos e das jovens e podem contribuir para a implementação de uma política de juventude local e, por isso, os intervenientes na criação de políticas têm de saber exatamente o que se está a passar e que organizações, instituições ou grupos estão envolvidos.

Estabelecer prioridades

As e os jovens são um grupo diverso e isto significa que têm necessidades e expectativas diferentes. Poderá ser impossível responder a todas elas no enquadramento de uma política de juventude local usando os recursos disponíveis e, portanto, é preciso estabelecer prioridades. Decidir as prioridades é um passo muito importante e por vezes difícil, pois temos de avaliar o valor das questões em mãos. As prioridades não devem ser escolhidas com base nas preferências pessoais ou organizacionais das partes envolvidas, mas numa análise sólida do contexto.

Definir visão/metas/objetivos/estratégia/plano de ação/avaliação

Existem diferentes fórmulas que podem ser usadas para desenvolver políticas locais; algumas comunidades começam por descrever uma visão, outras preferem focar-se na formulação de metas e objetivos. Não existe nenhuma forma certa ou errada de fazer isto. Os órgãos de decisão locais devem ter claro o que querem alcançar, em que período de tempo, com que recursos, como planeiam fazê-lo e como querem avaliar todo o processo. A política de juventude, tal como qualquer outra iniciativa, deve ser avaliada regularmente, e a avaliação tem de ser planeada conjuntamente com todos os outros elementos da política.

Consultas sobre a proposta de política

Todas as partes envolvidas no processo de criação de uma política de juventude local e interessadas em questões relacionadas com a juventude a nível local têm de ter a possibilidade de comentar e expressar as suas opiniões sobre a proposta de política final. Isto pode ser feito através de uma série de consultas ou reuniões, workshops, inquéritos, etc.

Adotar a política

Uma política de juventude pode ter um tipo diferente de estatuto a nível local. Poderá permanecer ao nível de um acordo entre diferentes partes, mas também poderá ser oficialmente reconhecida por autoridades locais e adotada como uma área da política de juventude local. Neste último caso, as autoridades locais teriam a responsabilidade política de implementar esta política e seriam responsabilizadas pelos resultados perante toda a comunidade.

Disseminação

A informação sobre uma política de juventude local deve ser disseminada na comunidade ou região local para que quem estiver interessado nela possa participar. Deve-se prestar especial atenção a informar os e as jovens sobre essa política, pois eles e elas serão os e as principais beneficiários e beneficiárias da mesma.

Monitorização participativa da implementação da política

Também deve haver controlo ou examinação sistemáticos de diferentes aspetos da implementação da política (monitorização) de forma a avaliar o progresso que está a ser feito em relação a objetivos específicos. A monitorização ajuda não só a verificar quão eficientemente estão a ser usados os recursos, mas também ajuda a identificar êxitos e problemas numa fase inicial. Também assegura que uma política pode ser adaptada no caso de mudanças no contexto de uma comunidade ou sociedade. A monitorização participativa significa que envolvediferentes intervenientes locais e os e as jovens, em particular.

Momento para reflexão

1. *Como descreverias a política de juventude local na tua comunidade ou região? Quais são as suas prioridades?*
2. *Em que medida esta política afeta a política de juventude nacional do teu país?*
3. *Quem participou na formulação da política local?*
4. *Quem está envolvido na sua implementação?*
5. *Como é monitorizada a política de juventude?*

7.4. Advocacy – Estabelecer redes para a mudança de políticas

Apesar da política de juventude em geral se estar a tornar uma questão importante a nível local, em algumas comunidades, as prioridades são outras. Diferentes organizações, instituições e indivíduos estão a tentar garantir que questões relacionadas com a juventude recebam atenção suficiente envolvendo-se no advocacy, que pode ser definido como um conjunto de ações direcionadas para decisores como apoio a uma questão de política específica[56]), e também através da criação de redes de advocacy. O advocacy visa influenciar diferentes aspetos da política de juventude, tais como a perceção pública de certas questões ou as atitudes dos decisores. Também se pode querer apoiar soluções específicas ou até travar certas propostas. O advocacy pode ser usado a vários níveis – institucional, local, regional, nacional e internacional.

O advocacy baseia-se no estabelecimento de redes – criando e mantendo contactos com quem apoia as mesmas metas e concorda em alcançar objetivos comuns. De facto, quase toda a gente faz parte de alguma rede – no trabalho, na escola, na vida social ou em atividades desportivas – em geral, as pessoas sabem bastante sobre

56. Networking for policy change. An advocacy training manual, The Policy Project, 1999, p. I-1.

esta forma de cooperação e usam-na habilmente. As redes de advocacy têm de ser organizadas de forma que o tempo, a motivação e outros recursos sejam usados da forma mais eficiente para alcançar as metas.

Em alguns casos, uma rede de advocacy evolui para uma coligação (uma espécie de união) e isto é inestimável porque junta pessoas e recursos de todos os setores da comunidade e mostra um sinal visível do apoio de toda a comunidade a estas questões[57]. Trabalhar como parte de uma coligação ajuda a dividir responsabilidades e cria o espaço para integrar a resolução de problemas em grupo. Porém, é uma forma muito próxima da cooperação e, por vezes, os interesses de membros da coligação diferem, causando mais dificuldades.

Ao estabelecer uma rede, há que refletir sobre as seguintes perguntas:

- Qual é a finalidade da rede?
- Que capacidades, especialização e recursos serão necessários para alcançar esta finalidade?
- Quem pode trazer estas capacidades, especialização e recursos para a rede? Que indivíduos, organizações e instituições devem fazer parte desta rede?
- Que tipo de compromisso será necessário por parte dos membros da rede?
- Como podem potenciais membros ser encorajados a integrar a rede?
- Quem deve fazer isto?
- Quando deve ocorrer a primeira reunião?
- O que deve constar na agenda?
- Qual deve ser a estrutura?
- Como devem ser tomadas as decisões?
- Que forma deve assumir a liderança?
- Como deve operar a cooperação?
- Como deve operar o fluxo de informação?
- Como devem ser resolvidos os potenciais conflitos?
- Como deve ser desenvolvido um plano de ação?
- Como podem ser obtidos os recursos necessários?
- Como deve ser monitorizado e avaliado o plano de ação?
- Que tipo de apoio é necessário para a rede funcionar (por exemplo, apoio de secretariado)? Como pode ser obtido?

O trabalho de advocacy baseia-se, em grande medida, na comunicação efetiva, e por esta razão, os membros da rede de defesa devem possuir ou desenvolver as capacidades que garantam a melhor comunicação possível. Isto é crucial, não só para contactos com os decisores, mas também para manter boas relações de trabalho no seio da rede. As capacidades necessárias estão relacionadas com formular opiniões, expressar pensamentos e sentimentos, transmitir mensagens, fazer apresentações de boa qualidade e ler sinais não-verbais, bem como a escuta ativa e encorajar outros interlocutores a falar.

Compreender como funcionam os processos de política a nível local é essencial para o sucesso da equipa de advocacy. Os membros têm de saber como são criadas políticas (procedimentos, regras formais e condições), quem está envolvido ou envolvida e em que capacidade, qual é o poder de intervenientes específicos, etc. Quando

57. Advocacy kit", Advocates for Youth Washington, disponível em: www.advocatesforyouth.org/publications/advocacykit.pdf

toda esta informação tiver sido recolhida, é possível identificar objetivos realistas e as formas mais eficientes de abordar decisores de forma a alcançar estes objetivos. Os membros da rede devem poder demonstrar este conhecimento, pois muitos decisores consideram que as organizações não-governamentais, por exemplo, não têm o conhecimento e a experiência necessários para a participação no processo de formulação de políticas. Estas atitudes bloqueiam os esforços de advocacy e podem levar a uma recusa de cooperação.

Momento para reflexão

1. *Como avaliarias as tuas capacidades de comunicação? Quais são os teus pontos fortes e fracos?*
2. *Como são criadas as políticas no teu país?*
3. *Como são criadas políticas na tua região ou comunidade local?*
4. *Alguma vez participaste na formulação de uma política ou num processo de implementação? De que âmbito?*

Passos no processo de advocacy[58]

Passo 1 – Definir a questão

A rede tem de chegar a acordo quanto à questão a apoiar de forma a promover uma mudança de política. Esta questão deve estar alinhada com a missão da rede e deve cumprir critérios previamente acordados

Passo 2 – Definir metas e objetivos

A rede tem de definir brevemente o que pretende alcançar a longo prazo (metas) e depois planear um conjunto de objetivos específicos, mensuráveis e a curto prazo que contribuirão para as metas.

Passo 3 – Identificar o público-alvo

O principal público-alvo são os decisores que têm o poder de introduzir uma nova política ou uma mudança de política. O segundo público-alvo são todas as pessoas e organizações que têm acesso e que podem influenciar o principal público-alvo, tais como outros decisores, políticos, funcionários e funcionárias das autoridades locais, meios de comunicação, líderes locais, etc. A rede tem de identificar quem são estes indivíduos ou grupos, que poder têm e quais são as suas atitudes perante a mudança de política proposta (nomeadamente, se concordam, se estão contra ou neutros).

Passo 4 – Obter apoio

Os membros da rede devem procurar apoio junto de organizações, instituições, redes, grupos cívicos, coligações, ativistas ou indivíduos que tenham interesse na questão e que tenham disponibilidade para ajudar a alcançar os seus objetivos. O sucesso da iniciativa depende, em grande medida, da base de apoio, portanto deve haver tempo e recursos suficientes planeados para esta tarefa.

Passo 5 – Desenvolver a mensagem

Deve-se formular mensagens de defesa de forma a que o público-alvo possa ser persuadido a oferecer o seu apoio à proposta de rede. Assim sendo, a mensagem deve ser adaptada ao perfil do público-alvo e deve expressar claramente o que se espera.

58. Modelo apresentado em Networking for policy change. An advocacy training manual, The Policy Project, 1999.

Passo 6 – Definir canais de comunicação

O teu público-alvo determinará a escolha de canais de comunicação. É preciso utilizar formas diferentes de passar a mensagem de advocacy quando se tentar chegar aos decisores, quando se educar a comunidade local ou quando se procurar apoio de grupos e indivíduos com o mesmo pensamento. A nível local, os canais de comunicação podem incluir comunicados de imprensa em meios de comunicação locais, debates locais, reuniões com decisores e fichas informativas, etc.

Passo 7 – Angariar fundos

As iniciativas de advocacy precisam de apoio financeiro para cobrir os custos de materiais, deslocações (no caso de reuniões com decisores, por exemplo), infraestruturas para reuniões (tais como alugar um espaço de reuniões) e custos de comunicação entre os membros da rede, etc. Para não depender apenas em contribuições financeiras de membros da rede, o estabelecimento de uma estratégia de angariação de fundos no início do processo de advocacy também pode ajudar a gerar apoio financeiro externo.

Passo 8 – Desenvolver um plano de implementação

A rede tem de planear como toda a campanha de advocacy deve ser gerida. O plano deve incluir uma lista de todas as atividades e tarefas e deve especificar as responsabilidades atribuídas a cada pessoa ou grupo. Também deve definir um prazo para a conclusão de todas as atividades e deve listar os recursos necessários, bem como explicar como esses recursos serão obtidos.

Atividades contínuas

- recolher dados é importante em várias fases de toda a campanha de advocacy. É útil quando se identifica as principais questões a abordar durante o desenvolvimento de objetivos adequados, com a formulação da mensagem de advocacy, quando se procura apoio e também quando se influencia os decisores;
- a monitorização e a avaliação também devem ocorrer ao longo de toda a campanha de defesa. Ambas as atividades devem ser planeadas com antecedência para que o progresso e os resultados possam ser avaliados.

O advocacy é um método muito poderoso de alcançar mudanças na política ou iniciar o desenvolvimento de novas políticas em diferentes contextos e a vários níveis. Porém, o seu potencial não é suficientemente usado em comunidades locais (especialmente em relação a questões de juventude) não obstante o facto de o advocacy tornar muito mais fácil estabelecer contactos pessoais com decisores locais e construir relações diretas com os intervenientes envolvidos. Em grande medida, isto acontece porque as pessoas que trabalham para e com jovens estão convencidas que o trabalho de advocacy exige capacidades e competências especiais que não têm. E esquecem-se que o trabalho de advocacy se baseia maioritariamente no compromisso e na motivação das partes envolvidas.

Momento para reflexão

1. *Que mudanças de política (na área da juventude ou quaisquer outras áreas) podem beneficiar do processo de defesa na tua comunidade ou região?*
2. *Quem estaria interessado em apoiar uma mudança de política assim?*
3. *Que público-alvo deve ser abordado?*
4. *Que canais de comunicação seriam os mais eficientes?*

Capítulo 8

Secção educativa

Levar a cabo trabalho participativo e usar a Carta revista como ferramenta prática requer algum grau de conhecimento, capacidades e a atitude certa relativamente à participação juvenil. Como resultado, todas as pessoas interessadas no envolvimento de jovens a nível local podem precisar de formação e apoio específicos. Estas necessidades podem ser respondidas de várias formas, sendo uma delas pela ministração de workshops que exploram diferentes dimensões da participação juvenil ou que ajudam os e as participantes a identificar possíveis formas de usar a Carta revista no seu próprio contexto. Na internet está disponível informação que ajuda à preparação desses workshops ou diretamente junto de organizações que trabalham em educação para a participação.

Neste capítulo, descrevemos várias atividades educativas que podem ser usadas como parte de formação relacionada com a participação juvenil no geral, ou com a Carta, em particular. Estas atividades foram adotadas de diferentes fontes educativas ou desenvolvidas para as necessidades deste manual.

Os métodos apresentados são:

As 6 dimensões da participação juvenil
Bola de neve da participação
Charadas OMEDA
Conhecer o Presidente da Câmara
Diamante de políticas
Direitos e participação
Escada da participação
Exercício de afirmações
Exercício de simulação "Juventude em Ação"
Facas e garfos
Grelha de participação
Linha do tempo da participação
O que é que acontece se não acontecer?
O que podes fazer por mim?
O triângulo da cooperação
Sandes humanas
Verdadeiro ou falso?
Visita a Jeunéssia

As 6 dimensões da participação juvenil	
Título	**As 6 dimensões da participação juvenil** Fonte: Rede Participação Juvenil de Sintra
Nota	*Esta atividade foi escrita especificamente para a edição em Língua Portuguesa deste manual e foi acrescentada à tradução portuguesa do manual original Have Your Say! do Conselho da Europa, inspirada no processo que levou a criação da Rede Participação Juvenil de Sintra. A atividade foi escrita em Fevereiro 2015 por Sérgio Xavier e revisto por Mariana Marques.*
Tema	Obstáculos à participação juvenil local
Resumo	A comunidade local é amiga da participação dos e das jovens?
Tamanho do grupo	12-30 (com possibilidade de fazer vários grupos desta dimensão em paralelo)
Duração	150 minutos
Objetivos	– Compreender cada uma das seis dimensões da participação juvenil; – Identificar obstáculos à participação juvenil local; – Formular possíveis respostas aos constrangimentos à participação juvenil local
Preparação	Escrever o nome de cada uma das dimensões da participação juvenil em folhas de papel (uma dimensão por folha). Afixar as seis folhas em zonas diferentes da sala igualmente visíveis. Colocar uma mesa e cadeiras em cada zona.
Materiais	Folhas de papel, fita pintor e marcadores.
Instruções	1. Apresentar ao grupo, de forma breve, cada uma das dimensões da participação juvenil. 2. Pedir que cada participante se desloque para a dimensão afixada na sala que ainda não tenha compreendido totalmente. 3. Sem discussão prévia pedir aos grupos de participantes que expliquem aos outros grupos as dimensões menos compreendidas. Solicitar que usem exemplos para clarificar e complementar as explicações. 4. Seguir com este processo até todas as dimensões terem sido abordadas. (Caso não haja ninguém em alguma dimensão, pedir a alguém para explicar a todo o grupo essa dimensão) 5. Dividir o grande grupo em 6 pequenos grupos (um por cada dimensão) 6. Pedir que pensem e discutam sobre os obstáculos que encontram, presentemente, na sua comunidade local em relação à sua dimensão. Solicitar que registem em papel as conclusões de forma legível. 7. Em seguida, pedir que pensem e discutam sobre as possíveis respostas e estratégias para ultrapassar os obstáculos identificados. Solicitar que registem em papel as conclusões de forma legível. 8. No final pedir a cada grupo que apresente, brevemente, as suas conclusões ao grande grupo, em plenário.

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo 1. As seis dimensões da participação juvenil fazem sentido? 2. Descobriram algo de novo sobre a participação juvenil? O quê? 3. Ficaram surpreendidos e surpreendidas como a comunidade é, ou não, amiga da participação juvenil? 4. O que é que é necessário da vossa parte para as soluções formuladas serem postas em prática? E por parte das organizações, escolas, autarquias, pensam que as possíveis respostas podem ser colocadas em prática?
Variações e possibilidades de seguimento	O grupo poderá ser constituído de forma heterogénea, por exemplo jovens e pessoas adultas, na ótica da exploração do potencial mutuamente sensibilizador desta atividade. Durante os grupos de trabalho poderão ser usadas algumas das questões do "Momento para reflexão" como estímulo à identificação de obstáculos. Depois da reflexão final, poderá ser dado tempo ao grupo para preparar em conjunto um plano de ação para implementação das soluções identificadas. Caso não exista este tempo, um possível seguimento mais expedito é selar um envelope com os resultados dos grupos de trabalho para envio a decisores políticos da comunidade que se entender pertinentes, assinado pelo grupo de participantes. Outra opção é apresentar publicamente os resultados numa Assembleia Municipal ou numa Assembleia de Freguesia.
Anexos	Descrição das seis dimensões da participação juvenil.

Participação em atividades promovidas por terceiros

As e os jovens participam em atividades que não foram promovidas por elas ou eles, ou seja, todas as que não foram iniciadas e idealizadas por jovens. Por exemplo, um campo de trabalho promovido por uma associação da qual não fazem parte dos órgãos de decisão, em que o envolvimento dos e das participantes é materializado a partir de uma inscrição ou candidatura.

Participação através de iniciativas juvenis

Os e as jovens promovem atividades idealizadas por eles mesmos e por elas mesmas, ou seja, é dos e das jovens que vem a motivação fundamental para que a iniciativa aconteça. Por exemplo, um concerto organizado por um grupo de jovens - que pode ser apoiado por terceiros, desde que não exista interferência no espírito e propriedade da iniciativa.

Participação em projetos de voluntariado

Os e as jovens participam voluntariamente em ações ou programas de voluntariado. Por exemplo, um serviço voluntário de uma jovem numa organização local, com uma regularidade de duas horas por semana, focado na produção de uma newsletter semanal sobre as atividades que acontecem na comunidade.

Participação em organizações juvenis

As e os jovens participam, enquanto membros efetivos dos órgãos sociais ou não-membros, nas organizações que os e as representam e que promovem atividades juvenis ou que proporcionam condições para as e os

jovens desenvolverem as suas atividades. Por exemplo, uma sessão de consulta promovida por uma associação juvenil, dirigida aos seus associados e às suas associadas, com o objetivo de identificar as suas necessidades e expectativas, de forma a delinear o plano anual de atividades.

Participação em processos políticos de tomada de decisão

Os e as jovens participam de forma significativa nos processos políticos de tomada de decisão que lhes dizem respeito direta ou indiretamente, particularmente no contexto das respostas políticas às suas necessidades. Por exemplo, um processo consultivo levado a cabo por um Conselho Municipal de Juventude, onde os e as jovens construam, em conjunto com a Câmara Municipal, um plano estratégico de médio-prazo para a Juventude do Concelho e onde os e as jovens contribuam para a criação de um programa municipal de apoio às organizações juvenis.

Participação através da cogestão

As e os jovens participam na gestão corrente de infraestruturas e/ou políticas de juventude. Por exemplo, uma escola secundária que dinamiza um processo com sessões eficientes, regulares e adaptadas à participação da comunidade escolar, onde os e as estudantes possam partilhar abertamente as suas opiniões e influenciar verdadeiramente as decisões tomadas relativamente ao rumo futuro e à vida corrente da escola. Um outro exemplo, para o caso da cogestão de políticas, é uma Câmara Municipal que constitui uma comissão consultiva participada por jovens representantes de associações juvenis, técnicos e representantes da Câmara, com representatividade e pluralidade idóneas, para a avaliação de candidaturas a apoio financeiro a associações juvenis e decisão de atribuição deste apoio às mesmas.

A cogestão pode também acontecer em centros, pousadas e casas de juventude ou no contexto de orçamentos participativos.

Bola de neve de participação	
Título	**Bola de neve de participação**
Tema	Definir participação num processo de tomada de decisão
Resumo	Participação juvenil significa o mesmo para ti do que para mim?
Tamanho do grupo	8, 16 ou 24 participantes
Tempo	60 minutos
Objetivos	– verbalizar diferentes perceções de participação juvenil; – refletir sobre diferentes perceções, conceitos e dimensões da participação juvenil; – refletir sobre o envolvimento das e dos participantes num processo de tomada de decisão.
Preparação	Nenhuma
Materiais	Flipcharts, marcadores

Instruções	1. Pedir às e aos participantes que escrevam a sua definição de participação juvenil numa folha de papel (trabalho individual). 2. Cada pessoa procura uma outra pessoa e trabalham a pares. Cada pessoa tem de apresentar a sua própria definição e depois, em pares, têm de acordar uma definição comum para ambas. 3. Depois, os pares formam grupos de 4 pessoas. Cada par apresenta a sua definição e depois ambos têm de acordar uma definição que seja aceitável para todos os 4 membros do grupo. 4. Agora, os grupos de 4 formam grupos de 8. Todas as definições são apresentadas e têm de acordar uma definição final aceitável para todos no grupo. 5. Na discussão em plenário, cada um dos grupos apresenta a sua definição, seguida de algum tempo para comentários e explicações. 6. Apresentar algumas "definições oficiais" de participação juvenil para comparar.
Debriefing e avaliação	Discussão sobre os resultados (definições): 1. Em que medida as definições de diferentes grupos são semelhantes? 2. Quais são as principais diferenças? 3. Para que aspetos da participação juvenil remetem estas definições? 4. Quão difícil foi chegar a definições comuns? Porquê? 5. Em que medida tiveram disponibilidade para fazer cedências ou para abandonar partes da vossa definição para chegarem a um consenso? Debriefing do processo de tomada de decisão: 1. Qual foi o vosso papel na formulação de definições em diferentes fases (a pares, grupos de 4, etc.)? Como se sentiram em relação a isso? 2. Tiveram o espaço suficiente que queriam ou precisavam para participar? Se não, porquê? 3. O que vos ajudou a participar? 4. O que impediu a vossa participação? 5. Como se relaciona a definição de participação apresentada na discussão em plenário com a vossa experiência de participação através deste exercício?
Variações	Poderá ser interessante ter alguns membros do grupo a participar como observadores e dar os seus contributos sobre como os diferentes grupos procederam e que estratégias usaram. As pessoas não conhecem necessariamente os seus próprios papéis ou a sua forma de se comportarem.

Charadas OMEDA	
Título	**Charadas OMEDA** Fonte: Curso de Formação sobre Desenvolvimento e Implementação de Projetos de Participação a Nível Local e Regional, EYC, Estrasburgo, 2005
Tema	Obter uma primeira impressão da Carta
Resumo	O que é OMEDA?
Tamanho do grupo	15-30
Tempo	40 minutos
Objetivos	– refletir sobre conceitos, âmbito e as diferentes formas de compreender a "participação juvenil"; – analisar a relevância de diferentes conceitos de participação para o trabalho e a vida quotidiana dos e das participantes; – iniciar um debate sobre as atitudes das e dos jovens perante a participação.
Preparação	Deve ser facultada uma apresentação simplificada da Carta, nomeadamente o que é, qual a sua finalidade e como afeta as pessoas.
Materiais	Carta e versão da Carta acessível a jovens. Flipcharts.
Instruções	1. Apresentar os cinco elementos de OMEDA: a. Oportunidade b. Meios c. Espaço d. Direito e. Apoio 2. Pedir às e aos participantes que se dividam em pequenos grupos entre 3 a 6 pessoas. Cada grupo tem um dos conceitos OMEDA para discutir e devem responder às seguintes perguntas: a. O que acham que significa este conceito? b. Quais são as consequências deste conceito para a participação? 3. Pedir aos grupos que preparem uma apresentação criativa (uma música, um poema, um sketch, um teatro, uma pantomima, uma dança, etc.) apresentando as principais conclusões das suas discussões. 4. 'Convidar os grupos a apresentar o seu espetáculo criativo. 5. Pedir às e aos restantes participantes que descubram qual dos elementos OMEDA foi apresentando e perguntar qual é a sua interpretação do poema, da música, etc.

Debriefing e avaliação	Numa discussão em plenário, poderá ser pedido aos e às participantes que revejam cada um dos conceitos e tentem arranjar uma perceção comum daquilo que cada conceito quer dizer em relação à Carta e à participação juvenil. Também poderão ser colocadas as seguintes perguntas ao grupo: 1. O que aprenderam sobre participação juvenil com este exercício? 2. Quão relevante é o conceito OMEDA para o vosso contexto?
Variações	Para tornar isto mais entusiasmante, os e as participantes devem ter que adivinhar que conceito está a ser apresentado pelo outro grupo. Isto também esclarecerá até que ponto os e as participantes interpretam os conceitos de formas semelhantes.

Conhecer o ou a Presidente da Câmara	
Título	**Conhecer o ou a Presidente da Câmara** Fonte: Curso de formação sobre participação ativa de jovens, EYC, Estrasburgo, 2007.
Tema	Cooperação entre Organizações Não Governamentais (ONG) e autoridades locais (AL)
Resumo	Vamos juntar-nos
Tamanho do grupo	12-35
Tempo	120 minutos
Objetivos	– confrontar os e as participantes com as suas próprias práticas de participação juvenil; – iniciar uma reflexão sobre as estratégias de comunicação e cooperação entre ONG juvenis e autoridades locais; – identificar aspetos a melhorar.
Preparação	Copiar e possivelmente adaptar um estudo de caso; informar a equipa da autoridade local; preparar o local de reunião
Materiais	Algumas roupas para os e as representantes das autoridades locais (por exemplo, gravatas, casacos, etc.)

Instruções	**1. Estudo de caso em grupos de trabalho – 45 minutos** O grupo é dividido em pequenos grupos. Cada um dos grupos representa um centro comunitário juvenil (ONG). Todos os grupos recebem o mesmo estudo de caso e devem preparar-se para uma reunião com as autoridades locais. O estudo de caso é escrito na forma de um convite para uma reunião para preparar uma reunião consultiva com o ou a Presidente da Câmara e outras pessoas representantes das autoridades locais. Um membro da equipa de facilitação passeia pelos grupos para se certificar de que a tarefa é compreendida e esclarecer quaisquer questões que os e as participantes possam ter. Se existirem vários grupos, um membro da equipa de facilitação pode atuar como coordenador da ONG juvenil central, que estiver a organizar a reunião com o ou a Presidente da Câmara **Estudo de caso:** "Convite Da coordenação da "Just do it" – organização juvenil central. (um membro da equipa de facilitação) Estimados membros da equipa, Trabalhamos todos juntos no centro comunitário juvenil 'numa localidade da cidade de Zankia. Há vários meses a esta parte foram relevados cada vez mais sinais que mostram que os e as jovens estão descontentes com a sua situação (condições de vida, situação de emprego, etc.). Recentemente, através de pequenos eventos isolados, alguns jovens e algumas jovens começaram a expressar, de uma forma violenta, a sua insatisfação (deterioração de um centro desportivo, supermercados, etc.). Há duas semanas, um grupo de jovens e agentes da polícia envolveram-se num conflito, que resultou numa briga. Como resultado, uma jovem ficou gravemente ferida e está no hospital, e outros dois foram detidos. Desde então, a situação tem vindo a piorar: – alguns jovens e algumas jovens começaram a queimar carros nos bairros, e cada vez mais carros são queimados; – este tipo de manifestações começou a acontecer noutros locais da cidade; – todas as noites há confrontos com a polícia; – outros e outras jovens quiseram mostrar que há outras formas de expressão e começaram a organizar manifestações pacíficas, queimando os seus documentos de identidade para mostrar que, mesmo sendo cidadãos e cidadãs iguais legalmente, na realidade não são, acreditando que não têm os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

	Para nós no centro comunitário juvenil, está na altura de reagir! Assim sendo, organizaremos uma reunião da nossa organização onde trabalharemos em dois sentidos: 1. Um plano de ação a curto prazo: o que fazer concretamente e como tentar evitar mais incidentes. 2. Um plano de ação a médio prazo: daqui a um ano haverá eleições locais, e devíamos usar a oportunidade para começar agora a exercer pressão junto das autoridades locais e fazer uma proposta estratégica incluindo âmbitos de trabalho, abordagem educativa, passos e ações concretas. Os eventos mencionados acima também começaram a acontecer em outras localidades da cidade. As outras filiais da nossa organização nestas localidades também estão a organizar este encontro. Depois da nossa reunião, será realizado outro encontro com representantes da Câmara Municipal de Zankia e outros e outras representantes das estruturas juvenis de outras localidades para apresentar as nossas propostas ou estratégias. Duas pessoas entre nós [em qualidade de representantes] deverão fazer uma apresentação clara da nossa estratégia. Muito obrigado pela vossa cooperação e vemo-nos na reunião. A coordenação da "Just do it". (Nota: o estudo de caso/convite deve ser adotado de acordo com os objetivos da sessão e da atividade.) **Funções e linhas orientadoras para o briefing dos representantes da autoridade local** Funções – Presidente da Câmara; – Pessoa responsável pela consultoria política pelos assuntos internos e de segurança; – Vice-presidente responsável pelos assuntos da juventude. As funções também podem ser desempenhadas por membros da equipa que não são responsáveis por introduzir, facilitar ou relatar o exercício. **Linhas orientadoras para o briefing** – As 3 pessoas representantes das autoridades locais devem ter diferentes abordagens nas suas intervenções. Por exemplo: Presidente da Câmara: procurar uma solução rápida e boa para toda a cidade (considerando argumentos dos seus e das suas colegas); Pessoa responsável pela consultoria política: tem de garantir a segurança das cidadãs e dos cidadãos, estar a favor da lei e ordem, não acreditar numa juventude com responsabilidade; Vice-presidente: responsável pela juventude e em contacto com as ONG juvenis, ou seja, a favor de uma solução que inclua e apoie os e as jovens e ONG juvenis também a longo prazo.

	– para o seu desempenho atual, os intervenientes são livres de improvisar conforme as suas perceções de um encontro na vida real, podem precisar de se sentar juntos antes para esclarecer as suas intervenções. – O ou a Presidente facilita o encontro, pois é o anfitrião ou a anfitriã. **2. Reunião entre organizações juvenis e as autoridades locais – 30 minutos** Cada ONG juvenil (grupos de trabalho) envia dois membros da organização para o encontro com o ou a Presidente da Câmara; o "coordenador" da "Just do it" infelizmente não está disponível. O ou a Presidente inicia a reunião e anuncia que a duração máxima é de 30 minutos. O assunto da reunião é discutir as propostas das ONG juvenis e decidir possíveis ações para remediar a situação atual. O resto dos e das participantes têm o papel ativo de observadores ou observadoras da reunião. Têm a possibilidade de enviar notas através dum membro da equipa de facilitação para quem está a representar a sua ONG na reunião. **3. Despir as personagens** Deve considerar-se antes do debriefing do exercício. Quem estiver a facilitar pode escolher o método.
Debriefing e avaliação	**1. Impressões:** Gerais? Nos trabalhos de grupo sobre o estudo de caso? No role play? **2. Processo:** Foi fácil preparar as estratégias nos grupos de trabalho? Porquê? **3. Resultados:** O que acham dos resultados? As propostas são relevantes? O que falta? Identificaram algum aspeto que possa ser melhorado na vossa prática? **4. Transferência para a realidade:** Existe alguma ligação entre o exercício e a realidade? O que aprenderam com este exercício? O que podem usar na vossa prática? Algum comentário ou dica relativamente à cooperação com as autoridades locais?

Diamante de políticas	
Título	**Diamante de políticas**
Tema	Políticas locais que potenciam a participação juvenil
Resumo	O que é mais importante?
Tamanho do grupo	Nenhum
Tempo	90 minutos
Objetivos	– introduzir o conteúdo da Carta revista; – rever políticas locais que potenciam a participação juvenil; – estimular a discussão sobre políticas de juventude locais nos contextos dos e das participantes; – promover capacidades de negociação.
Preparação	Copiar os baralhos de cartas para cada pequeno grupo que participa na atividade.
Materiais	Um baralho de cartas por cada pequeno grupo.
Instruções	1. Perguntar aos e às participantes o que entendem por "política local". 2. Introduzir sucintamente as diferentes políticas setoriais abordadas na Carta revista. 3. Dividir os e as participantes em pequenos grupos de 4 pessoas da mesma região (de um país ou da Europa) e dar um baralho de cartas a cada grupo. 4. Explicar o procedimento. Cada grupo deve discutir brevemente a relevância das políticas mencionadas nas cartas para os seus contextos concretos. Depois, deve negociar quais as políticas que são mais relevantes para os e as jovens nas suas regiões, e quais são menos relevantes. Em seguida, as cartas de políticas devem ficar dispostas em forma de diamante. A carta com a política mais importante deve ficar no topo da forma de diamante. Por baixo dela, devem-se colocar 2 cartas lado a lado e estas devem representar as próximas políticas mais pertinentes. O meio do diamante deve ser composto por 3 cartas que representam políticas moderadamente significativas. Por baixo delas, seguem 2 cartas que mostram políticas menos relevantes e, por fim, no fundo do diamante, deve ficar 1 carta que representa a política menos essencial para os contextos das e dos participantes. 5. Pedir aos grupos que apresentem os seus diamantes aos outros e que expliquem as suas escolhas

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. O que é que "relevante" significa para vocês? Como definiriam esta palavra para este exercício? 2. Que políticas são consideradas as mais relevantes para todos os grupos? Porquê? 3. Quais são as diferenças entre os diamantes? 4. Como é que as políticas locais influenciam a participação juvenil? 5. Estão contentes com o resultado do vosso trabalho? Porquê? 6. Qual foi a vossa influência em todo o processo de negociação? 7. O que aprenderam com este exercício?
Variações	1. Em vez de introduzir as políticas setoriais da Carta, quem está a facilitar pode perguntar ao grupo que políticas locais existem e que sejam importantes para os e as jovens nas suas comunidades locais ou regiões. 2. Se o grupo estiver familiarizado com a Carta, quem está a facilitar pode rever o que é que os e as participantes se lembram acerca das políticas setoriais.
Documentos anexados	Diamantes de políticas – Cartas das políticas setoriais.

DIAMANTES DE POLÍTICAS – Cartas das políticas setoriais

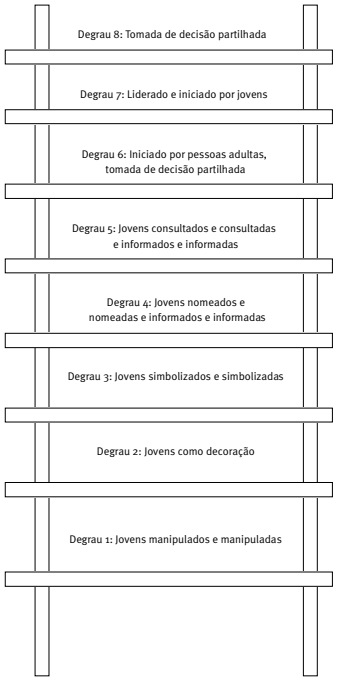
Política para o desporto, o lazer e a vida associativa	Política para promover o emprego de jovens e para combater o desemprego
Política específica para as regiões rurais	Política para a educação e a formação para promover a participação juvenil
Política para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente	Política anti-discriminação
Política para os transportes	Política para a saúde
Política para mobilidade e intercâmbios	

Direitos e participação	
Título	**Direitos e participação**
Tema	Direitos relacionados com a participação juvenil
Resumo	Quais são os meus direitos?
Tamanho do grupo	8 no mínimo
Tempo	90 minutos.
Objetivos	– rever diferentes direitos fundamentais para a participação dos e das jovens; – explorar a relação entre os direitos das e dos jovens e a participação; – refletir sobre como os direitos dos e das jovens são respeitados em diferentes contextos locais.
Preparação	Nenhuma
Materiais	Flipcharts e marcadores
Instruções	1. Dividir os e as participantes em pequenos grupos de 4 a 6 pessoas. 2. Pedir a cada grupo que escreva o máximo de exemplos de direitos relacionados com a participação de que se lembrarem em 5 minutos (exemplos de direitos necessários para as e os jovens participarem na vida da sua comunidade local ou regional). 3. Recolher as respostas numa discussão em plenário. 4. Pedir a cada grupo que escolha 10 direitos da lista do plenário que sejam, na sua opinião, essenciais para uma participação juvenil significativa num contexto local. 5. Deixar que os grupos apresentem as suas listas. 6. Convidar toda a gente para o debriefing em plenário.
Debriefing e avaliação	Perguntas relacionadas com os resultados do trabalho de grupo: 1. Quais são as semelhanças entre as listas (que direitos foram mencionados por todos ou pela maioria dos grupos)? 2. Que direitos não aparecem em todas as listas? Porque não? 3. Que critérios usaram para decidir se um direito é "essencial" à participação ou não? 4. Como é que os vossos grupos chegaram a um acordo quanto a esses critérios? Perguntas relacionadas com direitos em geral: 5. Como se relacionam os direitos listados pelos grupos com a participação juvenil? 6. Estes direitos podem ser considerados Direitos Humanos? Porquê? Perguntas relacionadas com as situações locais dos e das participantes: 7. Que direitos não são respeitados no vosso próprio contexto local? Porquê? 8. Como podem as e os jovens reivindicar esses direitos?

Escada da participação	
Título	**A escada da participação** Fonte: Curso de Formação sobre Desenvolvimento e Implementação de Projetos de Participação a Nível Local e Regional, EYC, Estrasburgo, 2005
Tema	Implementar projetos participativos
Resumo	Quão "participativo" é o teu projeto?
Tamanho do grupo	Qualquer
Tempo	90 minutos
Objetivos	– refletir sobre possíveis graus de participação juvenil no âmbito de um projeto; – introduzir o conceito da escada da participação; – proporcionar um enquadramento para avaliar o grau de participação juvenil em projetos; – recolher ideias para critérios de projetos participativos.
Preparação	Deve desenhar-se num papel uma grande imagem da escada da participação de Roger Hart (ou feita com fita pintor no chão).
Materiais	Nenhum
Instruções	1. Introduzir o conceito dos graus ou níveis de participação juvenil e o modelo da escada de participação. 2. Pedir ao grupo para pensar que degrau da escada da participação melhor representa o grau de participação juvenil no seu projeto ou na sua comunidade. 3. Pedir aos e às participantes para se posicionar no degrau da escada escolhido. 4. Entrevistar os e as participantes: onde aparece o vosso projeto na escada da participação? Como é que sabem isto? 5. Convidar os e as participantes a fazer um brainstorming sobre possíveis formas de garantir que os e as jovens possam participar de um modo pleno no seu projeto. 6. Reflexão individual: qual das ideias geradas durante o brainstorming posso usar no meu projeto? Porquê e como?

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Quão útil acham o modelo da escada da participação no vosso próprio trabalho e no vosso próprio contexto? 2. Quais são as limitações deste modelo?
Dicas para a equipa de facilitação	Explicar que o objetivo desta atividade não é chegar ao degrau mais alto da escada e que os degraus mais altos não são necessariamente os melhores! Também podem usar degraus sem números ou uma forma que não seja uma escada (por exemplo, uma flor, ver em anexo).
Variações	Esta atividade pode relacionar-se não só com projetos para jovens, mas também para o envolvimento dos e das jovens em instituições ou organizações diferentes.
Documentos anexados	Uma descrição do conceito da escada da participação (fonte: Capítulo 1 do manual)

ESCADA DA PARTICIPAÇÃO – Explicação



Adaptado de: Hart, R., Children's participation from tokenism to citizenship, Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, Florença, 1992.

Degrau 8: Tomada de decisão partilhada

Os projetos ou as ideias são iniciados por jovens, que convidam as pessoas adultas a fazer parte do processo de tomada de decisão como parceiras.

Degrau 7: Liderado e iniciado por jovens

Os projetos ou as ideias são iniciados e dirigidos por jovens; as pessoas adultas poderão ser convidadas para dar o apoio necessário, mas um projeto pode continuar sem a sua intervenção.

Degrau 6: Iniciado por pessoas adultas, tomada de decisão partilhada

As pessoas adultas iniciam projetos mas os e as jovens são convidados e convidadas a partilhar o poder da tomada de decisão e as responsabilidades como parceiros e parceiras iguais.

Degrau 5: Jovens consultados e consultadas e informados e informadas

Os projetos são iniciados e geridos por pessoas adultas, mas as e os jovens prestam aconselhamento e fazem sugestões e são informados e informadas sobre como estas sugestões contribuem para as decisões ou os resultados finais.

Degrau 4: Jovens nomeados e nomeadas e informados e informadas

Os projetos são iniciados e geridos por pessoas adultas; os e as jovens são convidados a assumir papéis ou tarefas específicos no projeto, mas estão conscientes da influência que exercem na realidade.

Degrau 3: Jovens simbolizados e simbolizadas (simbolismo)

As e os jovens assumem alguns papéis em projetos mas, na realidade, não têm qualquer influência nas decisões. Cria-se uma ilusão (quer seja propositadamente ou sem intenção) de que os e as jovens participam quando, na verdade, não têm qualquer escolha quanto ao que fazem e como.

Degrau 2: Jovens como decoração

As e os jovens são necessárias e necessários no projeto para representar a juventude como um grupo sem privilégios. Não têm qualquer papel significativo (exceto a sua presença) e – tal como acontece com objetos decorativos – são colocados e colocadas numa posição visível num projeto ou numa organização, para poderem ser facilmente vistos e vistas por pessoas de fora.

Degrau 1: Jovens manipulados e manipuladas

Os e as jovens são convidados e convidadas a participar no projeto, mas, na realidade, não têm qualquer influência em decisões e nos seus resultados. Na verdade, a sua presença é usada para alcançar outro objetivo, tal como ganhar as eleições locais, criando uma impressão melhor de uma instituição ou garantindo alguns fundos extra de instituições que apoiam a participação juvenil.

A FLOR DA PARTICIPAÇÃO – Explicação

Fonte: CHOICE for Youth and Sexuality Foundation, Países Baixos, inspirada pela escada da participação de Roger

Exercício de afirmações	
Título	**Exercício de afirmações**
Tema	Participação, dilemas, funções e responsabilidades
Resumo	Decidir, discutir e mudar a tua opinião?
Tamanho do grupo	10+
Tempo	60 minutos
Objetivos	– consciencializar os e as participantes para as próprias atitudes e limitações no trabalho com questões de participação; – alargar as perspetivas e abordagens dos e das participantes para lidar com a participação juvenil; – usar e desenvolver capacidades de discussão.
Preparação	As declarações "Concordo" e "Não concordo" devem ser escritas em duas páginas separadas. Tem de se desenhar uma linha no meio da sala para separar quem concorda e quem discorda.
Materiais	Afirmações impressas (uma por página), marcadores
Instruções	1. Começar com uma breve introdução à participação juvenil, à importância da colaboração entre os vários intervenientes e aos desafios da participação no dia-a-dia. 2. Explicar que irão ser lidas várias afirmações com as quais as pessoas podem concordar em maior ou menor medida. 3. Destacar as duas posições extremas "Concordo" e "Não concordo". Pedir às e aos participantes para se posicionarem num dos lados da linha. Quem não sabe pode posicionar-se posicionar no meio. 4. Ler as afirmações uma a uma. Depois de cada afirmação, dar algum tempo para os e as participantes se posicionarem. 5. Pedir às e aos participantes que expliquem porque escolheram a sua posição e qual é o seu ponto de vista sobre o assunto. Explicar que cada pessoa pode mudar a sua posição durante a discussão. Tentar dar tempo suficiente para que todos e todas discutam. 6. Passados alguns minutos, ler a próxima afirmação. 7. Depois de ler todas as afirmações, voltar a reunir o grupo para fazer um debriefing

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Como se sentiram durante este exercício? 2. Foi difícil decidir a vossa posição? Porquê? 3. Que argumentos foram usados? Os argumentos foram baseados em factos ou em emoções? 4. Quais foram os argumentos mais eficazes? 5. Existem comparações entre o que fizeram e disseram durante o exercício e o que fazem na realidade? 6. As afirmações são válidas? 7. O exercício foi útil? Porquê?
Dicas para a equipa de facilitação	Quem está a facilitar pode dar especial ênfase às seguintes perguntas: – Até que ponto ouvimos ativamente os argumentos das outras pessoas? – Até que ponto explicamos com clareza o nosso ponto de vista? Até que ponto somos consistentes nas nossas opiniões e ideias?
Variações	1. Em alguns casos, o exercício pode ser realizado sem que os e as participantes falem. As afirmações poderiam ser propositadamente muito provocadoras e as e os participantes teriam de escolher um lado sem discutir as suas opiniões. Neste caso, durante o debriefing, deve prestar-se especial atenção à frustração da não-comunicação quando se expressa uma opinião. 2. Não permitir que as pessoas se posicionem no meio, fazer com que assumam uma posição
Sugestões para as afirmações	– Os e as jovens não estão interessados na participação; – As e os jovens participam apenas quando têm problemas; – As autoridades locais apoiam a participação juvenil quando é politicamente útil para elas; – Alguns e algumas jovens não participam por razões culturais; – Todos os jovens e todas as jovens têm o direito de participar; – As autoridades públicas devem ser responsáveis pelo financiamento e pela implementação de políticas como apoio à participação juvenil; – A não-participação é uma forma de participação; As afirmações podem ser escolhidas de acordo com os objetivos da sessão e o contexto da formação.

Exercício de simulação "Juventude em Ação"	
Título	**Exercício de simulação "Juventude em Ação"** Fonte: Curso de Formação sobre Desenvolvimento e Implementação de Projetos de Participação a Nível Local e Regional, EYC, Estrasburgo, 2005
Tema	Simulação do estabelecimento de cooperação local entre setores governamentais e não-governamentais no campo da juventude. Esta atividade trabalha com o desenvolvimento de um parlamento juvenil local, abordando tópicos tais como a participação, a sociedade civil, a cooperação e a tomada de decisões, representando interesses e encontrando consensos. Também introduz a dinâmica de uma reunião, presidir e gerir uma reunião e discursar em público no geral.
Resumo	Vamos começar um conselho municipal da juventude na tua cidade!
Tamanho do grupo	15-30
Tempo	20 minutos – Introdução ao exercício 120 minutos – Preparação e simulação da reunião 60 minutos – Discussão e debriefing
Objetivos	– explorar abordagens à participação representadas por diferentes intervenientes a nível local; – identificar os interesses de agentes locais envolvidos no apoio à participação juvenil; – procurar formas práticas de estabelecer uma estrutura participativa para jovens a nível local; – formar os e as participantes na tomada de decisões e no estabelecimento de consenso; – experienciar um encontro oficial para representar interesses e trocar pontos de vista.
Preparação	Fotocopiar panfletos
Materiais	– uma cópia do cenário para cada participante; – um papel pessoal para cada participante, preparado previamente com os nomes dos e das participantes; – uma folha com descrições dos papéis e perguntas para cada observador ou observadora (se aplicável); – uma sala de reuniões disposta num círculo ou quadrado de mesas e cadeiras; várias salas ou espaços mais pequenos para as outras reuniões; – papel e canetas; – uma cópia de todas as descrições de papéis para cada participante no final da simulação.

Instruções	1. Explicar ao grupo que serão anfitriões e anfitriãs numa cidade onde a Presidente da Câmara quer iniciar o programa "Juventude em Ação", destinado a estabelecer um parlamento juvenil local. 2. Indicar a duração da simulação e do debriefing. 3. Distribuir cópias do cenário aos e às participantes e dar algum tempo para o lerem atentamente. 4. Distribuir os papéis individuais e dar instruções às e aos participantes para não os mostrarem a ninguém. Dar alguns minutos para os e as participantes imaginarem a pessoa que vão ser durante a simulação 5. Se houver observadores ou observadoras, distribuir as folhas com perguntas e dar-lhes algumas instruções detalhadas, se for necessário. Pedir aos observadores e às observadoras para se sentarem ao fundo da sala.
Debriefing e avaliação	1. Gostaram da simulação? 2. Qual foi o vosso próprio papel e como é que o representaram? 3. Nesta fase do debriefing, as folhas com as descrições de todos os papéis podem ser distribuídas. Em alternativa, se o tempo permitir, os e as participantes podem ler em voz alta o papel que representaram durante a simulação. 4. Como foram tomadas as decisões? 5. Quais foram os argumentos que levaram a uma decisão? 6. A decisão foi democrática? O processo permitiu a participação? 7. Quais foram as impressões dos observadores e das observadoras? 8. O que fariam de forma diferente se pudessem gerir a reunião novamente? 9. A reunião foi realista? Poderia ter acontecido na realidade? 10. O resultado final foi satisfatório em relação ao objetivo de potenciar a participação e a cooperação? 11. O que aprenderam ou descobriram durante o exercício? 12. Para formadores, formadoras e líderes de grupo: se usassem este exercício num dos vossos programas, quando e com que objetivos usá-lo-iam?
Documentos anexos	– o jogo de simulação; – os papéis

Exercício de simulação "Juventude em Ação"

Cenário

A Cidade Velha é uma cidade no Concelho da Seniorlândia, um país democrático sem uma política de juventude desenvolvida. Apesar de alguns jovens e algumas jovens viverem na Cidade Velha e existirem mais de 20 organizações juvenis, eles nunca desempenharam um papel muito ativo na tomada de decisão da comunidade. Depois das eleições, quinze meses antes, a Presidente da Câmara Municipal, a Sra. Young, decidiu tornar-se mais proativa relativamente à participação dos e das jovens. Anunciou o novo programa "Juventude em Ação", destinado a potenciar a participação das e dos jovens, bem como a aumentar e intensificar a cooperação entre os e as jovens e a autoridade local. Como parte deste programa, ela quer iniciar o estabelecimento de um parlamento juvenil local.

Na preparação para o estabelecimento deste parlamento juvenil local, a Presidente da Câmara está a organizar uma reunião consultiva com diferentes grupos de interesse e parceiros para decidir o formato e a natureza desta iniciativa.

Na reunião, participam as seguintes pessoas:

- A Presidente da Câmara Municipal da Cidade Velha, que preside a reunião de hoje (também é vice-Presidente do Comité das Autoridades Locais e Regionais na Seniorlândia);
- O líder do partido da oposição da Cidade Velha;
- A vice-presidente da Assembleia Municipal da cidade, que também é chefe da Comissão de Orçamento;
- O diretor da escola secundária local;
- O vice-presidente da associação de pais e mães da escola local;
- A porta-voz do grupo 'Voluntários e voluntárias seniores para crianças';
- O padre da paróquia local;
- O treinador da equipa de futebol da escola;
- Um investigador no Instituto de Investigação Sociológica na Universidade da Cidade Velha;
- Um membro da direção de uma ONG internacional de estudantes;
- O Presidente do conselho juvenil local;
- Um membro do clube juvenil local;
- Uma animadora juvenil da comunidade;
- Um técnico de desenvolvimento comunitário;
- O diretor executivo de uma empresa local;
- 4 jovens.

Na reunião de hoje, discutem-se as seguintes questões

- O estabelecimento de um parlamento juvenil local é desejado e necessário?
- Em caso afirmativo, que formato deve ter?
- Qual deve ser o mandato de um parlamento juvenil local?

Exercício de simulação "Juventude em Ação"

Descrição dos papéis

A descrição do teu papel pessoal.

Lê com muita atenção e não mostres a ninguém.

Tenta imaginar como esta pessoa agiria.

És a Presidente da Câmara Municipal da Cidade Velha

Ganhaste as eleições do ano passado com uma esmagadora maioria, vencendo o antigo Presidente da Câmara e o PPS (Partido Popular Sénior) que estava há muito tempo no poder. Uma das razões para teres ganho as eleições foi a ênfase da tua campanha eleitoral dada aos e às jovens e à política de juventude. Estás determinada a fazer algo para melhorar a situação das e dos jovens, a sua participação na sociedade e a cooperação entre a tua administração e os e as jovens. Há algumas semanas, apresentaste o teu novo programa "Juventude em Ação", destinado a potenciar a participação das e dos jovens, bem como a aumentar e intensificar a cooperação entre os e as jovens e a autoridade local. Como parte deste programa, queres iniciar o estabelecimento de um parlamento juvenil local. Na preparação para o estabelecimento deste parlamento juvenil local, estás a organizar uma reunião consultiva com diferentes grupos de interesse e parceiros. Esperas que esta reunião seja positiva e construtiva porque, apesar de gostares da ideia de um parlamento juvenil, não tens informações suficientes sobre como deverá funcionar e como poderá ser estabelecido de melhor forma. Estás muito entusiasmado e queres demostrar isso.

És o líder do partido da oposição com 55 anos

Viveste toda a tua vida na cidade, és membro do partido há 25 anos e és o antigo Presidente da Câmara. Acreditas que os e as jovens devem integrar um partido político se quiserem participar e não vês necessidade de existir uma estrutura representativa juvenil. Como tal, és contra a ideia da Presidente da Câmara e tentas sabotá-la.

És a vice-presidente da Assembleia Municipal da cidade

Também és a chefe do Comissão de Orçamento Municipal. Trabalhas há anos para alcançar um orçamento equilibrado e, finalmente, conseguiste-o no ano passado. Queres manter um excedente orçamental a qualquer custo. No entanto, tens boas relações com a Presidente. Apoias a iniciativa dela de uma forma relutante. Não te importarias que a iniciativa não fosse avante.

És o diretor da escola secundária local

A maioria dos e das jovens que seriam afetados e afetadas pelo parlamento juvenil local proposto frequenta a tua escola. Já têm a oportunidade de participar na gestão e administração democrática da escola através dos delegados e das delegadas de turma. Preocupa-te que este parlamento juvenil local desviará as atenções e, em particular, os recursos financeiros das atividades extracurriculares e de lazer já organizadas na escola. De um modo geral, achas que seria melhor investir o dinheiro na renovação das instalações desportivas da escola e não entendes qual a vantagem da iniciativa. Também estás preocupado que a Presidente da Câmara tenha proposto esta iniciativa para obter a aprovação da ONG internacional ativa na área local e que, na realidade, seja uma manobra publicitária. Não acreditas que a Presidente da Câmara esteja realmente interessada em promover a participação juvenil. Estás contra esta iniciativa e defendes vigorosamente a tua causa.

És o pai preocupado de uma das crianças que frequentam a escola

És um membro ativo e o vice-presidente da associação de pais e mães da escola local. Investiste muito tempo e energia a apoiar os delegados e as delegadas de turma da escola e o conselho escolar. Acreditas no sistema estabelecido e na participação dos delegados e das delegadas de turma no processo de tomada de decisão na escola. A maioria das e dos jovens vai à escola e, por isso, vês a iniciativa como uma perda de tempo e uma duplicação de esforços. Estás preocupado que isto dê origem a uma competição desnecessária com a democracia escolar pela qual trabalhas. És contra esta iniciativa.

És a mãe de uma das jovens

Participas nas atividades extracurriculares organizadas pela escola. Também és a porta-voz de uma iniciativa chamada "Voluntários e voluntárias seniores para as crianças". De tempos a tempos, a Presidente pede-te que vás à escola ajudar e supervisionar as atividades extracurriculares. É algo que fazes com prazer, mas achas difícil simplesmente observar as atividades e supervisionar, pois, muitas vezes, sentes-te forçada a intervir porque as e os jovens comportam-se mal e não conseguem gerir as suas tarefas autonomamente. Estás preocupada que as atividades extracurriculares em que participas percam (em número) para o parlamento juvenil local proposto. Também duvidas que qualquer iniciativa que proponha dar tanta responsabilidade aos e às jovens possa realmente funcionar. Estás cética em relação a toda esta iniciativa.

És o padre da paróquia local

Estás cada vez mais preocupado com o facto de os e as jovens locais não estarem interessados e interessadas em ir à igreja ou em participar nas atividades da paróquia. Estás satisfeito por teres sido convidado para esta reunião, pois estarão presentes quer jovens quer representantes de organizações juvenis, e estás interessado em descobrir quais são os interesses dos e das jovens através destas pessoas. Basicamente apoias esta iniciativa, pois as e os jovens afastam-se cada vez mais de Deus, e qualquer coisa que os e as encoraja a interessarem-se mais pela participação na vida comunitária será boa para as atividades da tua paróquia.

És o treinador da equipa de futebol da escola

És uma pessoa muito ativa e dinâmica que gosta de ver os e as jovens a participar e realizar iniciativas e assumirem responsabilidades pelas coisas que lhes interessam e pelas questões que lhes dizem respeito. Porém, a tua equipa de futebol tem sofrido de uma falta de apoio financeiro e tu concordas com o diretor que talvez fosse melhor investir o dinheiro nas instalações desportivas da escola, pois, aparentemente, são as atividades mais procuradas pelos e pelas jovens locais. Estás num dilema. Apoias qualquer iniciativa para promover a participação juvenil, mas estás preocupado com a competição que o parlamento criará em termos de recursos financeiros.

És um investigador no Instituto de Investigação Sociológica na Universidade da Cidade Velha

Neste momento, o teu principal tema de investigação são os estudos de cidadania, mas a tua verdadeira paixão é a investigação juvenil. Esta iniciativa apanhou-te de surpresa e estás motivado para participar porque uma das tuas principais áreas de interesse são os modos de participação dos e das jovens nos processos de tomada de decisão e de criação de políticas locais. Tens muitos conselhos para dar na reunião relativamente a abordagens "participativas" à consulta e criação de políticas, tendo estado recentemente numa conferência internacional sobre este assunto organizada pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo. Na conferência, os parlamentos juvenis foram felicitados como exemplos de práticas de boa participação, especialmente quando os próprios e as próprias jovens estão envolvidos e envolvidas no seu estabelecimento desde o início. Estás a favor desta iniciativa e apresentas argumentos "baseados em evidências" pela tua própria investigação para defender vigorosamente a tua posição.

Representas uma ONG internacional de estudantes

A tua ONG trabalha com políticas educativas defendendo os direitos dos e das estudantes e organizando intercâmbios internacionais para jovens. Acreditas na ideia da Presidente da Câmara como algo que trará uma mudança real e positiva para a comunidade local. Estás convencido de que a iniciativa terá êxito porque todos os países democráticos têm estruturas locais que garantem que a opinião das e dos jovens conte para resolver questões importantes junto das autoridades locais. A Cidade Velha não tinha nenhuma estrutura de trabalho séria até agora (há um conselho juvenil local mas este apenas une várias organizações pequenas e encontra várias dificuldades em mobilizar jovens).

És o Presidente do conselho de juventude local

O teu conselho da juventude foi constituído há imenso tempo e tem funcionado de forma eficaz. Todas as organizações juvenis estão satisfeitas com as tuas atividades e com o teu trabalho. Achas que a ideia da Presidente da Câmara não é relevante para a Cidade Velha porque o conselho que representas já faz tudo o que o parlamento juvenil faria. Opões-te veemente à ideia e achas que as organizações de juventude e os e as jovens no geral não precisam de parlamentos juvenis. Achas que são estruturas elitistas e não representativas e que, por isso, não têm legitimidade. Eles são como uma estrutura-sombra, não têm poder decisivo e as pessoas com cargos políticos abusam constantemente deles, usando-os para justificar algumas das suas decisões mais impopulares. Também achas, pela tua própria experiência, que um parlamento juvenil é uma estrutura demasiado grande para ser eficaz e eficiente e, por isso, argumentas fortemente contra essa iniciativa.

Representas a organização juvenil local para as minorias

A tua organização reúne três minorias nacionais que vivem na cidade. As atividades da tua organização são extremamente importantes porque ajudam a manter culturas e tradições. Ela representa jovens de várias minorias perante autoridades locais assim como diante de outras organizações e estruturas. Estabeleceste boas relações com a Câmara Municipal e a tua organização tem trabalhado em vários projetos comuns. Não tens muitos motivos para estar contra a ideia da Presidente da Câmara mas queres ter a certeza absoluta de que o parlamento juvenil representará, verdadeiramente, os e as jovens da Cidade Velha incluindo as suas minorias. Nesse sentido, tentas convencer a Presidente da Câmara de que deveria haver uma quota que garanta a participação de jovens que fazem parte de minorias.

És um membro do clube juvenil local

O teu clube enviou-te para esta reunião para obteres mais informações sobre a ideia da Presidente da Câmara. De um modo geral gostas da ideia do parlamento juvenil mas queres ter a certeza de que o teu clube vai desempenhar um papel importante na criação e na gestão do parlamento porque é o maior clube na tua cidade.

Licenciaste-te no ano passado num curso de animação de jovens

Estás entusiasmada e motivada para apoiar os e as jovens como puderes. Estás de acordo com a iniciativa da Presidente da Câmara mas tens receio que ela esteja a usar esta iniciativa para atingir os seus próprios objetivos políticos. Evidentemente, não podes expressar isto de forma direta na reunião mas queres certificar-te de que o projecto cria uma estrutura sustentável para a participação juvenil. Sempre que podes fazes perguntas neste sentido certificando-te de que tudo isto será mais do que uma manobra publicitária.

Trabalhas com diferentes comunidades na cidade há cerca de sete anos

De um modo geral trabalhas bem em conjunto com o animador juvenil mas estás preocupado com a possibilidade de que a iniciativa da Presidente da Câmara desvie a atenção do teu trabalho para o trabalho do teu colega.

Oficialmente apoias a iniciativa da Presidente embora, pessoalmente, não te agrade vê-la implementada. Na reunião tentas realçar o valor acrescentado e o impacto do trabalho inter-geracional para o desenvolvimento da comunidade.

Tens um negócio local

Estás constantemente atento a novas oportunidades de negócio. Gostarias de ser amigo da Presidente da Câmara porque acreditas que isto poderá abrir-te portas para alguns negócios. Portanto, apoias totalmente a iniciativa da Presidente. Estarias disposto a apoiá-la financeiramente em determinadas condições.

És a melhor aluna da tua escola

Uma das tuas professoras enviou-te para esta reunião. Não entendes o que se está a passar durante a reunião, mas estás mesmo empenhada em perceber. Como consequência, não páras de pedir às pessoas que te expliquem o que querem dizer e o que significam as coisas que não entendeste. Quanto mais perguntares, melhor!

Tens 17 anos e estás interessado em política local

Vês muitas iniciativas que foram realizadas na tua comunidade local em benefício das e dos jovens que fracassaram (devido ao pouco ou nenhum empenho por parte das autoridades locais e dos próprios e das próprias jovens). A nova iniciativa da Presidente da Câmara é, na tua opinião, a próxima iniciativa falhada nesta comunidade. Gostarias de evitar que esta iniciativa se realizasse porque achas que não faz sentido, algo que demonstras sempre que podes ao longo da reunião.

Estás farta da tua família

Também estás farta da escola e especialmente das autoridades (qualquer autoridade: locais, o governo e todos os outros). Estás convencida de que deviam parar de chatear os e as jovens e dar-lhes liberdade. Pensas que este parlamento juvenil é outra ideia de "génio" das autoridades locais para poderem controlar os e as jovens. E o que tu queres é liberdade! Não queres participar em nada que esteja associado às autoridades locais, mas decidiste ir à reunião para poder dizer a esta Presidente maluca o que pensas: que os e as jovens precisam de espaço para participar sem terem uma estrutura controladora a forçá-los e força-las.

Tens 16 anos

O teu amigo da Cidade Nova disse-te que o parlamento juvenil deles funciona maravilhosamente. Quando leste sobre a ideia da Presidente da Câmara no jornal ficaste muito entusiasmado. Achas a ideia fantástica e queres apoiar a ideia e a Presidente no que puderes. Também gostarias de participar, claro.

Facas e garfos	
Título	**Facas e garfos** Fonte: Notas PLA (2001), Edição 42, pp. 66-68, IIED Londres, Josh Levene
Tema	Princípios de participação
Resumo	Participar ou não participar?
Tamanho do grupo	6-20
Tempo	60 minutos
Objetivos	– apresentar ao grupo alguns dos princípios de participação; – explorar como a capacitação depende da transparência e partilha; – experienciar passar por uma situação onde a participação é um desafio.
Preparação	Encontrar uma pessoa no grupo de participantes para partilhar a regra secreta do jogo.
Materiais	Uma faca e um garfo. Flipcharts, papel, canetas
Instruções	1. Os e as participantes sentam-se num círculo. 2. Dizer a todos e a todas que as regras do jogo serão explicadas apenas uma vez, por isso, têm de ouvir com atenção. 3. Pedir ao grupo para se concentrar naquilo que sentem ao longo da atividade. 4. As e os participantes têm de passar a faca e o garfo, cruzados ou não cruzados, à pessoa que estiver sentada ao seu lado. À medida que o fazem, devem dizer ao grupo todo se a faca e o garfo estão "cruzados" ou "não cruzados". Quem estiver a facilitar dirá então se a resposta é correta ou não. 5. Não dar mais instruções, mesmo que surjam mais perguntas. 6. Quem estiver a facilitar começa a atividade. A regra secreta é que anunciar "cruzados" ou "não cruzados" não depende da posição da faca e do garfo, mas sim da posição das pernas de quem fala – quer estejam cruzados ou não. A faca e o garfo podem estar posicionados como o ou a participante quiser, mas só estará correto se a sua declaração corresponder à posição das suas pernas. 7. Passados cerca de 10 minutos, parar o jogo, pois normalmente é tempo suficiente para as e os participantes sentirem uma série de emoções. 8. Perguntar a quem não descobriu a regra secreta como se sentem. Anotar as respostas num flipchart.

	9. Perguntar a quem descobriu a regra secreta como se sentem. Anotar as respostas. 10. Pedir a alguém do grupo para explicar a regra secreta ao resto do grupo. 11. Pedir aos e às participantes que descobriram a regra secreta porque é que não a revelaram às outras pessoas (raramente o fazem).
Debriefing e avaliação	1. Perguntar às e aos participantes que ligação veem entre as suas experiências durante este exercício (e as coisas que experienciaram durante este exercício) e a participação. Que aspetos da participação foram resolvidos neste exercício? 2. Dividir os e as participantes para trabalhar em pequenos grupos de discussão (dois ou quatro grupos). Cada grupo deve focar-se nos seguintes conjuntos de perguntas: Conjunto A a. Quando não tenho poder, sinto-me... b. Perante as pessoas que me tiram poder, sinto-me... c. Exemplos disso são... d. Não conseguimos participar quando... Conjunto B e. Quando tenho poder, sinto-me... f. Perante as pessoas que me dão poder, sinto-me... g. Exemplos disso são... h. Conseguimos participar quando... 3. Se existirem mais de dois grupos, pedir aos grupos que trabalham o Conjunto A para se juntarem e aos grupos que trabalham o Conjunto B para se juntarem. Deverão partilhar ideias e registá-las num flipchart. 4. Pedir aos grupos para apresentarem os resultados do seu trabalho. 5. Iniciar uma discussão em plenário sobre as vantagens da participação e desvantagens da não-participação.
Dicas para a equipa de facilitação	– a pessoa com quem partilhaste a regra secreta antes de o jogo começar deve sentar-se no lado oposto a ti no círculo, para que ambos possam verificar se as pernas dos e das participantes estão cruzadas ou não. – ter cuidado ao usar este exercício pois as pessoas podem tornar-se muito defensivas e emocionais.

Variações	– discussão final pode focar-se mais no papel de partilha de informação, factos e regras para permitir que as pessoas participem. – este exercício pode ser usado para introduzir a abordagem da Carta à participação juvenil com base na oportunidade, nos meios, no espaço, no direito e no apoio (OMEDA).

Grelha de participação	
Título	**Grelha de participação** Fonte: Clare Lardner, Clarity
Tema	Poder versus participação num projeto
Resumo	Quem tem o poder?
Tamanho do grupo	Nenhum
Tempo	60 minutos
Objetivos	– compreender a complexidade das dimensões da participação; – avaliar o grau de capacitação oferecido por diferentes formas de participação ou projetos específicos; – fornecer uma ferramenta concreta para comparar várias formas de participação.
Preparação	'Deve fazer-se uma breve apresentação do "modelo de clareza na participação" com base no panfleto da grelha.
Materiais	Cópias do panfleto sobre o modelo de clareza na participação
Instruções	1. Pedir às e aos participantes que pensem num projeto específico para jovens em que estejam a participar. Usando o modelo de clareza na participação, pedir para avaliar a medida em que as pessoas adultas e os e as jovens têm poder neste projeto. 2. Pedir aos e às participantes que partilhem os resultados do seu trabalho em grupos de quatro pessoas. 3. Permitir que sejam feitos comentários, observações ou questões. 4. Iniciar uma discussão sobre o tema: "Como é que as relações de poder num projeto influenciam a participação juvenil?"
Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Os resultados da vossa avaliação foram os esperados? Porquê? 2. Aprenderam alguma coisa nova sobre o vosso projeto? O quê? 3. Quão útil acharam este modelo para o vosso trabalho com jovens? 4. O que acham ser necessário para alcançar uma partilha "ideal" de poder entre os intervenientes?
Documentos anexados	Panfleto do modelo de clareza na participação

MODELO DE CLAREZA NA PARTICIPAÇÃO

Fonte: Clare Lardner, Clarity

As pessoas adultas iniciam a ideia do projecto		Os e as jovens iniciam a ideia do projeto
As pessoas adultas decidem a agenda (o que é discutido)		Os e as jovens decidem a agenda (o que é discutido)
As pessoas adultas tomam decisões		Os e as jovens tomam decisões
As pessoas adultas têm a maioria da informação necessária para tomar decisões		Os jovens têm a maioria da informação necessária para tomar decisões
As pessoas adultas agem para implementar decisões		Os e as jovens agem para implementar decisões
A estrutura de participação replica a forma das pessoas adultas fazerem as coisas (bastante formal)		A estrutura de participação replica a forma de os e as jovens fazerem as coisas (bastante informal)
As pessoas adultas têm o poder	**O poder é partilhado**	**Os e as jovens têm o poder**

Linha temporal da participação	
Título	**Linha temporal da participação** Fonte: desconhecida
Tema	Introduzir a experiência pessoal em participação juvenil
Resumo	Qual é a tua história?
Tamanho do grupo	4-25
Tempo	30-60 minutos
Objetivos	– partilhar a experiência dos e das participantes na participação; – refletir sobre diferentes formas nas quais as pessoas podem participar na vida de algumas organizações ou comunidades locais; – criar uma base para planear um maior envolvimento na área da participação juvenil.
Preparação	Nenhuma

Materiais	Uma folha de papel muito grande, para que cada participante tenha espaço suficiente para desenhar a sua linha temporal Muitos lápis de cor, marcadores, papel colorido, tesouras, cola, fita-cola, imagens de revistas, etc.
Instruções	1. Usando os materiais disponíveis, as e os participantes deverão desenhar uma linha temporal que mostre os marcos de referência que apresentem as suas experiências mais importantes no campo da participação juvenil, por exemplo: – como e quando participaram em organizações, grupos ou comunidades; – como e quando participaram no fortalecimento ou na promoção da participação juvenil. 2. Os e as participantes apresentam as suas linhas temporais e falam sobre as suas experiências no campo da participação juvenil.
Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Que tipo de experiência de participação é listada com mais frequência? 2. Quais são os fatores que encorajam as e os jovens, incluindo vocês, a participar? 3. Agora que viram as linhas temporais de toda a gente, existem elementos da vossa que não acrescentaram mas que se aperceberam que poderiam ter acrescentado? 4. Todos os elementos listados vos parecem participativos? Como?
Dicas para a equipa de facilitação	– Pedir às e aos participantes que desenhem as suas linhas temporais de forma 'a se encontrarem todos num ponto central no papel (como raios de sol, com o sol no meio). Este ponto central representará o vosso evento de formação; – Se o grupo for superior a 16 pessoas, os desenhos e as apresentações podem ser feitos em grupos mais pequenos.
Variações	A linha temporal de participação pode focar-se em questões mais específicas relacionadas com a participação, tais como formas específicas de participação, níveis específicos (europeu, nacional, local), etc.

O que é que acontece se não acontecer?	
Título	**O que é que acontece se não acontecer?**
Tema	Barreiras à participação juvenil
Resumo	O que é que acontece se não acontecer?
Tamanho do grupo	Nenhuma
Tempo	90 minutos

Objetivos	– explorar as barreiras à participação; – compreender as consequências da falta de participação; – desenvolver a criatividade.
Preparação	Dividir o grupo em pequenos grupos entre 4 e 6 participantes
Materiais	Flipcharts e marcadores
Instruções	1. Os pequenos grupos fazem uma brainstorming sobre as possíveis consequências da não-participação de jovens a nível local (nomeadamente, o que acontece se a participação "não acontecer"?). 2. Os pequenos grupos preparam uma pequena cena teatral para ilustrar uma das possíveis consequências. 3. Cada um dos grupos apresenta o teatro aos outros grupos, que tentam descobrir de que trata exatamente.
Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Alguma destas cenas que acabaram de ver lembra-vos alguma situação por que tenham passado na vossa comunidade local? Qual? Qual foi o resultado? 2. Quais seriam as barreiras ou os fatores que podem bloquear a participação juvenil? 3. Como podem ser trabalhados num contexto local?
Variações	– as cenas teatrais podem ser em silêncio, para que a atividade se possa focar mais nas atitudes dos e das participantes; – as cenas teatrais podem ocorrer na forma de teatro fórum. Neste caso, os atores e as atrizes terão de reproduzir a cena para que as outras pessoas possam interagir e representar um dos papéis. Desta forma, todas as representações seriam interativas e incluiriam ideias para possíveis soluções; – a mesma atividade pode ser usada para explorar os benefícios da participação juvenil.

O que podes fazer por mim?	
Título	**O que podes fazer por mim?**
Tema	Conhecer o conteúdo da Carta Cooperação entre autoridades locais e organizações juvenis
Resumo	Como podem as autoridades locais apoiar o meu trabalho?
Tamanho do grupo	Mínimo de 12 pessoas
Tempo	40 minutos
Objetivos	– conhecer o conteúdo da Carta; – encontrar formas possíveis de usar a Carta em situações locais; – explorar como diferentes grupos de interesse podem usar a Carta; – identificar formas possíveis de abordar autoridades locais ao lidar com questões de participação juvenil.
Preparação	Os e as participantes têm de ter um conhecimento básico do conteúdo da Carta.
Materiais	Texto da Carta Flipchart, marcadores
Instruções	1. Explicar que todos os e todas as participantes vivem e trabalham numa comunidade local onde a Carta revista acabou de ser introduzida e que representam diferentes grupos envolvidos no trabalho de participação juvenil. 2. Pedir-lhes que se juntem a um dos grupos de interesse: a. membros do clube local de voleibol juvenil; b. docentes de uma escola secundária local; c. membros de um conselho juvenil local; d. jovens residentes numa área rural; e. um grupo de mulheres pertencentes a uma minoria étnica; f. grupo de pares que trabalha com educação sexual. 3. Explicar que cada grupo de interesse quer usar a Carta para formular algumas recomendações para autoridades locais para que a participação juvenil no seu próprio campo de ação possa ser fortalecida. 4. Dar 45 minutos para os pequenos grupos lerem a Carta e 'formularem, no máximo, sete recomendações para as autoridades locais. 5. Convidar os grupos de interesse a apresentar as suas recomendações. 6. Iniciar a discussão para comentários e observações. 7. Iniciar uma discussão na sessão plenária: "Como pode este tipo de recomendações ser comunicado a autoridades locais da forma mais eficiente?" As conclusões têm de ser registadas num flipchart.

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Foi fácil olhar para a Carta de um ponto de vista do grupo de interesse ao qual pertencem? Porquê? 2. Aprenderam algo sobre novos aspetos da Carta? Se sim, o que?
Variações	Para dar um toque oficial, quem está a facilitar pode pedir a 2 ou 3 participantes (ou membros de equipa de facilitação) que representem o papel de representantes das autoridades locais que realmente ouçam as recomendações e façam comentários, críticas ou observações. Desta forma, os e as participantes podem identificar-se mais com o grupo que representam. As reações dos e das representantes das autoridades locais podem ser discutidas e as e os participantes podem trabalhar em propostas de estratégias para uma melhor cooperação com as autoridades locais.

O triângulo da cooperação	
Título	**O triângulo da cooperação – Cidade da confusão** Fonte: Curso de formação sobre participação ativa de jovens, EYC, Estrasburgo, 2007.
Tema	Participação juvenil – cooperação entre jovens, ONG juvenis e governos locais
Resumo	Explorar os diferentes pontos de vista e negociar
Tamanho do grupo	3-35
Tempo	90-120 minutos
Objetivos	– simular negociações entre jovens, ONG juvenis e autoridades públicas (decisores); – identificar as necessidades de diferentes intervenientes; – partilhar experiências a partir de situações semelhantes na realidade dos e das participantes; – explorar e promover uma comunicação produtiva e cooperação entre os principais intervenientes.
Preparação	Casos de estudo
Materiais	Marcadores, papel A3
Instruções	O grupo é dividido em três pequenos grupos: a autoridade local, os e as jovens e os representantes de uma ONG juvenil. O grupo de jovens pode ser maior do que os outros, se for necessário. É feita a seguinte introdução a todos os grupos: "Na cidade da Confusão, a recém-eleita Presidente da Câmara Municipal quer fazer um novo "contrato social" entre os e as jovens, as ONG juvenis e as autoridades locais. Isto deve-se ao facto de a cidade estar a enfrentar alguns desafios e a Presidente da Câmara querer envolver as e os jovens na vida pública e obter o apoio de ONG juvenis. Assim sendo, está a convocar uma reunião com jovens e ONG juvenis que sejam ativos e ativas na cidade.

	A vossa missão é formular – na perspetiva do vosso grupo – o que precisariam para conseguir resolver o(s) problema(s). Posteriormente terão a possibilidade de apresentar as vossas necessidades aos outros dois grupos de intervenientes. A vossa missão é negociar com os outros dois grupos de intervenientes até encontrarem um consenso sobre como lidar com o problema e como dividir as tarefas que devem ser realizadas." Depois da introdução é entregue o mesmo desafio ou problema a subgrupos de cada grupo (os subgrupos têm entre 1 e 3 pessoas de cada grupo, dependendo do tamanho do grupo no total. Têm 10-15 minutos para discutir o que precisariam da parte dos outros dois grupos de intervenientes e para formular duas afirmações: uma para cada parceiro (por exemplo, os e as jovens formulam uma afirmação dirigida às ONG e outra à autoridade local). Depois disso, as pessoas de cada grupo que estiveram a trabalhar o mesmo desafio ou problema reúnem-se e iniciam as negociações. Têm 45-60 minutos para encontrar em acordo.
Debriefing e avaliação	**Impressões:** – O que aconteceu nos grupos? – Foi fácil preparar as afirmações nos grupos pequenos? Porque sim ou porque não? – Foi fácil encontrar um consenso com os outros intervenientes? Conseguiram encontrar um consenso? Porque é que conseguiram ou porque é que não conseguiram? **Resultados:** – O que acham dos resultados? Concordam com os resultados? **Transferência para a realidade:** – Existe alguma ligação entre o exercício e a realidade? Se sim, qual? – O que aprenderam com este exercício? O que podem usar ou melhorar na vossa prática?

O triângulo da cooperação – Estudos de caso – Desafios ou problemas

Habitação

Há um enorme problema de habitação na cidade da Confusão pois existem apenas algumas casas livres e os custos de arrendamento são muito elevados. Muitos edifícios pertencem à Câmara Municipal e a maioria deles são bastante velhos e precisam de uma remodelação adequada antes de alguém poder habitá-los. A Câmara Municipal não tem muito dinheiro para gastar e, candidatar-se a um financiamento europeu demoraria, pelo menos, dois anos o dinheiro estar disponível.

Educação

O currículo escolar é da responsabilidade do governo nacional. As e os jovens pedem métodos de ensino alternativos e mais espaço para atividades extracurriculares. Especificamente pedem mais métodos educativos não-formais. A Câmara Municipal gere a escola juntamente com a associação de encarregados e encarregadas de educação.

Acesso aos meios de comunicação

A única estação de rádio transmite hinos religiosos metade do dia e debates políticos o resto do dia, com alguma música entre a 1 e as 5 horas da manhã. Há cinco pessoas na direção da estação de rádio. A Presidente da Câmara Municipal, o único padre da cidade, o opositor político da Presidente da Câmara, o diretor da escola secundária e o diretor do centro de saúde?

Atividades culturais

Existem bastantes intercâmbios organizados com outros países e celebrações culturais mas, ainda assim, faltam muitas coisas tais como eventos interculturais, excursões, viagens e concertos com artistas emergentes incluindo artistas que vêm de diferentes países. Além de algumas ONG , são os Departamentos da Cultura e da Promoção da Herança Nacional da cidade que organizam esses eventos.

Oportunidades de emprego

A taxa de desemprego juvenil é bastante alta na cidade da Confusão e isto causa muita frustração entre os e as jovens. Os poucos empregos criados foram ocupados por amigos, amigas e familiares da Presidente da Câmara. As outras e os outros jovens não têm acesso às vagas de emprego que já são escassas e insuficientes para todas e todos.

Informações sobre questões de saúde

Não existe consciencialização para a proteção da saúde e as pessoas têm muito receio de perguntar sobre temas como a reprodução sexual e proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis. A única farmácia na cidade da Confusão não ajuda ao revelar quem compra o quê (preservativos, pílulas anticoncecionais, etc.).

Política de juventude

Existe uma nova lei nacional para estabelecer conselhos juvenis locais cujas decisões têm de ser levadas em consideração pela Assembleia Municipal. A cidade da Confusão tem a taxa mais baixa de votação entre os e as jovens e a nova Presidente da Câmara acredita que isto espelha uma falta de cultura política.

Abuso de álcool

A cidade da Confusão tem a taxa mais elevada de jovens com problemas ligados ao abuso de álcool na região. Isto leva a conflitos todos os dias e a problemas de saúde específicos. É necessária uma reação imediata.

Criação de um clube juvenil

Na cidade da Confusão não há nenhum clube juvenil com espaço para o acesso livre à Internet e atividades para socialização e lazer. Há apenas alguns cafés onde as e os jovens se juntam.

Os estudos de caso podem ser adaptados consoante o contexto e os antecedentes do grupo.

Role play sobre a Carta	
Título	**Role play sobre a Carta** Fonte: Curso de Formação sobre Desenvolvimento e Implementação de Projetos de Participação a Nível Local e Regional, EYC, Estrasburgo, 2005
Tema	A Carta na realidade
Resumo	Experimentar a Carta no dia-a-dia
Tamanho do grupo	10+
Tempo	40 minutos

Objetivos	– mostrar como as situações podem mudar usando a Carta; – experienciar diferentes aspetos das vidas das e dos jovens onde a Carta pode ser usada.
Preparação	Nenhuns
Materiais	Panfletos descrevendo as várias funções
Instruções	Dependendo da imaginação dos e das participantes, podem ser necessários outros materiais: 1. Formar grupos de 4 a 5 pessoas. Explicar-lhes que vão representar uma situação específica. 2. Distribuir funções aos diferentes grupos. 3. Pedir-lhes que procurem a parte da Carta relevante para esta situação específica. 4. Dar aos grupos alguns minutos para prepararem a sua representação. 5. Pedir-lhes que representem a situação à frente das outras pessoas, usando a Carta revista para encontrarem uma solução. 6. Convidar os e as participantes a partilhar as suas opiniões sobre as situações e soluções apresentadas.
Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Qual foi o objetivo deste exercício? 2. Como pode a Carta ser usada como ferramenta aqui? 3. Como podem estabelecer uma relação entre os sketches e a vossa situação pessoal? 4. O exercício foi útil? Porquê?
Variações	Para tornar os papéis mais animados, pode usar-se banda desenhada para demonstrar as situações (ver exemplos em anexo).

Role play sobre a Carta - Panfletos

Habitação

A situação habitacional na Utopia não é boa. Há muito poucas habitações acessíveis e disponíveis para jovens. O município não fornece informações sobre habitação e está muito relutante em prestar quaisquer serviços de habitação devido a restrições orçamentais. A equipa representa um grupo de jovens que protesta contra a má situação habitacional na Utopia, depois de ter lido o artigo sobre habitação na versão de linguagem acessível da Carta. Aparece uma pessoa representante das autoridades locais e pergunta o que se passa. Um ou uma jovem mostra a passagem relevante na Carta.

Educação

Os e as jovens na Utopia têm acesso à educação e é-lhes pedida a sua opinião sobre visitas de estudo mas não são convidados ou convidadas a comentar nada relativamente à gestão da escola (este é um exemplo de simbolismo). Os e as docentes e as autoridades escolares não querem abdicar do poder e argumentam que as e os jovens não agem de forma suficientemente responsável para as suas opiniões serem levadas a sério no que toca à gestão da escola. As autoridades escolares até questionam o direito democrático dos e das jovens à participação nessas matérias. Começa uma discussão entre um ou uma estudante e um membro do corpo docente. O ou a estudante exige mais direitos para o conselho de estudantes. O professor ou a professora não quer dar direitos, insistindo que os e as jovens não têm tudo o que precisam para assumir responsabilidades. A pessoa representante de uma autoridade local intervém com a passagem relevante na Carta que confirma a perspetiva do ou da estudante.

Meios de comunicação

As e os jovens na Utopia têm acesso limitado aos meios de comunicação, em particular à imprensa, mas não têm nenhum acesso à televisão e à rádio. Apesar de o canal de televisão local ser gerido e detido pela Câmara Municipal, os e as dirigentes da Câmara Municipal argumentam que os e as jovens não são suficientemente profissionais e não se pode confiar neles e nelas para trabalharem com equipamento caro. A equipa está sentada no meio de uma sala a ver televisão, dizendo coisas como "porque é que não podemos influenciar este lixo?". Um membro de uma organização juvenil diz que a sua organização vai tratar disto com a autoridade local. A autoridade local responde que os meios de comunicação existem para satisfazer todas as gerações, mas que os e as jovens não são suficientemente fiáveis para ter acesso a esse equipamento. As organizações juvenis mostram a passagem relevante na Carta, mostrando a importância para as autoridades locais darem apoio e formação, etc.

Parlamento juvenil

Utopia tem um parlamento juvenil desde há dois anos e este tem o direito de aprovar propostas, que têm de ser reconhecidas e respondidas pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal vê o parlamento juvenil como uma ferramenta para obter informações em primeira mão sobre as necessidades e os desejos dos e das jovens que vivem na área. A equipa forma um parlamento juvenil que se senta no círculo interior da reunião de plenário da Câmara Municipal, discutindo políticas anti-discriminação estipuladas na Carta. Uma pessoa apresenta esta discussão ao ou à Presidente da Câmara Municipal, que, por sua vez, oferece algumas das soluções propostas pela Carta.

N.B. Estes são apenas exemplos. Consoante o grupo, poderás querer usar outras políticas setoriais e outros exemplos.

Role play sobre a Carta

Sandes humanas	
Título	**Sandes humanas** Fonte: Curso de formação sobre participação ativa de jovens, EYC, Estrasburgo, 2007.
Tema	Facilitar o conhecimento mútuo entre participantes e explorar diferentes realidades da participação juvenil
Resumo	Eu e a minha realidade em termos de participação juvenil
Tamanho do grupo	12-35
Tempo	60 minutos
Objetivos	– facilitar o conhecimento mútuo entre participantes; – partilhar experiência de realidades da participação juvenil relativamente às comunidades e organizações dos e das participantes; – explorar experiências de participação juvenil.
Preparação	Preparar o espaço com 4 cantos temáticos para partilhar.
Materiais	Papel A3, marcadores ou lápis, música
Instruções	**Preparação individual – 15 minutos** Os e as participantes recebem 2 folhas de papel A3 e marcadores ou lápis. Em cada uma delas podem desenhar ou escrever sobre os seguintes aspetos da sua vida ou da sua experiência: – pessoal (família, estudos, tempo livre…); – trabalho ou organização; – comunidade ou jovens da comunidade – características; – experiências de participação juvenil (centradas na ação). **Partilhar – 40 minutos** Quando os e as participantes estiverem prontos e prontas, têm de se vestir como "sandes humanas" entre as 2 folhas de papel A3 (um papel à frente e outro atrás). Depois, juntam-se no meio de uma sala ou de um espaço grande com os 4 cantos temáticos, que devem ser os mesmos que os das suas folhas A3. Os cantos são explicados e o grupo recebe instruções de que haverá 4 voltas e que têm de passar por todos os cantos durante o exercício.

	A música toca e as e os participantes podem misturar-se e olhar para as "sandes" das outras pessoas. Quando quem estiver a facilitar parar a música, os e as participantes devem escolher um canto e partilhar opiniões sobre o tópico indicado na “sandes” (por exemplo, organização ou trabalho). Passados 10 minutos, quem estiver a facilitar toca a música e as "sandes humanas" têm de se juntar no meio. Quando a música parar, escolhem um novo canto. Repete-se isto 4 vezes.
Debriefing e avaliação	Nenhum

Verdadeiro ou falso?	
Título	**Verdadeiro ou falso?**
Tema	Introduzir o conteúdo da Carta
Resumo	Verdadeiro ou falso?
Tamanho do grupo	Nenhum
Tempo	50 minutos
Objetivos	– rever o que os e as participantes sabem sobre a Carta; – motivar as e os participantes a ler o texto da Carta; – destacar diferentes questões abordadas pela Carta.
Preparação	Deve ser facultada uma apresentação simplificada da Carta, nomeadamente o que é, qual a sua finalidade e como afeta a vida das pessoas.
Materiais	Texto da Carta Cópias das afirmações "Verdadeiro ou Falso"
Instruções	1. Pedir aos e às participantes para descobrirem se as afirmações escritas no panfleto são verdadeiras ou falsas (as e os participantes podem usar o texto da Carta). 2. Quando o tempo acabar, os e as participantes formam grupos de 3, comparam as suas respostas e chegam a acordo sobre quais são as afirmações verdadeiras e falsas. 3. As respostas dadas pelos grupos são discutidas numa sessão plenária.

Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. O que aprenderam com a Carta? 2. Que questões acharam mais desafiantes? 3. Como funcionou o processo de tomada de decisão nos vossos grupos pequenos? Qual foi o vosso papel?
Variações	Pode criar-se um exercício semelhante com base na versão de linguagem acessível da Carta.
Documentos anexos	O panfleto com as afirmações

Afirmações verdadeiras ou falsas sobre a Carta revista

Afirmação	Verdadeiro?	Falso
A Carta destina-se maioritariamente a autoridades locais		
A Carta tem o estatuto de uma convenção		
A Carta foi revista pela Direção de Juventude e Desporto do Conselho da Europa		
A Carta define quem são os e as jovens		
A Carta aplica-se a todos os jovens e todas as jovens, sem discriminação		
Segundo a Carta, participação juvenil significa votar e ser elegível		
No campo da política da saúde, recomenda-se que as autoridades locais introduzam serviços de aconselhamento para jovens afetados e afetadas por problemas com tabaco, álcool e drogas		
A Carta contém recomendações para 15 políticas setoriais diferentes a nível local e regional		
Numa política para o desporto e o lazer, a Carta recomenda que as autoridades locais financiem eventos desportivos anuais para jovens		
A Carta propõe a criação de oportunidades de emprego local para jovens desempregados e desempregadas		
A Carta obriga as autoridades locais a dar habitação grátis às e aos jovens		
A Carta declara que as autoridades locais devem prestar apoio a organizações juvenis em áreas rurais		
A Carta recomenda que seja dada prioridade a raparigas em relação aos rapazes na área da política		
A Carta não reconhece projetos ambientais como estando relacionados com a participação juvenil		
A Carta recomenda que as autoridades locais apoiem a formação em participação juvenil a nível local		
A Carta propõe que as autoridades locais deem computadores grátis a jovens para aumentar a sua participação		
A Carta exige que as autoridades locais cubram os custos de projetos juvenis locais		
A Carta recomenda que os conselhos juvenis sejam compostos por jovens que sejam membros de organizações		
A Carta propõe a nomeação de uma pessoa ou uma entidade que seja garante a nível local para defender os direitos dos e das jovens		

Visita a Jeunéssia	
Título	**Visita a Jeunéssia**
Tema	Condições para uma participação significativa
Resumo	Vamos visitar a comunidade perfeita de Jeunéssia
Tamanho do grupo	10-30
Tempo	150 minutos
Objetivos	– discutir alguns princípios de participação; – procurar formas de criar um espaço propenso à participação significativa de jovens a nível local; – refletir sobre como estas medidas podem ser usadas nas situações dos e das participantes; – praticar capacidades de apresentação.
Preparação	Dividir o grupo em pequenos grupos de 5 participantes cada um
Materiais	Flipcharts, canetas, papel colorido, cola, etc.
Instruções	1. Explicar que cada um dos grupos é uma delegação que acabou de visitar a comunidade de Jeunéssia, onde testemunharam condições perfeitas para a participação juvenil. Agora, cada grupo tem de partilhar o que viu com os outros grupos.
	2. Dar 45 minutos aos grupos para prepararem uma apresentação visual sobre as medidas, ações, regulamentos e outras ideias que foram implementadas com êxito em Jeunéssia. 3. Convidar as delegações a fazer um relatório da sua visita. 4. Reunir no flipchart todas as ideias sobre medidas que apoiam a participação juvenil a nível local. 5. Permitir que sejam feitos comentários, que sejam dadas opiniões, etc. na sessão plenária. 6. Pedir aos e às participantes que pensem individualmente sobre quais destas medidas poderiam ser implementadas na sua própria comunidade.
Debriefing e avaliação	Fazer as seguintes perguntas ao grupo: 1. Como se sentiram quando imaginaram a vossa visita a Jeunéssia, a comunidade perfeita para a participação juvenil? 2. Quão realistas são as medidas implementadas lá? (Quão realistas são as medidas propostas e apresentadas pelos pequenos grupos?) 3. Qual a qualidade das apresentações feitas pelas delegações? Este tipo de apresentações poderia ser feito ao ou à Presidente da Câmara Municipal ou às autoridades comunitárias ou precisaria de melhorias?
Variações	A atividade 'pode focar-se mais na qualidade das apresentações feitas pelas delegações, pois uma apresentação pode ser uma ferramenta importante para ganhar aliados e estabelecer parcerias a nível local.

Bibliografia

Advocacy kit, Advocates for Youth, Washington, DC, n.d.

Boukobza, E., *Keys to participation. A practitioners' guide*, Conselho da Europa, 1998.

Co-management. A practical guide. Seeking excellence in youth participation at a local level, Peace Child International, 2006.

Dínamo – Associação de Dinamização Sócio-Cultural, Carta de Recomendações da Rede Participação Juvenil de Sintra, Sintra, 2012

Discussing global issues: what is participation? UNICEF, Reino Unido, 2004.

Doorley, J., "Synthesis report on the work of the Council of Europe's Directorate of Youth and Sport in the field of youth participation and democratic citizenship between 2003 and 2005 and an analysis of current trends in youth participation and recommendations for future action", CDEJ(2006)4, Estrasburgo, 2006.

Dussap, A. and Merry, P., (eds), "Project management T-kit", Conselho da Europa e Comissão Europeia, 2000.

Forbrig, J. (ed.), *Revisiting youth political participation*, Conselho da Europa, 2005.

Golombek, S. (ed.), *What works in youth participation: case studies from around the world*, International Youth Foundation, 2002.

Hart, R. A., *Children's participation from tokenism to citizenship*, Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, Florença, 1992

Jans, M. e De Backer, K., Youth(work) and social participation. Elements for a practical theory, YeP! Conselho da Europa flamengo, Bruxelas, 2002.

Kirby, P. and Bryson, S., *Measuring the magic? Evaluating and researching young people's participation in public decision-making*, Carnegie Young People Initiative, Londres, 2002.

Kovacheva, S., *Keys to youth participation in eastern Europe*, Conselho da Europa, 2000.

Lauritzen, P., "Essentials of a youth policy in the Council of Europe", documento não publicado, 2006.

Marx, M., Finger, W. and Mahler, H. (eds), *Youth participation guide: assessment, planning, and implementation*, Family Health International, 2005.

McAuley, K. and Brattman, M., *Hearing young voices. Executive summary,* Open Your Eyes to Child Poverty Initiative, Irlanda, 2002.

McGachie, C. and Smith, K., *Youth participation case studies*, Ministry of Youth Affairs, Nova Zelândia, 2003.

Networking for policy change. An advocacy training manual, The Policy Project, 1999.

People & participation. How to put citizens at the heart of decision-making, Involve, 2005.

Torjman, S., *What is policy?,* Caledon Institute of Social Policy, 2005.

Weafer, J., (prep.) and Woods, M. (ed.), "Jigsaw of advocacy"*, COMHAIRLE, 2003.*

Young voices. Guidelines on how to involve children and young people in your work, Gabinete Nacional para as Crianças, Irlanda, 2005.

Youth participation handbook for organisations. A guide for organisations seeking to involve young people on boards and committees, Departamento da Juventude do Governo da Austrália do Sul, 2003.

Youth policy formulation manual, Nações Unidas, Nova Iorque, 1999.

Contactos

Direção de Juventude e Desporto
Centro Europeu da Juventude de Estrasburgo
30, rue Pierre de Coubertin - F - 67000 Estrasburgo
Tel: + 33 (0)3 88 41 23 00, Fax: + 33 (0)3 88 41 27 77/78,
E-Mail: youth@coe.int
www.coe.int/youth

Fundação Europeia da Juventude
30, rue Pierre de Coubertin - F - 67000 Estrasburgo
Tel: + 33 (0)3 88 41 20 19, Fax: + 33 (0)3 90 21 49 64,
E-Mail: eyf@coe.int

Centro Europeu da Juventude de Budapeste
Zivatar utca 1-3
H - 1024 Budapest
Tel: + 36 1 438 10 60, Fax: + 36 1 213.4076
E-Mail: eycb.secretariat@coe.int
www.eycb.coe.int

Congresso de Autoridades Locais
e Regionais do Conselho da Europa
Conselho da Europa
F-67075 Estrasburgo
Tel.: +33 (0)3 88 41 21 10
Fax: +33 (0)3 88 41 27 51
E-Mail: congress.web@coe.int

Dínamo – Associação de Dinamização Sócio-Cultural
[coordenação da edição portuguesa]
Praceta Francisco Ramos da Costa 13 A
2725-579 Sintra – Portugal
Tel.: +351 96 98 22 442
E-Mail: info@dinamo.pt
www.dinamo.pt

A participação juvenil não é um fim em si mesma, mas sim um meio para alcançar mudanças positivas nas vidas dos e das jovens e de construir uma sociedade melhor. Recentemente, podemos observar um número crescente de iniciativas que promovem e fortalecem o envolvimento das e dos jovens a níveis muito diferentes – internacional, regional, nacional e local. Além disso, foram criadas novas ferramentas para uso dos diferentes intervenientes nesta área.

Uma delas é a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional, adotada em Maio de 2003 pelo Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. É uma ferramenta para apoiar jovens, youth workers, organizações juvenis e autoridades locais no sentido de promover e potenciar uma maior.

O manual "Faz-te ouvir!" destina-se a ajudar a descobrir respostas para perguntas como: "O que é uma participação real dos e das jovens? O que faço com a Carta? Porque é que me devo interessar por este documento?". Ele dirige-se a organizações juvenis, aos e às jovens que queiram dar a sua opinião, bem como a representantes governamentais que queiram aumentar a participação ativa dos e das jovens.

The Congress Le Congrès

Youth – Jeunesse

COUNCIL OF EUROPE
CONSEIL DE L'EUROPE

O Conselho da Europa é a organização de referência para os Direitos Humanos no continente europeu. Inclui 47 Estados-membros, 28 dos quais fazem também parte da União Europeia. Todos os Estados-membros do Conselho da Europa retificaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado para promover e proteger os Direitos Humanos, a Democracia e o Estado de Direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos supervisiona a implementação da Convenção nos Estados-membros.

dinamo

EDC for ALL!

Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

ISBN 978-989-99443-0-5

www.coe.int/

edcforall.eu

Edições Dínamo